

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.6n.3 set./dez. 2017

ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.6 n.3 set./dez. 2017 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter Filho

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Fischer

Editor

Eduardo Paes Barreto Davel
(CIAGS/EA/UFBA)

Editores Associados

Fabio Bittencourt Meira
(PPGA-UFRGS)

João Martins Tude
(CIAGS/EA/UFBA)

Letícia Dias Fantinel
(UFES)

Paula Chies Schommer
(Udesc)

Gestor Executivo

Kleber Moitinho Gomes
revistarigs@ciags.org.br

**Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização**

Kleber Moitinho Gomes

Gestão da Comunicação

Rodrigo Maurício Freire Soares
(CIAGS/EA/UFBA)

Diagramação e Design

Márdel Santos
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestão Financeira

Cristina Araújo
(CIAGS/EA/UFBA)

Foto da Capa

Fabício Cruz

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da
Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de
Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol.6, n. 3 (set./dez. 2017)-
- Salvador : EAUFBA, 2014 -
v.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social -
Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
CDD 352

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carrieri
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

Alexandre Faria
Fundação Getulio Vargas, EBAPE,
Rio de Janeiro

Alketa Peci
Fundação Getulio Vargas, EBAPE,
Rio de Janeiro, Brasil

Ana Silvia Rocha Ipiranga
Professora Adjunta do
Programa de Pós-graduação em
Administração da Universidade
Estadual do Ceará, Brasil

Andrea Leite Rodrigues
Universidade de São Paulo, Escola
de Artes, Ciências e Humanidades

Antonia de Lourdes Colbari
Universidade Federal do Espírito
Santo

Ariadne Scalfoni Rigo
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Cintia Rodrigues de O Medeiros
Universidade Federal de
Uberlândia, Brasil

Eda Castro Lucas de Souza
Universidade de Brasília, Brasil

Fabio Bittencourt Meira
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
PPGA-UFRGS, Brasil

Fabio Vizeu Ferreira
Universidade Positivo, Brasil

Fernando Gomes de Paiva Júnior
Universidade Federal de
Pernambuco, Brasil

Jeová Torres Silva Júnior
Universidade Federal do Cariri,
Brasil

João Martins Tude
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

José Antonio Gomes de Pinho
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Josiane Silva de Oliveira
Universidade Estadual de
Maringá, Brasil

Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito
Santo, Brasil

Luciano Junqueira
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Brasil

Luiz Alex Silva Saraiva
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

Marcelo de Souza Bispo
Universidade Federal da Paraíba
Departamento de administração
Programa de Pós-graduação em
administração, Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá
Universidade Federal de Alagoas,
Brasil

Maria Ester de Freitas
Fundação Getulio Vargas - EAESP,
Brasil

Miguel Pina e Cunha
Faculdade de Economia,
Universidade Nova de Lisboa,
Portugal

Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa
Catarina, Brasil

Silvia Gherardi
Facoltà di Sociologia, Università
degli Studi di Trento, Italia

Tânia Maria Diederichs Fischer
Universidade Federal da Bahia,
Brasil



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

sumário

11 Editorial

13 Foto da Capa: Arte no Ofício

Contribuição fotográfica

Fabício Nascimento da Cruz

15 Um Estudo sobre as Relações entre Confiança e Responsabilidade Social Corporativa

Contribuição Teórica

Jarbas Barros Gomes e Emerson Wagner Mainardes

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p15-37>

39 A Fotografia como Lugar de Memórias e Recurso Disparador da Fala no Trabalho Imaterial de Modelo de Moda

Contribuição Teórica

Vanessa Amaral Prestes e Carmem Ligia Iochins Grisci

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p39-54>

57 Um Espaço de Saudade: A Feira da Praça dos Namorados em Vitória/ES na Memória de seus Integrantes

Contribuição Teórica

Eduarda Cricco Miranda Barcelos Gripp e Fabiana Florio Domingues

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p57-75>

77 O Mercado Cultural e o Protagonismo Feminino: A Música da Jovem Guarda

Contribuição Teórica

Marcelo Dantas e Marilda Santanna

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p77-93>

95 Avaliação Participativa como Fundamento para Ampliar a Percepção do Impacto das Tecnologias Digitais na Educação: Impressões Presentes na Realidade e no Discurso de um Sujeito Coletivo

Contribuição Teórica

Fabício Nascimento da Cruz e Denise Ribeiro de Almeida

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p95-124>

127 Avaliação de Cursos a Partir de seus Usuários: Análise de Expectativas e Perspectivas

Contribuição Teórica

Luzia Coelho Rodrigues, Roberto Brasileiro Paixão e Francisco Ricardo Duarte

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p127-151>

153 Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado

Contribuição Teórica

Marcello Beckert Zapelini, Jéssica Gomes Lima e Mariana Correia Guedes

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p153-174>

177 Mais, ou Menos, um Dia! O Descompasso entre a Intenção e o Arranjo Institucional na Escola Pública de Educação Básica

Contribuição Audiovisual

Célia Araújo de Carvalho e Fernando de Souza Coelho

<http://dx.doi.org/10.21714/2317-2428/2017v6n3p177-179>



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

editorial

No texto e fotografia de Fabrício Nascimento da Cruz, a arte do ofício convida-nos à reflexão imediata deste número da RIGS. Quais são as fronteiras do ofício do gestor social? Qual é a essência de sua arte? São questões amplas e atemporais que ultrapassam o conjunto de artigos deste número, podendo fazer parte de nossa busca permanente de compreensão. Globalmente, os artigos, em sua diversidade, trazem alguns conceitos que podem estimular a reflexão sobre a arte do ofício do gestor social: confiança, responsabilidade social, memória, trabalho imaterial, protagonismo feminino, mercado cultural, avaliação participativa, tecnologias digitais, política habitacional, educação pública. Os artigos são diferentes em seus temas, metodologias, teorias e posicionamentos. Qual é a conexão entre essas referências diferentes e diversas? Somos nós, leitores, que vamos criar nossas próximas formas de integração dessa diversidade, atribuindo sentido ao conjunto, imaginando possibilidades de transformação social e alimentando uma visão renovada de futuro.

Excelente leitura e integração!

EDUARDO PAES BARRETO DAVEL

Editor



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Foto da Capa Arte no Ofício

Fabrício Nascimento da Cruz
2017

Na marcenaria, criatividade e ação, associadas ao uso das ferramentas certas, materializam a essência de um dos mais antigos ofícios da humanidade. Transformar madeira, a matéria-prima, em um móvel, conferindo-lhe a utilidade necessária para atender expectativas, não é tarefa fácil! Primeiramente, requer o domínio de um saber técnico, em alguns casos, alcançado tacitamente, além disso, exige conhecimentos prévios dos potenciais usuários (gostos, hábitos, aspirações) e requer também um pensar sobre os seus prováveis usos. Essa combinação logo resulta em arte, tecnologias, novas configurações estéticas, tudo isso convergindo para a satisfação. Na marcenaria, assim como nas ações com ênfase em Gestão Social, as mentes e mãos transformadoras devem alinhar com rigor, os aportes teórico-metodológicos subjacentes às ações, a sensibilidade do ponto de vista social, mediante a ativação de mecanismos qualificados de escuta e a construção proativa do futuro, considerando os instrumentais e técnicas disponíveis. Foi tudo isso que vi e senti, diante desta imagem que mais parecia uma instalação, durante uma visita que acompanhei ao Projeto Construindo Sonhos, responsável por formar agentes multiplicadores das melhores práticas da Construção Civil, no Baixo Sul da Bahia.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Um Estudo sobre as Relações entre Confiança e Responsabilidade Social Corporativa

Jarbas Barros Gomes e Emerson Wagner Mainardes

Resumo

Este estudo teve como objetivo verificar como a RSC pode influenciar a confiança na empresa, e se esta relação se manteria em cenários amplamente divergentes. Os cenários foram dois recortes temporais: antes e depois de um desastre ambiental cuja responsabilidade indireta foi atribuída à empresa estudada. Um questionário foi aplicado junto a 242 entrevistados e a análise de dados deu-se pela técnica de modelagem de equações estruturais por mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). Foi possível reconhecer, em ambos cenários, que RSC percebida e credibilidade influenciam positivamente a confiança na empresa de forma direta; enquanto a coerência e transparência da RSC influenciam a confiança na empresa de forma indireta. Foi percebido também que a reputação influenciou positivamente a confiança na empresa apenas no cenário anterior ao desastre. Os resultados indicam a consistência das relações entre os construtos em contraste aos cenários que foram expostos, exceto a reputação.

Palavras-chave

RSC. Confiança. Coerência. Transparência. Reputação.

Abstract

This study aimed to verify how CSR can influence trust in the company, and if this relationship would remain in widely divergent scenarios. The scenarios were two temporal cuts: before and after an environmental disaster whose indirect responsibility was attributed to the studied company. A questionnaire was applied to the 242 interviewees and the data was analyzed by modeling of partial least squares structural equations (PLS-SEM) technique. It was possible to recognize, in both scenarios, that perceived CSR and credibility positively directly influence trust in the company; whereas CSR coherence and transparency indirectly influence such trust. It was also noted that reputation positively influenced trust in the company only in the pre-disaster setting. The results indicate the consistency of the relationships between the

constructs in contrast to exposed scenarios, except for reputation.

Keywords CSR. Trust. Coherence. Transparency. Reputation.

INTRODUÇÃO

As empresas vêm tentando descobrir e identificar os mecanismos que impactam na construção de seu valor por meio de seus produtos e serviços (MIRAFATABZADEH *et al.*, 2015). Nesta busca por um elemento que revela seu valor aos *stakeholders*, as empresas encontram na imagem da marca algo central, distintivo e duradouro que revela algo sobre o caráter da organização (GIOIA; SCHULTZ; CORLEY, 2000). Esta imagem tem papel especial, pois é através dela que se eleva a confiança na empresa e se valoriza as características dos produtos (MIRAFATABZADEH *et al.*, 2015).

A confiança tem se mostrado um importante elemento de fidelização de clientes e, conseqüentemente, de desempenho corporativo (HE; LI, 2011). Porém, esta confiança não vem apenas da capacidade e competência da empresa em entregar o que é capaz de produzir, mas também de atender aos anseios da sociedade. Nesta linha, as pesquisas de Du, Bhattacharya e Sen (2010) e Hogg e Terry (2000) examinaram como os fatores de não mercado impactam na confiança empresarial e, dentre eles, há especial interesse pela Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

A RSC tem demonstrado participar ativamente da construção da confiança na empresa como potencializador da identidade da marca (BHATTACHARYA; SEN, 2003), da satisfação do cliente (LUO; BHATTACHARYA, 2006) e da fidelidade à marca (MARIN; RUIZ; RUBIO, 2009). As ações de RSC, quando vistas como bem-sucedidas, elevam o capital moral da empresa (GODFREY, 2005), garantem vantagem competitiva (MELO; GARRIDO; MORGADO, 2012), melhoram sua credibilidade e reputação (HUR; KIM; WOO, 2014; Skard; Thorbjørnsen, 2014), além de ampliar sua performance financeira (AGUILERA-CARACUEL; GUERRERO-VILLEGAS; VIDAL-SALAZAR; DELGADO-MÁRQUEZ, 2015).

Contudo, segundo He e Li (2011) e Nguyen e Oyotode (2015), há poucas pesquisas examinando a condição e o efeito da associação de RSC sobre diferentes construtos de desempenho de imagem corporativa, tais como a confiança, a credibilidade e a reputação. A literatura tem clamado por outros potenciais moderadores (SKARD; THORBJØRNSEN, 2014) para identificar dimensões específicas da RSC (HUR; KIM; WOO, 2014); explorar mecanismos de mediação para efetividade da comunicação da RSC (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010); e propor novos construtos que podem mediar a relação entre RSC e confiança na empresa (GARRIDO; CUNHA; CAVALCANTE, 2014).

Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi verificar como a RSC pode influenciar a confiança na empresa. Complementarmente, checar se esta relação se manteria em cenários amplamente divergentes. Entende-se como cenários divergentes aqueles que refletem grande incerteza e produzem resultados radicalmente opostos, provenientes de eventos perturbadores e de baixa probabilidade (MILLETT, 1988), os quais não podem ser lidados com sistemas tradicionais de gerenciamento de riscos (VAN DER VEGT; ESSENS; WAHLSTRÖM; GEORGE, 2015). O cenário divergente em questão foi o desastre ambiental do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana - MG, cuja responsabilização foi atribuída à SAMARCO – empresa controlada pela Vale S. A., objeto deste estudo – impactando, conseqüentemente, a imagem institucional da controladora.

No campo teórico, este estudo buscou compreender a forma e a força da influência da RSC como preditor da confiança na empresa (CHAPLIN; JOHN, 2005; BARNETT, 2007; DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010; FONSECA; ROCHA; SPERS, 2014; DURA; GHICAJUNU, 2012; HUR; KIM; WOO, 2014; JANSSEN; VANHAMME; LINDGREEN; LEFEBVRE, 2014; SKARD; THORBJØRNSEN, 2014; MIRAFTABZADEH et al., 2015) e como esta estrutura de influência se comporta em dois cenários amplamente divergentes (MILLETT, 1988), a fim de facilitar a identificação destes preditores como formadores da vantagem competitiva sustentada (BARNEY; HANSEN, 1994; MORGAN; HUNT, 1994; NDUBISI, 2007). Na esfera prática, este estudo fornece subsídios para a tomada de decisões estratégicas e de marketing no contexto da RSC para a construção da vantagem competitiva sustentada através da confiança na empresa (BARNEY; HANSEN, 1994).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Confiança

A empresa orientada ao mercado possui recursos – sejam eles pessoais, tecnológicos ou sistemas – que podem ser usados de forma que o consumidor confie na empresa e que a firma em si seja mantida e reforçada por esta relação de confiança (GRÖNROOSS, 1989). A confiança é existente quando uma parte confia na segurança e integridade do seu parceiro de troca (MORGAN; HUNT, 1994), com valores compartilhados, comunicação e comportamento oportuno. O modelo de marketing de relacionamento de Morgan e Hunt (1994) descreve antecedentes positivos e negativos associados à confiança: positivos para os valores compartilhados, comunicação, cooperação e compromisso, e negativos para comportamento oportunístico e incerteza.

Esta teia de relacionamentos pode, de fato, fornecer vantagem competitiva para a empresa por meio da confiança (BARNEY; HANSEN, 1994). Porém, nem toda forma de confiança pode fornecer a vantagem desejada à empresa. Somente a forma mais forte é economicamente valiosa, por possuir sempre uma relação de troca rara e com custos de imitação altos, derivados da habilidade de governança exigida (BARNEY; HANSEN, 1994). A vantagem competitiva sustentável é obtida, neste contexto, ao estabelecer, desenvolver e manter bem sucedidas trocas relacionais no longo prazo (MORGAN; HUNT, 1994).

A natureza e os determinantes da confiança têm atraído considerável atenção nas pesquisas (BARNEY; HANSEN, 1994; MORGAN; HUNT, 1994; BHATTACHARYA; SEN, 2003; HULTMAN; AXELSSON, 2007), revelando-se na forma de comprometimento, como habilidade em resolver conflitos, em comunicar e compartilhar segredos, compartilhar valores, na crença de que a empresa irá cumprir suas obrigações, de que não agirá de forma oportunística, de que proverá ações de resultados positivos ou mesmo sua capacidade de fazer e manter suas promessas (NDUBISI, 2007).

Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

RSC está relacionada com o desempenho corporativo nas categorias de responsabilidade econômica, legal, ética e discricionária (FONSECA; ROCHA; SPERS, 2014). Há duas características que distinguem as ações de RSC de outros investimentos corporativos: a orientação ao bem estar social e a orientação à relação com *stakeholders*; e, em vez de focarem na ampliação da riqueza de seus detentores, as atividades de RSC envolvem esforços para melhorar o bem estar social (BARNETT, 2007).

Há um interesse crescente na RSC e mais empresas estão investindo seus maiores esforços nestas iniciativas (HUR; KIM; WOO, 2014;). A RSC inclui atos sociais corporativos que satisfaçam as necessidades sociais além de obrigações legais da firma (LII; WU; DING, 2013); e também são impulsionadas por motivação, para evitar a conformidade, para expressar a diferença e, até mesmo, para criticar os efeitos negativos do consumo de massa (SMITH; PALAZZO; BHATTACHARYA, 2010).

Quando os consumidores consideram as atividades de RSC como decorrentes de comportamento moral sincero de uma empresa, eles tendem a confiar na empresa, na crença de que ela irá continuar a cumprir as suas promessas (HUR; KIM; WOO, 2014). Este pensamento corrobora o indicado por He e Li (2011), segundo o qual a RSC tende a ter efeito positivo sobre a atitude e comportamento dos consumidores em relação à marca e que as pessoas geralmente são mais propensas a se identificarem com a marca de maior responsabilidade social, para melhorarem sua autoestima e para projetarem e expressarem uma imagem social mais ética e moral. Por conseguinte, a RSC pode influenciar a satisfação do cliente, seja porque clientes tendem a estar mais satisfeitos se os serviços ou fornecedores de produtos são mais socialmente responsáveis ou porque a RSC pode aumentar a utilidade percebida e o valor, o que, por sua vez, aumenta a satisfação do cliente (HE; LI, 2011).

Apesar de não haver resultados conclusivos e consistentes sobre o impacto da RSC na performance financeira (BARNETT, 2007), a RSC impacta a relação com os *stakeholders* (HUR; KIM; WOO, 2014). Porém, há indícios de que a RSC pode afetar a performance financeira sob perspectiva dos custos e receitas: (1) à medida em que a confiança aumenta, os custos transacionais e parte do risco diminuem; (2) melhorar a relação com *stakeholders* pode trazer novos consumidores e novas oportunidades de investimento; e (3) permite à empresa cobrar preços *premium* (BARNETT, 2007).

É relevante ter em mente que a RSC, sob esta ótica, é o resultado final de todas as ações

empresariais que geram melhoria de imagem para seus *stakeholders*, resultando em uma RSC percebida. Tal RSC tende a desenvolver vantagens competitivas, especialmente ampliando a confiança dos *stakeholders* na empresa, sua marca, produtos e serviços. Como um dos possíveis efeitos da RSC junto aos *stakeholders* de uma empresa é a confiança na empresa (MIRAFETABZADEH *et al.*, 2015), é pertinente estabelecer a seguinte hipótese:

- H1: RSC percebida influencia positivamente a confiança na empresa.

Coerência da RSC

A coerência da RSC refere-se à percepção, ao conhecimento e ao *status* das atividades de uma empresa relacionadas às suas obrigações sociais (HE; LI, 2011). Tem-se o construto de coerência da RSC como a congruência percebida entre as ações de RSC e o negócio da empresa. Uma baixa coerência de RSC deve-se à carência de uma conexão lógica entre as questões sociais e ambientais da empresa com suas atividades (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010). Uma empresa deve ter realçada sua coerência percebida se há congruência entre a questão social e o negócio; porém, caso não tenha uma boa congruência natural, a empresa deve dar mais detalhes sobre suas razões para as iniciativas sociais, de modo que aumente a coerência percebida (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010).

Então, consumidores suspeitam de ações sociais de empresas que possuem: (1) reputação pobre ou que têm uma participação ínfima em ações de RSC; (2) características controversas (como as de cigarro e petróleo); e (3) má reputação, sendo reconhecidas como comercialmente motivadas, na tentativa de melhorar sua imagem negativa (DU; VIEIRA, 2012; YOON; GÜRHAN-CANLI; SCHWARZ, 2006; SKARD; THORBJØRNSSEN, 2014). Assim sendo, o construto denominado coerência da RSC indica ser um antecedente do construto RSC percebida pelos *stakeholders*, pois, se as ações da RSC da empresa são coerentes com a própria organização, a tendência é que os *stakeholders* percebam que tal empresa pratica RSC. Isto permite sugerir:

- H2a: Coerência da RSC influencia positivamente a RSC percebida.

Neste contexto, sugere-se que a percepção de coerência da RSC da empresa e os estímulos associados são um dos principais antecedentes da capacidade persuasiva das comunicações de RSC. Assim sendo, a coerência de RSC refere-se ao grau de semelhança e compatibilidade que os consumidores percebem entre uma causa social e uma marca ou empresa (ALCAÑIZ; CÁCERES; PÉREZ, 2010). Ao perceber isso, é suposto que os indivíduos tendam a confiar na empresa. Portanto, supõe-se que:

- H2b: Coerência da RSC influencia positivamente a confiança na empresa.

Transparência da RSC

A abordagem da capacidade empresarial já traz, em seu modelo conceitual, as garantias de transparência como elemento base do desenvolvimento econômico, o qual não deve se ater apenas a termos monetários, mas também a perspectivas como as que envolvem a expansão das capacidades, direitos e liberdades (AGUILERA-CARACUEL *et al.*, 2015; SEN; BHATTACHARYA, 2001). O perfil do consumo ético é elemento essencial para mostrar aos consumidores em que condições um produto ou serviço é produzido sem ser considerado injusto ou insustentável na sua cadeia de valor (SMITH; PALAZZO; BHATTACHARYA, 2010). Nesta linha, a transparência tem papel imperativo, pois as operações devem ser suficientemente abertas e acessíveis à opinião pública, tendo em vista que o processo de acumulação de capital oriundo de suas atividades tem o potencial de criar perturbações sociais de várias ordens; e a transparência é uma medida para reduzir estes deslocamentos através da responsabilização (MCCLINTOCK, 1999).

As iniciativas de RSC são destinadas a minimizar ou eliminar os impactos negativos de operações sobre *stakeholders*, bem como maximizar os impactos benéficos sobre a sociedade em geral. Uma empresa engajada na estratégia baseada em RSC pode somente gerar resultados anormais se impedir os competidores de imitar sua estratégia. Porém, em mercados competitivos, isso só será viável por meio de uma RSC altamente transparente (MCWILLIAMS; SIEGEL; WRIGHT, 2006).

Os consumidores geralmente apresentam baixo conhecimento das atividades de RSC das empresas e é improvável que reconheçam a RSC como um critério de confiança (JANSSEN *et al.*, 2014). Em contraponto, o aumento da transparência nas práticas empresariais também foi tido como ampliador de confiança do público no setor de negócios – especialmente durante a crise econômica –, demonstrando o impacto positivo destas ações (DURA; GHICAJUNU, 2012). A disponibilidade e transparência de informação pode criar confiança e credibilidade e reduzir a alienação (SMITH; PALAZZO; BHATTACHARYA, 2010). Considerando isto, é possível supor que atividades de RSC transparentes elevem a confiança dos indivíduos com relação à empresa. Este apontamento direciona à seguinte hipótese:

- H3a: Transparência da RSC influencia positivamente a confiança na empresa.

Mesmo os consumidores que desejam apoiar empresas socialmente responsáveis são céticos sobre as iniciativas de RSC. Portanto, a empresa precisa reagir às expectativas negativas, promovendo sua credibilidade por meio do seu empenho em RSC (PÉREZ; DEL BOSQUE, 2015). Os relatórios de sustentabilidade são uma forma, por exemplo, de prover informações que formam um mecanismo de credibilidade e transparência para os *stakeholders* por meio da RSC (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2013). Neste contexto, é possível inferir que:

- H3b: Transparência da RSC influencia positivamente a credibilidade.

Transparência é uma condição crucial para implementar uma política de RSC baseada na reputação (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2013). A RSC pode afetar a lucratividade através do aumento da reputação entre consumidores e colaboradores, atuais e

potenciais (CAMPOPIANO; MASSIS; CASSIA, 2012). Uma vez que transparência das ações de RSC faz parte das obrigações morais da empresa para com a sociedade, é possível supor que ações de RSC transparentes à sociedade ampliam a reputação da organização. Assim sendo, elabora-se a seguinte hipótese:

- H3c: Transparência da RSC influencia positivamente a reputação.

Credibilidade

A credibilidade refere-se ao crédito dado à marca da empresa, sinalizando que os consumidores acreditam na confiabilidade e expertise da companhia (HUR; KIM; WOO, 2014). Marcas podem carregar significados simbólicos que ajudam os consumidores a comunicarem aos outros o que eles esperam, o que valorizam e o que eles querem ser (CHAPLIN; JOHN, 2005).

Como a experiência de consumo não é o único aspecto com o qual o consumidor tem cuidado, outras experiências relacionadas à marca, além do consumo, também são levadas em consideração. Podem ser: (1) promover aos consumidores a entrega de um produto ou serviço de maior qualidade, pois sinaliza um melhor gerenciamento de competências; (2) identificar a empresa mais atrativa e confiável quando possui convicções similares às do consumidor e (3) criar impressões mais favoráveis aos consumidores mais suscetíveis às questões sociais de RSC abordadas pela companhia (HUR; KIM; WOO, 2014). Desta forma, é possível sugerir que a credibilidade de uma empresa ou marca se refletirá na percepção de confiança do consumidor, visto ser a credibilidade um antecedente da confiança. Isto permite sugerir a seguinte hipótese:

- H4: Credibilidade influencia positivamente a confiança na empresa.

Reputação

A reputação representa um dos principais ativos de uma empresa, pois demora a ser construída, mas quando consolidada, constitui-se em vantagem competitiva (BARNEY, 1991). Para a empresa, em relação aos seus concorrentes, a reputação age como um valioso ativo intangível (FONSECA; ROCHA; SPERS, 2014). Companhias com boa reputação têm maior credibilidade e tendem a ser mais bem sucedidas na forma de comunicar as ações de RSC para os seus *stakeholders* (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010).

A reputação corporativa é uma representação coletiva das ações passadas da corporação e os resultados que descrevem quão hábil é a empresa em entregar valores aos seus múltiplos *stakeholders* (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010). Além disso, a reputação da empresa pode moderar a suspeita dos consumidores sobre a publicidade, quando ela é usada como uma fonte para empresa (SKARD; THORBJØRNSSEN, 2014). Já foi demonstrado, em pesquisas prévias, que a reputação afeta o sucesso da estratégia de RSC (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010), e, conseqüentemente, a confiança. Neste conjunto, é possível considerar a

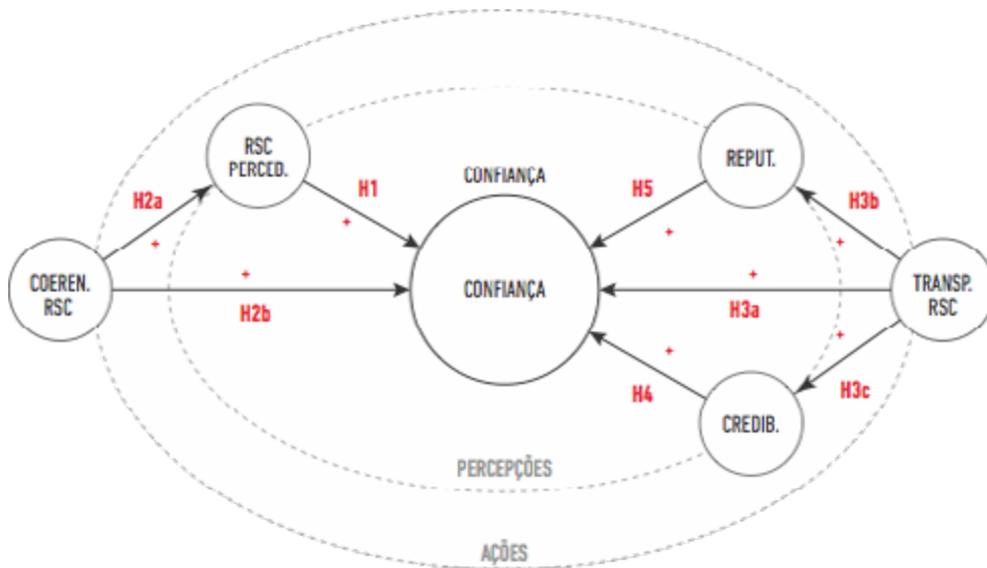
reputação como um antecedente da confiança. Assim sendo, sugere-se a hipótese:

- H5: Reputação influencia positivamente a confiança na empresa.

MODELO TEÓRICO PROPOSTO

A partir das hipóteses desenvolvidas, pode-se exprimir o modelo que foi testado, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Modelo teórico



Fonte: Elaboração própria.

Por meio da literatura, é passível consolidar os construtos em esferas de ações e percepções que envolvem a confiança. Uma ação reflete a forma como a RSC é comunicada à sociedade, e isto gera uma percepção da própria sociedade, sendo o resultado desta ação, tendendo a gerar confiança. Complementarmente, estudos anteriores (SKARD; THORBJØRNSSEN, 2014; JANSSEN *et al.*, 2014; AGUILERA-CARACUEL *et al.*, 2015) indicam a relação direta entre ações e confiança, independentemente de percepções, conforme mostra o modelo na Figura 1.

Assim sendo, a lógica do modelo parte das ações das empresas que são observadas pela sociedade, por meio dos construtos Coerência de RSC e Transparência de RSC. A Coerência de RSC tende a influenciar diretamente, tanto a RSC percebida, representando a interpretação, pelos indivíduos, das atividades de RSC de uma organização, quanto a Confiança dos indivíduos na organização. Já a Transparência da RSC potencialmente influencia as percepções dos indivíduos quanto à Credibilidade, Reputação e Confiança. Resumidamente, os conjuntos de ações de RSC da empresa tendem a gerar as percepções dos indivíduos no que se refere à própria organização.

METODOLOGIA

O objetivo do estudo foi verificar como a RSC pode influenciar a confiança na empresa. Complementarmente, checar se esta relação se manteria em cenários amplamente divergentes. Para tanto, foi realizado um estudo quantitativo e de corte transversal. Para objeto de investigação desta pesquisa, foi escolhida a Empresa Vale S. A., a qual possui como missão declarada “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”, como visão “ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta” e como valores “1- vida em primeiro lugar; 2- valorizar quem faz a nossa empresa; 3- cuidar do nosso planeta; 4- agir de forma correta; 5- crescer e evoluir juntos; e 6- fazer acontecer” (VALE, 2016).

É uma organização que ficou em segundo lugar do Ranking IEL 200 Maiores Empresas do Espírito Santo de 2014, sendo a primeira colocada como empresa de capital privado. Tem como principal negócio a mineração e atua também em outras frentes como logística, energia e siderurgia. É, portanto, uma empresa que impacta o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo. A Vale possui ações de Responsabilidade Social Corporativa declaradas que atuam em sete diferentes nuances: educação, saúde, geração de trabalho e renda, proteção social, cultura, esporte e desenvolvimento urbano, através de projetos institucionalizados como a Estação Conhecimento (FUNDAÇÃO VALE, 2015).

O Espírito Santo é o maior polo exportador de minério de ferro em pelotas da Vale, através do Complexo de Tubarão. Portanto, o público-alvo da pesquisa foi formado pela comunidade da Grande Vitória, visto que é uma das populações mais amplamente atendidas por todas as nuances declaradas das ações de RSC da empresa. Assim sendo, foi pesquisada a população em geral que declarou conhecer a empresa e suas atividades (primeira pergunta do questionário).

Para a avaliação da opinião sobre Responsabilidade Social Corporativa, foram utilizadas onze das treze afirmações do estudo de Hur, Kim e Woo (2014), numa escala de Likert de sete pontos, sendo (1) discordo fortemente e (7) concordo fortemente. As três afirmações referentes a RSC percebida do respondente encontram respaldo nos estudos de Smith, Palazzo e Bhattacharya (2010) e Fonseca, Rocha e Spers (2014); as duas afirmações de Coerência da RSC nos estudos de He e Li (2011) e Skard e Thorbjørnsen (2014); as duas afirmações de Credibilidade nos estudos de Hur, Kim e Woo (2014) e Newell e Goldsmith (2001); a afirmação de Confiança nos estudos de Bhattacharya e Sen (2003) e Du, Bhattacharya e Sen (2010); as duas afirmações de Reputação nos estudos de Skard e Thorbjørnsen (2014) e Garrido, Cunha e Cavalcante (2014); e, por fim, a afirmação de Transparência no estudo de Rahman e Post (2012). As questões utilizadas foram:

- **RSC Percebida**

1. A Vale é uma empresa socialmente responsável.*
2. A Vale é preocupada em melhorar o bem-estar da sociedade.*
3. A Vale comporta-se responsabilmente com o meio-ambiente.*

- **Coerência da RSC**
 4. A Vale é coerente em suas ações com a sociedade.*
 5. A Vale é coerente em suas ações com o meio-ambiente.*
- **Transparência**
 6. A Vale é transparente.*
- **Credibilidade**
 7. A Vale entrega o que promete.*
 8. A Vale tem um nome no qual se pode confiar.*
- **Reputação**
 9. A Vale é um empresa da qual tenho boas impressões.*
 10. A Vale é uma empresa que tem, no geral, boa reputação.*
- **Confiança**
 11. Eu confio na Vale.*

Ao final do questionário, foram incluídas questões para caracterizar os respondentes:

- (A) Qual seu gênero?*
- (B) Qual sua idade?*
- (C) Em que cidade reside?*
- (D) Quantas pessoas, incluindo você, vivem na sua casa?*
- (E) Qual sua escolaridade?*
- (F) Qual sua renda familiar mensal?*

Um pré-teste foi realizado do dia 12/10/2015 ao dia 19/10/2015, no qual 10 respondentes concluíram o questionário. Os pesquisadores não identificaram problemas quanto à interpretação das afirmações e, assim, foi iniciada a coleta de dados. O questionário estruturado foi hospedado em *website* e o *link* encaminhado por e-mail para o público almejado da região da Grande Vitória. No e-mail convite, foi esclarecido que a pesquisa tinha como interesse saber a opinião da população local sobre Responsabilidade Social Corporativa, especificamente de como o respondente percebe as ações da empresa com a sociedade e meio ambiente. Em seguida, foi utilizada a técnica *snowball* e solicitou-se que os respondentes indicassem outros respondentes para compor a base de dados para pesquisa de RSC.

Esta pesquisa iniciou-se no dia 20/10/2015 e até o dia 04/11/2015 obteve 125 respondentes. No dia 05/11/2015, houve o primeiro rompimento da barragem da Samarco S. A., no município de Mariana/MG. Toda a extensão de 853 km do Rio Doce, até seu delta, foi contaminada com rejeitos de mineração, afetando igualmente o Espírito Santo. Houve sistemático aumento do dano ambiental e intensa repercussão popular e midiática,

expondo a Vale S. A. como controladora da Samarco S. A. Sabendo disso, os pesquisadores aplicaram novamente a pesquisa, utilizando os mesmos procedimentos no período entre 25/11/2015 e 02/12/2015. Este período foi 20 dias após o rompimento da barragem, quando o impacto ambiental chegou às cidades capixabas. Neste recorte, foram obtidos 117 respondentes. Os dados para dois estudos foram nominados como “Estudo 1 - Pré-desastre” e “Estudo 2 - Pós-desastre”. Destaca-se que não foi possível controlar os respondentes desta segunda etapa, pois, como não havia identificação dos respondentes, não há como saber se uma mesma pessoa respondeu o questionário antes e depois. Para tentar contornar este problema, a segunda divulgação do questionário foi realizada para grupos distintos da primeira divulgação. Porém, isso não garante que o questionário tenha sido respondido exclusivamente por pessoas diferentes da primeira coleta dos dados. Por fim, com relação à quantidade de dados coletados nas duas etapas, estes se mostraram suficientes para as análises, pois cumpriram o critério de ser, pelo menos, 10 vezes mais que a quantidade de variáveis medidas (10 vezes 11 = 110), conforme orienta Hair Jr. *et al.* (2012).

Após a análise dos dados demográficos, as hipóteses foram analisadas através da modelagem de equações estruturais por mínimos quadrados parciais (PLS-SEM) para ambos estudos, método de análise adequado para construtos de natureza reflexiva (HAIR JR. *et al.*, 2014). Os modelos foram validados por meio de confiabilidade da consistência interna, validade convergente e validade discriminante. Feito isso, foram realizados os testes de hipóteses para ambos cenários. Por fim, analisou-se as implicações teóricas e práticas dos modelos estruturais para os dois estudos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dados demográficos das amostras

Foram obtidos um total de 277 respondentes. Uma vez que foram eliminados *outliers* que, deliberadamente, marcaram respostas iguais para todas as afirmações nos extremos (ou 1 ou 7), e respondentes de outras cidades não pertencentes à Grande Vitória, o número final obtido foi de 242 respondentes válidos.

No estudo pré-desastre, a maioria dos membros da comunidade foi do sexo masculino (54,4%), na faixa de idade de 18 a 34 anos (66,4%), possuindo uma média de 3,16 membros familiares em seu domicílio, com escolaridade predominante de ensino superior e pós-graduação (76,0%), em sua maioria empregados da iniciativa privada (44,8%) e enquadrados na faixa de renda da classe B, entre R\$ 2.400,00 e R\$ 8.700,00 (44,8%).

No estudo pós-desastre, a maioria dos membros da comunidade foi do sexo feminino (59,0%), na faixa de idade de 25 a 44 anos (78,6%), com média de 2,78 membros familiares em seu domicílio, com escolaridade predominante de ensino superior e pós-graduação (83,8%), em sua maioria empregados da iniciativa privada (36,8%), na faixa de renda da classe B, entre R\$ 2.400,00 e R\$ 8.700,00 (39,3%).

As amostras foram semelhantes quanto à idade (24 a 34 anos), escolaridade (ensino superior

e pós-graduação), membros que vivem no mesmo domicílio (3, por arredondamento), faixa de renda (classe B) e posição de trabalho (empregados da iniciativa privada). Porém, apresentaram diferenças quanto a sexo, estrutura etária e número de familiares.

Apesar das amostras demonstrarem algumas diferenças demográficas, não representam necessariamente mudança no perfil de opiniões por não ser um estudo direcionado ao perfil dos respondentes. Portanto, as amostras mantêm a representação da população necessária à validade do estudo.

Validação do Modelo

A abordagem utilizada para integrar os dados obtidos ao modelo teórico construído foi de modelagem de equações estruturais por mínimos quadrados parciais (*partial least squares structural equation modeling - PLS-SEM*). O *software* utilizado para processar os dados nesta abordagem foi o *smart PLS*.

As medidas obtidas que refletem as variáveis latentes hipotetizadas são geralmente chamadas de indicadores reflexivos (BAGOZZI; YI, 2012). Considera-se que os indicadores refletem o não observável, com o construto basilar dando origem, ou causando, as medidas observadas (HULLAND, 1999). Neste estudo, todos os indicadores advêm de perguntas previamente hipotetizadas e são, portanto, reflexivos. Os construtos, então, de ordem reflexiva, têm como métodos adequados para validação do modelo a confiabilidade da consistência interna, a validade convergente e a validade discriminante (HAIR JR. *et al.*, 2014).

O índice adotado para aferir a confiabilidade da consistência interna foi a confiabilidade composta (*composite reliability*). Isto porque, diferentemente do alfa de Crombach, o qual está limitado à presunção de que todos os indicadores são igualmente confiáveis, a confiabilidade composta não assume tal presunção, o que prioriza os indicadores de acordo com sua confiabilidade individual (HAIR JR. *et al.*, 2012). O valor indicado para Confiabilidade Composta deve ser superior a 0,7 (HAIR JR. *et al.*, 2012), o que é garantido em ambos estudos e pode ser visto na Tabela 1.

A validade convergente mede a amplitude à qual um indicador converge para seu construto, explicando a variância dos itens (HAIR JR. *et al.*, 2014). Em seu exame, a regra é a variância média extraída (*average variance extracted - AVE*) de cada construto ser maior que 0,7 (HULLAND, 1999; HAIR JR. *et al.*, 2012), porém, outros autores consideram aceitável valores acima de 0,5 (HULLAND, 1999; HAIR JR. *et al.*, 2012; HAIR JR.; RINGLE; SARSTEDT, 2011), por indicar um grau em que a variável latente explica mais da metade da variação dos seus indicadores – o suficiente para garantir a consistência do modelo (HAIR JR.; RINGLE; SARSTEDT, 2011). Os resultados para os estudos pré e pós-desastre obtiveram AVE acima de 0,7 – seguindo com o postulado – como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Raiz Quadrada da AVE, Correlações entre Construtos, Variância Média Extraída (AVE) e Confiabilidade Composta dos Estudos Pré e Pós-Desastre

ESTUDO	Confiança		Credibilidade		Reputação		RSC Percebida		Coerência da RSC		Transp. da RSC	
	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS
Confiança	1	1										
Credibilidade	0,80	0,78	0,92	0,92								
Reputação	0,77	0,73	0,79	0,78	0,93	0,93						
RSC Percebida	0,76	0,78	0,71	0,75	0,73	0,73	0,88	0,89				
Coerência da RSC	0,74	0,71	0,74	0,70	0,69	0,71	0,88	0,79	0,94	0,94		
Transparência da RSC	0,63	0,63	0,69	0,66	0,59	0,62	0,65	0,60	0,70	0,57	1	1
AVE *	1	1	0,85	0,84	0,86	0,87	0,78	0,79	0,89	0,89	1	1
Confiab. Composta	1	1	0,92	0,91	0,92	0,93	0,91	0,92	0,94	0,94	1	1

Em destaque, raiz quadrada da AVE (diagonal principal)

*AVE - Average Variance Extracted / Variância Média Extraída

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Matriz de Cargas Cruzadas para os Estudos Pré e Pós-Desastre

ESTUDO	Confiança		Credibilidade		Reputação		RSC		Coerência da RSC		Transparência da RSC	
	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS
Conf.	1	1	0,80	0,78	0,77	0,73	0,76	0,78	0,74	0,71	0,63	0,63
Credib. 1	0,71	0,70	0,91	0,91	0,65	0,64	0,59	0,65	0,62	0,59	0,65	0,64
Credib. 2	0,76	0,72	0,94	0,93	0,80	0,78	0,72	0,72	0,73	0,69	0,62	0,57
Reput. 1	0,75	0,72	0,75	0,77	0,94	0,94	0,72	0,74	0,71	0,67	0,60	0,61
Reput. 2	0,67	0,64	0,71	0,68	0,92	0,93	0,63	0,61	0,57	0,65	0,49	0,54
RSC 1	0,63	0,63	0,62	0,67	0,68	0,67	0,86	0,88	0,67	0,70	0,55	0,49
RSC 2	0,72	0,73	0,65	0,70	0,66	0,66	0,91	0,92	0,79	0,73	0,55	0,57
RSC 3	0,64	0,72	0,61	0,63	0,60	0,62	0,86	0,88	0,86	0,68	0,61	0,54
Coer. 1	0,64	0,60	0,68	0,64	0,68	0,64	0,83	0,70	0,94	0,94	0,64	0,51
Coer. 2	0,75	0,72	0,70	0,68	0,62	0,69	0,83	0,78	0,94	0,95	0,67	0,57
Transp.	0,63	0,63	0,69	0,66	0,59	0,62	0,65	0,60	0,70	0,57	1	1

Fonte: Elaboração própria

O complemento metodológico tradicional para a validade convergente é a validade discriminante, a qual representa a extensão em que as medidas de um dado construto se diferem das medidas dos seus pares no mesmo modelo (HULLAND, 1999). No contexto da PLS-SEM, um critério adequado para validade discriminante é que o construto deve

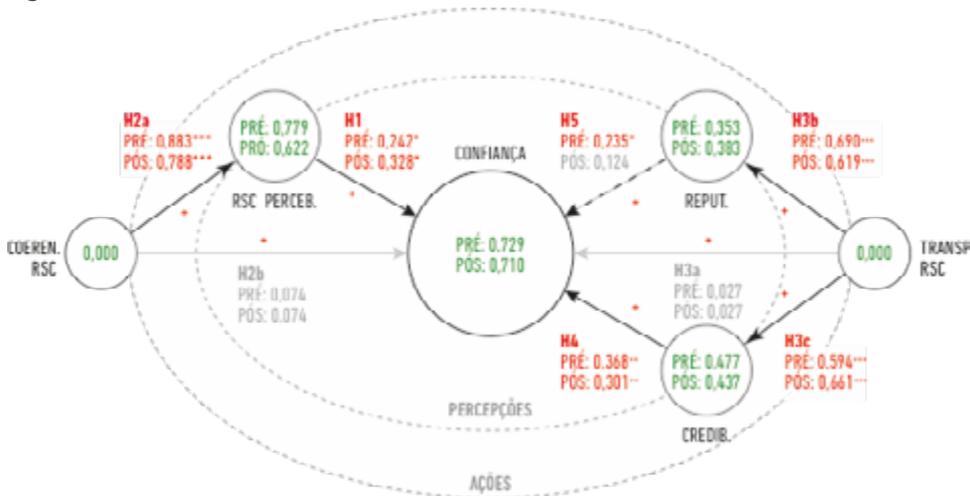
compartilhar mais variância com suas próprias variáveis do que compartilha com os demais construtos do modelo (HULLAND, 1999). Para isso, o critério Fornell-Lacker define que a AVE de cada construto deve ser maior que o quadrado da correlação com qualquer outro construto (HAIR JR. *et al.*, 2012), o que foi confirmado e pode ser conferido em destaque na Tabela 1.

Considerada menos rigorosa para avaliar tanto a validade convergente quanto a discriminante, a abordagem de cargas cruzadas mostra que as maiores cargas fatoriais estão no construto a que se referem (HAIR JR. *et al.*, 2014). Caso a carga de cada indicador seja consistentemente mais alta no construto a que foi designado, o construto demonstra validade convergente (HAIR *et al.*, 2014) e, conseqüentemente, o diferencia dos demais. Os resultados obtidos foram consistentes com o recomendado, como pode ser observado na Tabela 2.

Avaliação do modelo

O modelo estrutural buscou demonstrar quais construtos influenciam a percepção de Confiança. Testou-se os construtos Coerência da RSC, RSC percebida, Transparência da RSC, Credibilidade e Reputação. Também são indicados caminhos alternativos como precursores da RSC percebida – através da Coerência da RSC –, e Credibilidade e Reputação – através da Transparência da RSC. Tendo sido validados os construtos, tem-se como resultados das hipóteses o demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo Estrutural do Estudo 1 - Pré-desastre



Obs.: * significativo a 5%, ** significativo a 1%, *** significativo a 0,1%

Em vermelho: força da influência da relação, em escala de -1 a 1.

Em verde: R² das múltiplas regressões da variáveis endógenas. As variáveis exógenas não apresentam este valor.

Fonte: Elaboração própria

Como resultado, pode-se perceber que as hipóteses no estudo pré-desastre foram suportadas em sua maioria com significância em 5% ou menor, sendo as exceções as hipóteses H2b (COER → CONF) e H3a (TRANSP → CONF). De mesma forma, os resultados das hipóteses para o estudo pós-desastre demonstraram, em sua maioria, significância em 5% ou menor. Suas exceções foram as hipóteses H2b (COER → CONF), H3a (TRANSP → CONF) e H5 (REPUT → CONF).

Discussão dos resultados

A associação de RSC percebida e confiança (H1) foi significativa nos dois estudos, convergindo e corroborando os efeitos indicados pela literatura (BARNETT, 2006; HE; LI, 2011; HUR; WON-MOO; HANNA, 2014; HUR; KIM; WOO, 2014; MIRAFTABZADEH *et al.*, 2015), mesmo em situações distintas. Tal resultado já era esperado, visto que esta relação tem sido sistematicamente testada e a hipótese tem sido regularmente suportada. A contribuição adicional a ser observada é a influência positiva e significativa no estudo pós-desastre, uma vez que há uma relação relevante (0,328), a qual impacta a confiança. Também é importante notar que o valor da influência aumenta no estudo pós-desastre (de 0,242 para 0,328), o que indica que a Percepção da RSC tem maior impacto em momentos de crise e de ruptura de imagem. Isto pode significar que, na ocorrência de um desastre, se a RSC antes do evento era conduzida pela empresa de modo adequado, os indivíduos podem esperar que a própria organização vá resolver as questões ocasionadas pelo evento, demonstrando mais confiança de que a empresa vá solucionar os problemas causados.

A associação entre coerência da RSC e RSC percebida (H2a) também foi suportada em ambos os estudos (YOON; GÜRHAN-CANLI; SCHWARZ, 2006; DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010; DU; VIEIRA, 2012; SKARD; THORBJØRNSEN, 2014). Nota-se uma diminuição da influência desta associação no estudo pós-desastre (0,883 para 0,788). Como indicado por Skard e Thorbjørnsen (2014), a coerência da fonte da mensagem ajuda a prever a resposta do consumidor à empresa. Portanto, uma menor percepção de coerência diminui sua força relacional com a RSC percebida. Ou seja, se as atividades de RSC estão coerentes com as atividades da empresa, ela influencia diretamente a RSC percebida. Entretanto, ao ocorrer uma situação inesperada, como o caso do desastre da SAMARCO, a percepção dos indivíduos sobre as ações de RSC da empresa tende a reduzir seu impacto na RSC percebida, pois as ações realizadas parecem não ser percebidas como adequadas para evitar problemas.

Já associação direta entre coerência da RSC e confiança (H2b) não demonstrou significância em ambos os estudos, contrariando Alcañiz, Cáceres e Péres (2010). Isto traz nova evidência acerca dos mecanismos de associação da coerência da RSC com a confiança e reforça a divisão em eixos de ações e percepções. As ações apresentam seus efeitos indiretos na confiança, por meio das percepções dos indivíduos quanto à RSC da empresa (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010). Assim sendo, a coerência da RSC pode gerar RSC percebida (H2a) e isto tende a gerar confiança, pois a empresa obtém maior confiança de seu público quando é percebida

como responsável socialmente. E isto se obtém com ações decorrentes de comportamento moral sincero e da crença de que ela vai continuar a cumprir suas promessas (HUR; KIM; WOO, 2014).

A associação entre transparência da RSC e confiança (H3a) também não apresentou significância para ambos os estudos, diferentemente do indicado por estudos anteriores (MCCLINTOCK, 1999; SMITH; PALAZZO; BHATTACHARYA, 2010; DURA; GHICAJUNU, 2012; JANSSEN *et al.*, 2014). Do mesmo modo que a coerência da RSC não está associada à confiança, a transparência da RSC também não está. Apesar da crença de que a disponibilidade de informações cria confiança (SMITH; PALAZZO; BHATTACHARYA, 2010), grandes níveis de transparência não são suficientes para demonstrar aumento a confiança e segurança de que uma organização é suficientemente comprometida com uma agenda de RSC (DANDO; SWIFT, 2003). Os efeitos da transparência da RSC parecem estar mais relacionados à credibilidade e reputação, conforme proposto nas hipóteses seguintes.

Já as relações de influência entre transparência e reputação (H3b) (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2013; PÉREZ; DEL BOSQUE, 2015) e transparência e credibilidade (H3c) (CAMPOPIANO; MASSIS; CASSIA, 2012; FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2013) foram suportadas em ambos os estudos. Isto mostra que a transparência pode ser um importante preditor da credibilidade e reputação. Se os *stakeholders* são céticos sobre as ações de RSC da empresa, a comunicação transparente de suas ações estabelece legitimidade social, tende a aumentar a reputação percebida e obtém os benefícios desejados de seu público (COOMBS; HOLLADAY, 2013). Também, a transparência da RSC tem sido sistematicamente estudada para dispor mecanismos que garantam que a informação divulgada seja verdadeira e justa para alcançar a credibilidade (DANDO; SWIFT, 2003). Isso demonstra que a transparência, apesar de não apresentar efeitos diretos na confiança, indica ser relevante para criar credibilidade e reputação, podendo gerar impacto positivo, como a construção de uma vantagem competitiva sustentável. O fato da relação se apresentar significativa em ambos estudos possui relevância no planejamento empresarial, pois aponta ser uma necessidade institucional que, independentemente do contexto e momento, as ações de RSC das organizações requeiram transparência.

A hipótese de relação de influência entre credibilidade e confiança (H4), em consonância com a literatura (CHAPLIN; JOHN, 2005; HUR; KIM; WOO, 2014), foi suportada nos dois estudos. Para Dando e Swift (2003), credibilidade é confiança. Hur, Kim e Woo (2014) salientam que a credibilidade é um ativo intangível (KUR; KIM; WOO, 2014), pois, diferentemente da confiança, é interna à companhia (ALCAÑIZ; CÁCERES; PÉRES, 2010). Os consumidores utilizam a credibilidade como uma forma de julgar e desativar a desconfiança inicial. Portanto, a credibilidade revela-se como a capacidade da empresa de gerar confiança percebida no *stakeholder*, na forma de sinceridade e boa vontade (ALCAÑIZ; CÁCERES; PÉRES, 2010). Do mesmo modo que a transparência da RSC, a credibilidade alcançada por meio das ações de RSC provavelmente deve ser sistemática e contínua, garantida por níveis adequados de transparência e independente do cenário no qual a empresa esteja inserida. E a construção da credibilidade tende a gerar confiança nos

stakeholders, o que pode favorecer a competitividade da empresa.

Já a hipótese de associação entre reputação e confiança (H5) encontrou resultados divergentes entre os dois estudos. No estudo pré-desastre, a relação foi significativa, seguindo o que indica a literatura (SKARD; THORBJØRNSSEN, 2014; DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010), sendo que a reputação também é vista como um ativo intangível para a companhia, assim como credibilidade (HUR; KIM; WOO, 2014). É, sobre outro ponto de vista, um fator de contingência característico da empresa, assim como seu setor industrial e suas estratégias de mercado, e que direciona à confiança no contexto da RSC (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010). Porém, no estudo pós-desastre essa associação já não foi significativa. Este foi o único resultado das hipóteses testadas que diferiu de um estudo para o outro, o que indica ser o efeito da tragédia sobre a relação entre o confiança e reputação. Tendo em vista que a reputação é percepção do conjunto de ações passadas de um determinado agente (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2009), há conexão lógica com o fato de que a reputação de uma empresa em momentos de crise não seja relevante para a construção da confiança. Ou seja, em eventos que venham a prejudicar a imagem da empresa, sua reputação pode ficar abalada e não influenciar na construção da confiança que os indivíduos atribuem à empresa.

Em resumo, pôde-se perceber com o modelo apresentado que as oito hipóteses teorizadas resultaram num modelo estrutural no qual a RSC percebida e credibilidade tendem a influenciar positivamente e de forma direta a confiança na empresa, enquanto a coerência e transparência da RSC tendem a influenciar a confiança de forma indireta. Estas relações mantiveram-se em ambos estudos. Pôde-se perceber também que a reputação influencia positivamente, de forma direta, a confiança na empresa apenas no estudo pré-desastre, mostrando uma relação condicional com o histórico de ações positivas anteriores da empresa. Por fim, os resultados revelam uma estrutura conceitual resiliente, independente dos cenários estudados, e um construto dependente da tranquilidade institucional da empresa, formando ferramentas capazes de auxiliar – no contexto da RSC – gestores na tomada de decisões e direcionamento de esforços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar como a RSC pode influenciar a confiança na empresa, e se esta relação se manteria em cenários amplamente divergente, foi desenvolvido um modelo teórico com oito hipóteses. Tendo um desastre como plano de fundo para o recorte de estudos como anterior e posterior ao evento, foi possível reconhecer, nos dois cenários, que RSC percebida e credibilidade influenciam positivamente a confiança na empresa de forma direta; enquanto a coerência e transparência da RSC influenciam a mesma de forma indireta. Foi percebido também que a reputação influenciou positivamente a confiança na empresa apenas no cenário anterior ao desastre.

Considerando os resultados obtidos, concluiu-se que a confiança na empresa é alcançada pelas ações de RSC, conduzindo às percepções dos indivíduos, independentemente do cenário aos quais são expostas, revelando serem mecanismos de influência consistentes e

gerais. Também concluiu-se que a reputação é um construto situacional, pois reflete as ações passadas da empresa (DU; BATTACHARYA; SEN, 2009), afinal constatou-se que, sob cenário de intranquilidade institucional, a reputação tende a não influenciar a confiança.

Para a teoria, esta pesquisa contribuiu confirmando os achados dos estudos relativos à influência positiva e direta da RSC percebida (BARNETT, 2007; HUR; KIM; WOO, 2014; MIRAFTABZADEH *et al.*, 2015) e credibilidade (CHAPLIN; JOHN, 2005; UR; KIM; WOO, 2014) na confiança na empresa em cenários amplamente divergentes. Porém, discordou com os estudos referentes à coerência (ALCAÑIZ; CÁCERES; PÉREZ, 2010) e transparência da RSC (DURA; GHICAJUNU, 2012; JANSSEN *et al.*, 2014) ao demonstrar a influência positiva indireta destes construtos na confiança na empresa, independentemente da situação. Adicionalmente, a influência positiva e direta da reputação na confiança na empresa (DU; BHATTACHARYA; SEN, 2010; FONSECA; ROCHA; SPERS, 2014; SKARD; THORBJØRNSSEN, 2014) ocorreu de forma situacional. Isso se deve, possivelmente, à promessa implícita associada à reputação da empresa ter sido quebrada e os *stakeholders* passam a não reconhecer mais o compromisso firmado pela empresa por meio de suas ações passadas (CASTALDO *et al.*, 2009).

Num contexto no qual o papel social da empresa tem tanto valor quanto o que ela produz, as ações de RSC vêm se tornando relevantes para a construção de valor e para alcançar a vantagem competitiva sustentada. Este estudo demonstrou a importância das ações e percepções de RSC na construção da confiança na empresa. Também obteve êxito ao fornecer dados para as ações e percepções de RSC na construção da confiança e seus preditores, isso sob condições extremas, o que enriquece a literatura por fornecer novos limites e dimensões para o campo de estudo. Tanto a coerência da RSC quanto a transparência da RSC promovem a boa governança e servem de indicador da saúde moral das empresas (AUGER, 2014) e, também, se mostram estratégicas quanto aos seus mecanismos de funcionamento ao indicar serem conectadas com os mecanismos de construção de valor para a empresa.

Como implicações práticas, gestores que objetivam construir capital intangível por meio da credibilidade, reputação e confiança, podem usar os construtos e suas associações para modelar o *Brand Equity* da empresa, o que reforça a visão da literatura da RSC como elemento capaz de criar vantagem competitiva sustentável (PORTER; KRAMMER, 2006). Além disso, a coerência e a transparência da RSC não resultam diretamente em confiança, mas iniciam as relações necessárias para fortalecer a percepção de confiança dos *stakeholders*, através de uma cadeia de ações mais longa e complexa. Isto reforça também a necessidade dos gestores serem mais capacitados para lidar com a RSC como valor estratégico.

A pesquisa possui limitações quanto à quantidade de participantes, a qual – apesar de estatisticamente válida – poderia ser mais extensa. O perfil dos respondentes não corresponde à média encontrada na população da Grande Vitória, de acordo com as estimativas populacionais mais recentes (IBGE, 2014), o que pode representar a opinião de um grupo social específico. Isto pode ser resolvido em estudos futuros com uma amostra maior e com características sociodemográficas mais gerais à população estudada.

Outra questão a ser ressaltada é que apenas uma empresa foi objeto deste estudo, o que limita a capacidade de explicação do modelo em um setor industrial. Também, os produtos da empresa estudada são *commodities* para venda *business to business*, ou seja, a população-alvo não é seu mercado consumidor. Aos próximos pesquisadores, sugere-se estender as pesquisas a mais empresas em um setor industrial e que este produza bens ou serviços direcionados à população a ser estudada.

Finalmente, como as empresas apresentam um interesse crescente no desenvolvimento de vantagem competitiva sustentável por meio da RSC, recomenda-se, para futuros estudos, (1) a expansão das relações da coerência da RSC e transparência da RSC com outros construtos que influenciam a percepção de confiança; (2) a exposição de condições nas quais essas relações se apresentam; (3) a realização de pesquisas de caráter longitudinal para avaliar a estrutura dos construtos em período de tempo mais longo; (4) a exploração de outros setores econômicos e pesquisas comparativas entre empresas para aumentar as possibilidades de interação entre os construtos sob novas condições; e (5) avaliar também como a cultura local também pode fornecer subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de ações de RSC, visto que a interrelação da motivação sociedade/empresa influencia na construção da confiança (KIM; LEE, 2012).

NOTA

1 Submetido à RIGS em: out. 2017. Aceito para publicação em: dez. 2017.

REFERÊNCIAS

AGUILERA-CARACUEL, J. *et al.* International cultural diversification and corporate social performance in multinational enterprises: The role of slack financial resources. **Management International Review**, v. 55, n. 3, p. 323-353, 2015.

ALCAÑIZ, E. B.; CÁCERES, R. C.; PÉREZ, R. C. Alliances between brands and social causes: The influence of company credibility on social responsibility image. **Journal of Business Ethics**, v. 96, n. 2, p. 169-186, 2010.

AUGER, G. A. Trust me, trust me not: An experimental analysis of the effect of transparency on organizations. **Journal of Public Relations Research**, v. 26, n. 4, p. 325-343, 2014.

BAGOZZI, R.; YI, Y. Specification, evaluation, and interpretation of structural equation models. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 40, n. 1, p. 8-34, 2012.

BARNETT, M. L. Stakeholder influence capacity and the variability of financial returns to corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 794-816, 2007.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

BHATTACHARYA, C. B.; SEN, S. Consumer-company identification: A framework for understanding consumers' relationships with companies. **Journal of Marketing**, v. 67, n. 2, p. 76-88, 2003.

CAMPOPIANO, G.; DE MASSIS, A.; CASSIA, L. The relationship between motivations and actions in corporate social responsibility: An exploratory study. **International Journal of Business and Society**, v. 13, n. 3, p. 391-401, 2012.

CASTALDO, S. *et al.* The missing link between corporate social responsibility and consumer trust: The case of fair trade products. **Journal of Business Ethics**, v. 84, n. 1, p. 1-15, 2009.

CHAPLIN, L. N.; JOHN, D. R. The development of self-brand connections in children and adolescents. **Journal of Consumer Research**, v. 32, n. 1, p. 119-129, 2005.

COOMBS, W.; HOLLADAY, S. J. The pseudo-panopticon: the illusion created by CSR-related transparency and the internet. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 18, n. 2, p. 212-227, 2013.

DANDO, N.; SWIFT, T. Transparency and assurance minding the credibility gap. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2, p. 195-200, 2003.

DU, S.; BHATTACHARYA, C. B.; SEN, S. Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): The role of CSR communication. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n. 1, p. 8-19, 2010.

_____; VIEIRA, E. T. Striving for legitimacy through corporate social responsibility: Insights from oil companies. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 4, p. 413-427, 2012.

DURA, C.; GHICAJANU, M. Overview of the State of Corporate Social Responsibility within Multinational Companies. **Annals of the University of Petroșani – Economics**, p. 85-94, 2012.

FERNANDEZ-FEIJOO, B.; ROMERO, S.; RUIZ, S. Effect of stakeholders' pressure on transparency of sustainability reports within the GRI framework. **Journal of Business Ethics**, v. 122, n. 1, p. 53-63, 2014.

FONSECA, M. R.; ROCHA, T. V.; SPERS, E. E. A Influência da Responsabilidade Social Corporativa na Imagem de Marca: Um estudo em empresas brasileiras do setor de cosméticos. **REMark**, v. 13, n. 6, p. 34-40, 2014.

FUNDAÇÃO VALE. Disponível em: <<http://www.fundacaovale.org/>>. Acesso em: 22 out. 2015.

GARRIDO, I. L.; CUNHA, F.; CAVALCANTE, F. M. O papel da confiança na relação entre responsabilidade social corporativa e o valor de marca. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 101-108, 2014.

GIOIA, D.; SCHULTZ, M.; CORLEY, G. Organizational identity, image, and adaptive instability. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 1, p. 63-81, 2000.

GODFREY, P. C. The relationship between corporate philanthropy and shareholder wealth: A risk management perspective. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 4, p. 777-798, 2005.

GRÖNROOS, C. Defining marketing: a market-oriented approach. **European Journal of Marketing**, v. 23, n. 1, p. 52-60, 1989.

HAIR JR., J. *et al.* Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM): An emerging tool in business research. **European Business Review**, v. 26, n. 2, p. 106-121, 2014.

_____ *et al.* An assessment of the use of partial least squares structural equation modeling in marketing research. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 40, n. 3, p. 414-433, 2012.

_____; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. PLS-SEM: Indeed a silver bullet. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 19, n. 2, p. 139-152, 2011.

HE, H.; LI, Y. CSR and service brand: The mediating effect of brand identification and moderating effect of service quality. **Journal of Business Ethics**, v. 100, n. 4, p. 673-688, 2011.

HOGG, M. A.; TERRY, D. I. Social identity and self-categorization processes in organizational contexts. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 1, p. 121-140, 2000.

HULLAND, J. Use of partial least squares (PLS) in strategic management research: A review of four recent studies. **Strategic Management Journal**, v. 20, n. 2, p. 195-204, 1999.

HULTMAN, J.; AXELSSON, B. Towards a typology of transparency for marketing management research. **Industrial Marketing Management**, v. 36, n. 5, p. 627-635, 2007.

HUR, W. M.; KIM, H.; WOO, J. How CSR leads to corporate brand equity: Mediating mechanisms of corporate brand credibility and reputation. **Journal of Business Ethics**, v. 125, n. 1, p. 75-86, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

JANSSEN, C. *et al.* The Catch-22 of responsible luxury: Effects of luxury product characteristics on consumers' perception of fit with corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 119, n. 1, p. 45-57, 2014.

KIM, S.; LEE, Y. J. The complex attribution process of CSR motives. **Public Relations Review**, v. 38, n. 1, p. 168-170, 2012.

LII, Y. S.; WU, K. W.; DING, M. C. Doing good does good? Sustainable marketing of CSR and consumer evaluations. **Corporate Social Responsibility and Environmental**

Management, v. 20, n. 1, p. 15-28, 2013.

LUO, X.; BHATTACHARYA, C. B. Corporate social responsibility, customer satisfaction, and market value. **Journal of Marketing**, v. 70, n. 4, p. 1-18, 2006.

MARIN, L.; RUIZ, S. "I need you too!" Corporate identity attractiveness for consumers and the role of social responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 71, n. 3, p. 245-260, 2007.

_____; _____. RUBIO, A. The role of identity salience in the effects of corporate social responsibility on consumer behavior. **Journal of Business Ethics**, v. 84, n. 1, p. 65-78, 2009.

MCCLINTOCK, B. The multinational corporation and social justice: Experiments in supranational governance. **Review of Social Economy**, v. 57, n. 4, p. 507-522, 1999.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S.; WRIGHT, P. M. Corporate social responsibility: Strategic implications. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2006.

MELO, T.; GARRIDO-MORGADO, A. Corporate reputation: A combination of social responsibility and industry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 19, n. 1, p. 11-31, 2012.

MILLETT, S. M. How scenarios trigger strategic thinking. **Long Range Planning**, v. 21, n. 5, p. 61-68, 1988.

MIRAFATABZADEH, S. M. *et al.* Measuring the Role and Value of a Corporate Brand on Customers' Perception of Products and Services. **International Journal of Academic Research**, v. 7, n. 1, p. 302-306, 2015.

MORGAN, R. M.; HUNT, S. D. The commitment-trust theory of relationship marketing. **The Journal of Marketing**, v. 58, n. 3, p. 20-38, 1994.

NDUBISI, N. Relationship marketing and customer loyalty. **Marketing intelligence & planning**, v. 25, n. 1, p. 98-106, 2007.

NEWELL, S. J.; GOLDSMITH, R. E. The development of a scale to measure perceived corporate credibility. **Journal of Business Research**, v. 52, n. 3, p. 235-247, 2001.

NGUYEN, C.; OYOTODE, R. The moderating effect of marketing capabilities on the relationship between changes in CSR perceptions and changes in brand equity. **International Management Review**, v. 11, n. 1, p. 17-24, 2015.

PÉREZ, A.; DELBOSQUE, I. R. The Formation of Customer CSR Perceptions in the Banking Sector: The Role of Coherence, Altruism, Expertise and Trustworthiness. **International Journal of Business and Society**, v. 16, n. 1, p. 75-86, 2015.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. The Link between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

RAHMAN, N.; POST, C. Measurement issues in environmental corporate social

responsibility (ECSR): Toward a transparent, reliable, and construct valid instrument. **Journal of Business Ethics**, v. 105, n. 3, p. 307-319, 2012.

SEN, S.; BHATTACHARYA, C. B. Does doing good always lead to doing better? Consumer reactions to corporate social responsibility. **Journal of Marketing Research**, v. 38, n. 2, p. 225-243, 2001.

SKARD, S.; THORBJØRNSEN, H. Is publicity always better than advertising? The role of brand reputation in communicating corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, p. 124, n. 1, p. 149-160, 2014.

SMITH, N. C.; PALAZZO, G.; BHATTACHARYA, C. B. Stakeholder Marketing and Supply Chain Corporate Social Responsibility Issues. **Business Ethics Quarterly**, v. 20, n. 04, p. 617-641, 2010.

VALE. **Missão, Visão e Valores | Vale**. 2016. Disponível em: < <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

VAN DER VEGT, G. S. *et al.* Managing risk and resilience. **Academy of Management Journal**, v. 58, n. 4, p. 971-980, 2015.

YOON, Y.; GÜRHAN-CANLI, Z.; SCHWARZ, N. The effect of corporate social responsibility (CSR) activities on companies with bad reputations. **Journal of Consumer Psychology**, v. 16, n. 4, p. 377-390, 2006.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa realizada, correspondente ao projeto nº 303669/2015-2.

**Jarbas Barros
Gomes**

Mestre em Administração pela FUCAPE Business School. Pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual; Atua como Gestor e Designer no Studio Ronaldo Barbosa.

**Emerson
Wagner
Mainardes**

Doutor em Administração pela Universidade da Beira Interior – Portugal. Professor Associado da FUCAPE Business School. Coordenador do Mestrado Acadêmico em Contabilidade e Administração da FUCAPE, Maranhão. Editor Associado da BBR – Brazilian Business Review. Bolsista de Produtividade de Pesquisa – PQ2 – projeto CNPQ nº 303669/2015-2.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

A Fotografia como Lugar de Memórias e Recurso Disparador da Fala no Trabalho Imaterial de Modelo de Moda¹

Vanessa Amaral Prestes e Carmem Ligia Iochins Grisci

Resumo

No contexto do trabalho imaterial de modelos de moda, objetivou-se apresentar a fotografia como recurso metodológico e analítico central à discussão. Considerou-se a fotografia um valioso elemento visual que tem efeito sobre o espectador que a vê, indo além de um caráter meramente ilustrativo ou representativo. Participaram do estudo, oito modelos de moda, os quais, na entrevista, portaram uma fotografia relativa ao seu trabalho, de sua livre escolha. A eles, foi solicitado que falassem livremente a respeito do seu trabalho e de si perante aquela fotografia. Desse modo, escutou-se a respeito do trabalho realizado, da mobilização de si e do que viam de si na imagem. Do ponto de vista teórico-metodológico, a fotografia: i) desencadeou indagações que poderiam permanecer insuspeitadas para as pesquisadoras, caso não tivessem sido consideradas para o estudo em questão; ii) apresentou-se como lugar de memórias e recurso disparador da fala, pelo que ela mostrou e, ao mesmo tempo, não mostrou; iii) possibilitou visibilizar o invisível, ao evidenciar o trabalho imaterial como trabalho de si sobre si, resultando corpos correspondentes a padrões físicos estéticos a serviço da produção de valor.

Palavras-chave

Fotografia. Trabalho Imaterial. Modelo de Moda.

Abstract

In an immaterial labor context of fashion modelling, the objective of this study was to present photography as a methodological and analytical resource central to discussion. Photography is addressed as a valuable visual element which has effect on the viewer, going beyond a merely illustrative or representative feature. Eight participants have chosen one photograph, related to their work. They were requested to talk freely about their job and about themselves looking at the photograph. They talked about the job done, oneself mobilization and about what they saw of themselves in that image. From the theoretical-methodologic point of view, the photograph:

i) brought questions that could remain unsuspected to the researchers, had it not been considered in the study; ii) presented itself as a setting of memories and a speech-triggering resource, for what they showed and, at the same time, for what they did not show; iii) enabled to make visible the invisible when evidencing the immaterial labor as oneself labor, resulting in bodies corresponding to an esthetic physical pattern in the service of value production.

Keywords Photography. Immaterial Labor. Fashion Model.

INTRODUÇÃO

As fotografias são tecidos, malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de nós para que sejam desdobrados seus segredos.

Etienne Samain

O trabalho imaterial, compreendido como aquele que mobiliza características dos trabalhadores como condição imprescindível à produção (GORZ, 2005; GRISCI, 2006; LAZZARATO; NEGRI, 2001), foi considerado condizente com a atuação de modelos de moda. Wissinger (2007; 2009) explica que o trabalho de modelo, denominado *Modelling work* ou “Modelagem” (WISSINGER, 2007), constitui-se como trabalho imaterial, uma vez que desperta fluxos afetivos que mobilizam a subjetividade dos trabalhadores em busca de produção de valor.

Tal demanda envolve o trabalho estético a ser encarado e o esforço para manter a aparência diante das flutuantes tendências estéticas. Além disso, também faz valer normas através da publicidade. Em seus estudos, Entwistle e Wissinger (2006) e Wissinger (2007; 2009) assinalaram a presença do trabalho imaterial no mundo dos modelos e ressaltaram que há, ainda, muito a se dizer acerca do caminho que envolve a concretização do seu trabalho.

Visando avançar em relação ao que a literatura, em geral, apresenta relativo ao trabalho imaterial de modelo de moda, objetivou-se apresentar a fotografia como recurso metodológico e analítico central à discussão, por compreendê-la, juntamente com Maurente e Tittoni (2007), como agregadora de maior sensibilidade e significação aos estudos. Para as autoras, a fotografia contém, além do que está posto nela, os significados que envolvem a sua construção, indo além de um caráter meramente ilustrativo ou representativo, sendo este o interesse do presente estudo.

Na Administração, no estudo de Gondim, Feitosa e Chaves (2007), as fotografias, escolhidas previamente pelos pesquisadores, foram utilizadas no sentido de ilustrar determinadas situações de trabalho. No estudo de Warren (2007), as fotografias foram registradas pelos próprios participantes da pesquisa, com o objetivo de retratarem seu trabalho. No de

Mendonça, Barbosa e Durão (2007), a fotografia foi utilizada como técnica complementar de coleta dados.

Embora se encontrem, também, estudos que utilizam a fotoetnografia, evidenciando a interlocução da Antropologia Visual com a Administração (CAVEDON, 2005), persiste uma lacuna referente ao uso da fotografia como recurso analítico e reflexivo. Conforme ressaltou Cavedon (2005, p. 14), “vive-se na época em que o visual perpassa todos os domínios do fazer humano, contudo, a Administração continua usando as palavras para descrever e interpretar a realidade do mundo do trabalho”.

Nos próximos itens, abordar-se-á, primeiramente, o contexto do trabalho imaterial de modelo de moda e, em seguida, o caminho metodológico percorrido. Após, apresentar-se-ão os resultados e sua análise e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalho imaterial de modelo de moda

Se o trabalho material demandava, em especial, a força física e os movimentos repetitivos dos corpos dos trabalhadores da produção fordista para o cumprimento de tarefas pré-estabelecidas; o trabalho imaterial hoje conclama, acima de tudo, um corpo que expresse a imagem organizacional e sua dimensão subjetiva (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001). Não afeito à mensuração pelos padrões clássicos de medidas, o trabalho imaterial diz respeito ao “conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador, atualmente valorizadas e demandadas como uma imposição normatizadora de que o trabalhador se torne sujeito ativo do trabalho como condição indispensável à produção” (GRISCI, 2006, p. 327).

Frente a isso, impulsionado para a realização de si, o indivíduo é solicitado a “responder a injunção de estar ‘bem em sua pele’, equilibrado, desabrochado, excelente em todos os domínios da existência, capaz de fazer frutificar a diversidade de seus talentos” (GAULEJAC, 2007, p. 186), de modo a “sair bem na foto”, conforme expressão popular. Essas solicitações, julga Gaulejac, correspondem a um sistema de pensamentos, de crenças e de princípios que são interiorizados e potencializados pelos trabalhadores. Os novos modos de trabalhar voltam-se, portanto, para como um indivíduo “sabe ser”, no sentido de mobilizar-se em prol do trabalho. Nota-se o apelo à subjetividade do trabalhador, o qual deve estar preparado para suportar e responder às novas demandas do trabalho (GAULEJAC, 2007).

Ao referir-se à intensificação do trabalho, Dal Rosso (2008, p. 25) a compreendeu como “os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados”, e afirma que hoje o trabalho busca mobilizar o trabalhador e o convida a trabalhar sempre mais e mais depressa. A intensificação induz o indivíduo a dedicar todo o seu potencial inventivo e inteligência para o trabalho e resulta em aflições cada vez maiores decorrentes da cultura da falha zero e do desempenho, uma

vez que poucos são premiados e muitos são considerados como perdedores. A valorização e o estímulo para uma alta *performance* legitimam a intensificação do trabalho e banalizam a violência e a precariedade das condições do trabalhador (GAULEJAC, 2007).

Se o tempo para o trabalho não conhece mais limitações, os espaços de trabalho diluem-se da mesma forma. O indivíduo deve estar sempre “plugado” e não mais pode ter “necessidade de um escritório fixo, mas de um escritório que ele carrega consigo” (GAULEJAC, 2007, p. 111), para qualquer lugar que poderá vir a tornar-se *set* de produção ou cenário fotográfico, por exemplo. Trata-se, portanto, de uma disponibilização constante para a mobilidade desamarrada de quaisquer laços que possam impedi-la. Embora os movimentos xenofóbicos estejam presentes em alguns países, os mercados estão cada vez mais globalizados e os indivíduos se veem envoltos na sociedade líquido-moderna e em facilidades e incentivos à movimentação internacional, ao estabelecimento de um jogo curto, na perspectiva do curto prazo e de reinícios indolores (BAUMAN, 2007).

Segundo Lipovetsky (2009), a versatilidade da moda organiza a sociedade, por meio da produção de seduções e efemeridades. Assim, alcança novas esferas de todas as camadas sociais. A moda é “celebrada no museu, é relegada à antecâmara das preocupações intelectuais reais; está por toda parte na rua, na indústria e na mídia”, considerou Lipovetsky (2009, p. 9).

Ao impulsionar o consumo e o desejo constante pelo novo a partir de diferentes focos e critérios de criação, a moda passou a ser um dos lugares em que encontramos dispositivos e processos de subjetivação mediando diferentes articulações e possibilidades de existência, afirmou Villaça (2002). Segundo a autora, os indivíduos parecem flutuar em meio a um mercado global que compreende diferentes imagens da mídia, estilos, linguagens, lugares e viagens ao exterior.

Nesse cenário, além dos estilistas, circulam comerciários, profissionais caça-talentos, costureiros, publicitários, jornalistas, consultores, fotógrafos, maquiadores, cabeleireiros, agenciadores e os modelos de moda. Em comum, eles veem-se impulsionados para a realização de si de modo que cada um é convidado a “produzir sua vida, realizar-se, construir-se” (GAULEJAC, 2007, p. 113), sendo, ao mesmo tempo, confrontado com adversidades e com suas próprias fraquezas e temores.

Um olhar mais restrito pode, equivocadamente, impedir que moda e trabalho de modelo de moda sejam considerados em toda a complexidade que os envolve. A noção de trabalho imaterial contribui para, ao menos em parte, visibilizá-la. O trabalho de modelo de moda está regulamentado pela Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, modificada pelo Decreto 82.385 de 5 de outubro de 1978 no qual consta a denominação “Manequim”, como aquele que “representa e desfila usando seu corpo para exibir roupas e adereços”. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2002), traz a denominação Modelo de Moda. Segundo a CBO, modelos são aqueles que:

posam para fotógrafos e artistas plásticos imobilizando o corpo segundo orientação artística ou criando poses próprias, em estúdios, escolas de arte e locações internas ou externas; mostram produtos em trabalhos publicitários (fotos,

filmes e eventos) mobilizando habilidades expressivas que atraem o olhar, que sugerem comportamentos e estilos de vida e que representam o tipo de pessoa que se quer associar ao produto; desfilam em passarelas ou em espaços determinados, onde sincronizam movimentos conforme a música e a coreografia, adotando expressão facial e corporal pré-estabelecida, para expor coleções de moda, detalhes do produto e acessórios, em “*show e show room*” de moda; cuidam da aparência e concentram-se na linguagem corporal (BRASIL, 2002).

Conforme Libardi (2004), modelos são aqueles indivíduos que oferecem suas imagens para vender determinado produto ou serviço. O modelo ideal, segundo a autora, necessita ser alto e magro, pois “faz o *show* na passarela, interpretando as roupas que desfila. Já o modelo fotográfico ou o modelo comercial, como o nome já diz, posa para fotos e conhece técnicas de vídeo, e nem precisa ser tão alto” (LIBARDI, 2004, p. 78). Atualmente, mídia e publicidade não diferenciam modelos de manequins. Consideram a última denominação, em geral, ultrapassada.

Trata-se de um trabalho que se visibiliza no corpo, mas que não diz respeito somente a ele, englobando também a valorização da personalidade, do esforço e da dedicação, da atitude, do estilo, das características e dos códigos do trabalho imaterial (GORZ, 2005; GRISCI, 2006; LAZZARATO; NEGRI, 2001). Os modelos de moda disponibilizam para o trabalho estilo próprio, conhecimento, investimento de tempo, afeto, representações artísticas e, nesse sentido, pode-se tomar o trabalho como inseparável da vida.

Pacce (2006, p. 301) afirmou que, na profissão de modelos, “os atributos físicos ajudam, é certo”, mas “mulher e homem bonito têm aos milhões em qualquer praia do Brasil”. Sacrifícios são necessários àqueles que almejam sucesso em trabalho em que são pagos para estarem bem e apresentarem uma imagem sem sentimentos de dor ou infelicidade (PACCE, 2006). Além da beleza, modelos necessitam ter personalidade, atitude, disponibilidade para mudanças, serem flexíveis, comunicativos, falarem mais de uma língua, entre outras características impossíveis de serem mensuradas (LIBARDI, 2004; SCHIMITZ, 2013; WISSINGER, 2007; 2009).

Assim como se fazem notar as demandas e características do trabalho imaterial, as relações entre modelos no exercício de seu trabalho reconfiguraram-se em redes de cooperação momentâneas. Isso se associa ao fato de que se torna cada vez mais difícil estabelecer relações de confiança em meio a ambientes que, em geral, incitam a competição (BAUMAN, 2007). Para Wissinger (2007; 2009), embora a profissão ressalte competição extrema, a rede de relacionamentos com agentes, fotógrafos e demais promotores tornou-se essencial para a conquista de maior visibilidade, de uma boa reputação e conseqüente efetivação de contratos.

Cabe considerar, ainda, que, apesar de comumente associada a um mundo de *glamour*, luxo e viagens internacionais (LIPOVETSKY, 2009), a realidade da profissão de modelo é um sonho de muitos e sucesso de poucos (LIBARDI, 2004). Schmitz (2013) buscou analisar a relação do consumo midiático com o desejo juvenil de mulheres de seguir a carreira de modelo. Para tanto, utilizou a imagem de um funil para exemplificar o grande número de aspirantes e as limitadas chances de estrelato no trabalho de modelo de moda.

Dada a contextualização, percebe-se que as transformações que ocorreram com a moda e com modelos de moda relacionam-se, diretamente, com as características do trabalho imaterial.

Fotografia

As fotografias podem exibir o mundo de maneiras muito particulares. Rose (2007) sustentou que estamos cercados por diferentes tecnologias visuais – fotografia, filme, vídeo, televisão – e as imagens que eles nos mostram, e todas essas formas de tecnologias nos ofereceriam diferentes visões do mundo. “Uma distinção de visão é, por vezes, feita entre visão e visibilidade. A visão é o que o olho é fisiologicamente capaz de ver. A visibilidade refere-se a: ‘como vemos, como somos permitidos ou feitos para ver’” (ROSE, 2007, p. 2, tradução nossa). O espectador estaria, portanto, em uma relação de visão e visibilidade perante a imagem.

Segundo Rose (2007), disciplinas como a antropologia e a geografia humana utilizaram, historicamente, imagens visuais e, principalmente, fotografias como instrumentos de coleta de dados. Para a autora, a fotografia é um valioso elemento visual para coleta de informações em pesquisas sociais, tendo efeito sobre o espectador que a vê.

O uso de fotografias em estudos sobre trabalho tem merecido destaque no âmbito acadêmico, conforme sinalizaram Maurense e Tittoni (2007). Na Administração, são comuns tanto o uso de imagens técnicas e comerciais de um trabalho como a solicitação de que os participantes fotografem o que para eles representa o trabalho. Ressalta-se que tais estratégias podem acabar limitando a compreensão do trabalho real empreendido, uma vez que estariam mais direcionadas para uma suposta ilustração ou complemento da linguagem textual. Segundo Zanella (2011, p. 31), as fotografias apresentam-se como significativos “dispositivos que não somente dão visibilidade ao foco do olhar do pesquisador ou do sujeito com o qual pesquisa: muito mais (re)velam e, entre esses possíveis, objetivam a epistemologia subjacente ao próprio pesquisar”.

Samain (2012) propôs uma reflexão acerca da fotografia como um lugar de memórias e arquivos vivos do tempo:

As fotografias são tecidos, malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de nós para que sejam desdobrados seus segredos. As fotografias são memórias, histórias escritas nelas, sobre elas, de dentro delas, com elas. É por essa razão, ainda, que as fotografias se acumulam como tesouros, dentro de pastas, de caixinhas, de armários, que elas se escondem dentro de uma carteira. Elas são nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As pequenas peles, as películas de nossa existência. As fotografias são confidências, memórias, arquivos (SAMAIN, 2012, p. 160).

Corroborando a visão de Samain (2012), o uso das fotografias contribuiu para o estudo, pois desencadeou memórias relativas a um trabalho que se visibiliza/invisibiliza no corpo dos

modelos, uma vez que a imagem se constitui como um poderoso registro dos acontecimentos.

Barthes (1984) vislumbra dois elementos presentes na fotografia: *studium* e *punctum*. Entre eles, não se estabelece relação de ligação. Trata-se de uma co-presença. O autor chamou de *studium* tudo que acontece no cenário de uma fotografia e é culturalmente percebido, como, por exemplo, o ambiente, o cenário, as ações, as vestimentas e os gestos. Por outro lado, existe o *punctum*, outro elemento estrutural, que, segundo o autor, diz respeito aos sentimentos, ao que fere quem observa. Algo subjetivo, pessoal e intransferível, “*punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere)”, disse Barthes (1984, p. 46). A interpretação de uma fotografia, portanto, pode ser diferente para cada pessoa que a observar. Pode diferir, também, da interpretação do fotógrafo.

CAMINHO METODOLÓGICO

Participantes, coleta e análise

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, dada sua visão geral acerca de tema pouco sistematizado na literatura. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), estudos qualitativos envolvem um conjunto de práticas interpretativas que direcionam o olhar de pesquisadores para compreender um fenômeno com base nos sentidos que as pessoas dão a ele. Envolvem, portanto, o universo das relações humanas e trabalham com motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO *et al.*, 2013), o que se julgou pertinente ao presente estudo.

Por conveniência, foram acessados para o estudo oito modelos de moda, quatro homens e quatro mulheres, com idade entre 21 e 28 anos, independentemente da formação, com experiência mínima de um ano de modelagem internacional. A eles, atribuíram-se pseudônimos relativos a deuses da mitologia grega. Tal escolha deveu-se à atual e usual expressão “Que deus (a)!”, frequentemente utilizada em alusão à beleza de alguém. O acesso aos participantes ocorreu por indicação, contando com a técnica denominada como *snowball*, ou “bola de neve”, na qual um participante indica outros participantes com características que seriam de interesse do estudo, com base na sua rede de relacionamentos (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

Eles foram entrevistados individualmente, de modo presencial ou por *Skype*, a depender de sua preferência ou localização geográfica, visto que alguns dos participantes trabalhavam no exterior à época das entrevistas. Ferramentas virtuais como o *Skype* têm sido frequentemente utilizadas para a realização de pesquisas acadêmicas qualitativas (DEAKIN; WAKEDIELD, 2014; HANNA, 2012). Tais ferramentas aproximam-se de uma situação presencial, permitindo contato visual e por voz. Ainda, no caso de entrevistados que residam em local geograficamente distante, podem ser uma das principais formas de comunicação com familiares e amigos no país de origem, por isso, em geral, se sentem confortáveis com a ideia de serem entrevistados (as) dessa forma.

Solicitou-se previamente que cada modelo selecionasse, de livre escolha, uma fotografia relativa ao seu trabalho. Dada a compreensão da fotografia como elemento central à discussão (MAURENTE; TITTONI, 2007; SAMAIN, 2012), optou-se por privilegiá-la como condutora das falas, em detrimento de um possível roteiro de entrevista com perguntas pré-definidas. Desse modo, os modelos falaram livremente a respeito do seu trabalho e de si perante aquela fotografia, e escutou-se a respeito do trabalho realizado, da mobilização de si, do que os modelos viam de si na imagem e de como a avaliavam. As entrevistas, com duração aproximada de 30 minutos, foram gravadas e posteriormente transcritas a fim de serem analisadas à luz do referencial teórico pertinente. A análise empreendida levou em conta as significações compartilhadas pelos modelos a respeito do trabalho realizado.

Os resultados e análise apresentam uma breve descrição feita pelas pesquisadoras a respeito do que viram de cada fotografia selecionada, a fim de problematizar essa descrição relativamente às falas dos modelos.

Embora tenha sido dito aos participantes que as fotografias não seriam divulgadas, todos, sem exceção, mostraram-se confortáveis com a divulgação, caso fosse necessário. A fim de garantir-lhes o sigilo, optou-se pela não divulgação.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O relato da fotografia selecionada por Atena, permitiu ver um pequeno ato de insubordinação e resistência aos ditames da profissão, cerceado por um modelo de modelo de moda que se fez notar na pose que favorece a aparência do corpo magro. O que se viu na fotografia é Atena em pé, sorridente, com olhar direcionado para a câmera e com os braços abertos em frente a uma ponte. A modelo veste roupa colorida e sua mão direita segura um objeto, aparentemente um papel. A fotografia pertence ao seu acervo pessoal e, durante a fala, Atena mostrou-se emocionada e não conteve as lágrimas ao rever tal fotografia e lembrar-se da vida vivida em sua primeira viagem internacional. Isso permitiu considerar a fotografia como desencadeadora das lembranças relativas à experiência vivida. A imagem, compreendida nessa perspectiva, mostrou-se pensante (SAMAIN, 2012).

Foi em Nova York, a primeira vez que eu fui. Eu trouxe essa [fotografia], porque acho ela significativa por várias coisas. Mostra um pouquinho de como ela é fantástica, apesar do momento difícil que eu estava vivendo lá. Foi quase no fim da viagem, eu estava muito triste e eu tentei parecer feliz na foto. Eu estava com um moletom gigante, porque eu já tinha engordado, eu estava me sentindo gorda e levantei os braços para o moletom ficar maior que o meu quadril e parecer meu quadril mais magro e mais fino, então tudo foi estrategicamente pensado, eu não estou de braços para cima do nada. A coisa lá extrapola tua vida profissional. Tu achas que todo mundo vai te ver gigante. E eu estava comendo um chocolate, e eu nunca podia comer um chocolate. Mas eu estava numa época que eu comia por meio que me autossabotar. E esse chocolate não era uma coisa comum, ele era um erro, ele significava muito mais [...] Eu não me sentia uma pessoa normal nem para comer uma sobremesa quando estava com vontade. Isso pode parecer pouco, mas é muito significativo (ATENA).

Percebe-se que a fotografia selecionada por Atena possui um *studium*, referente ao cenário da fotografia, aos elementos visíveis e anteriormente descritos, e um *punctum*, algo que a fere a ponto de considerar a imagem como significativa para si. Tal elemento caracteriza-se como algo pessoal e intransferível por dizer respeito ao impacto causado, por determinada fotografia, em determinada pessoa. Segundo esse entendimento, a fotografia de Atena poderia permanecer totalmente indiferente no olhar de outra pessoa, despertando apenas um interesse geral, sem *punctum*, sem ferir diretamente o espectador (BARTHES, 1984).

Ademais, tal apreciação leva a perceber controles exercidos por terceiros e pela própria modelo a fim de adequar-se ao perfil vigente no aqui e agora para afastar-se da estagnação, algo que permaneceria insuspeitado se não estivesse acompanhado pela fala. Conforme Barthes (1984, p. 16), “seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira, uma foto é sempre invisível: não é ela que vemos” (BARTHES, 1984, p. 16).

As fotografias escolhidas pelos modelos Kera, Psiquê e Ares pertenciam a seus *books* fortes, nome atribuído ao conjunto de fotografias utilizadas para a apresentação dos modelos. Esses modelos relataram que as fotografias por eles selecionadas representaram a abertura de oportunidades de trabalho no exterior. A fotografia selecionada por Kera é em estúdio e a modelo está só, em pé, e porta vestido colorido. Seu rosto, com aparência séria e olhar direcionado para a câmera. A marca da empresa, com escritos em mandarim, aparece duas vezes, acima e à direita de Kera. A seguir, a modelo relata o significado da fotografia para si.

Essa foto que escolhi foi daquele trabalho que eu te contei que eu fui três vezes à cliente para ela me ver. Parecia que as três vezes que fui naquela cliente, ela nunca tinha me visto, porque ela pegou meu *book*, ela olhou todo o *book*, me olhava dos pés à cabeça, pediu para eu desfilas umas duas ou três vezes. Foi realmente uma cliente muito importante para a minha carreira. Mas foi só depois de umas três vezes que eu fui lá, que eu consegui. E aí ela olhava aquele *book*, nossa, ela ficava meia hora olhando o *book*, pedia para desfilas. Aí eu achei, “não vou pegar o trabalho”, porque demorou um mês para ela dar a resposta do teste. Para esse trabalho, eu saía umas 7h da manhã de casa e voltava umas 22h, 23h da noite, e foram dois dias diretos assim, só parava para almoço. Era engraçado que lá, no trabalho, tu não tinhas muito tempo para se alimentar direito, só no almoço ali, e, depois, a gente ia embora, então, nessa fotografia, eu estava morrendo de fome (KERA).

Segundo Sontag (2007, p.20), “as fotografias são uma interpretação do mundo”. Observando-as os modelos puderam pensar as singularidades que dizem respeito ao trabalho imaterial realizado (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001). E, conseqüentemente, à vida vivida e ao corpo que visibiliza ou invisibiliza o trabalho imaterial no sentido de deixar ver as mensagens a ele demandadas e impedir de ver a intensificação (DAL ROSSO, 2008) que a ele pode se abater, no caso, na forma da fome e do cansaço sentidos.

Psiquê selecionou uma fotografia em que está em estúdio, aparece sozinha, em pé e com uma das mãos na cintura. Veste maiô na cor preta, tem o rosto com aparência séria e voltado à direita. Quem a vê não alcança a dimensão que aquela fotografia representou na composição do *book* forte de Psiquê. “Essa fotografia foi quando comecei a ganhar meu espaço no Chile,

com um fotógrafo muito famoso. Ele abriu espaço para que eu ficasse mais conhecida e falou que, na próxima vez que eu voltasse para o Chile, eu ia estourar”, diz ela. Compreendido como o *curriculum vitae* de um modelo, o *book* forte é uma das primeiras exigências feitas no exterior, sendo visto como elemento de segurança que atesta a qualidade do trabalho do modelo, conforme atestou Ares. Segundo Libardi (2004), é por meio das fotografias que compõem o *book* forte que a modelo demonstra o seu talento, a sua expressividade, a sua atitude, enfim, o melhor que consegue trabalhar.

Ares selecionou uma fotografia em que aparece sozinho e veste calça jeans, camisa e paletó. A aparência é séria, com olhar fixado em ponto qualquer, caminhando em direção à câmera com movimento ascendente em uma escada. Em sua fala, o modelo dá ênfase à dificuldade de realização da fotografia e sobre as oportunidades de trabalho por ela visibilizadas.

Essa foi uma fotografia que eu fiz para uma marca de jeans. Foi uma campanha que me abriu as portas para trabalho em Israel. Marcou como uma nova etapa. Significa algo como “venci até aqui, quebrei essa barreira, agora vou poder mostrar o meu trabalho”. Não é uma das minhas fotos preferidas, mas é uma foto que representa algo para mim. Não foi uma foto fácil, porque o fundo é falso, estava muito quente aquele dia, o ar condicionado do fotógrafo não dava conta, e, para fazer as escadas da foto, foi feito com madeira, eles colocaram uma tela verde para poder fazer o fundo. Eu fiz várias vezes a mesma pose, subindo no degrau e olhando para câmera, até o fotógrafo dizer que estava ok (ARES).

Através das manifestações de Kera, Psiquê e Ares, vê-se que os modelos mobilizaram algo além da beleza física para a fotografia. Desde a disposição para passarem, por vezes, dias inteiros em estúdios sendo fotografados, repetindo várias vezes a mesma pose a fim de conseguirem a diferença demandada para a fotografia ideal, até a omissão de sentimentos como o cansaço e a fome, para transmitirem a imagem de uma pessoa feliz e confortável no momento do clique.

As considerações corroboram o que ressaltou Gaulejac (2007) sobre o trabalhador contemporâneo, constantemente exigido a transmitir uma imagem de estar bem na própria pele. Na especificidade dos modelos de moda, essa exigência aparece de forma exacerbada. A escolha de Poseidon sugere que a fotografia também requer a incorporação da marca, do estilo, do conceito atribuído a cada trabalho.

Na fotografia, a preto e branco, o modelo veste calça preta e camiseta da banda britânica de rock Led Zeppelin. Poseidon está saltando e simulando o movimento de tocar um instrumento musical, como uma guitarra ou baixo. Sobre a fotografia, ele diz: “esta fotografia demanda mais habilidade da minha parte. É uma interpretação para uma marca, eu tinha que incorporar um estilo *rock’n’roll*. Fiz a pose pulando e essa foto também está no meu *book* e me trouxe muitos trabalhos”. Interpretar a marca e incorporar um estilo dizem respeito às características requisitadas pelas marcas e agências de modelos e, ao mesmo tempo, ao trabalho imaterial que se vê no próprio corpo (PACCE, 2006; WISSINGER, 2007; 2009).

Nix fez recair sobre o passado um olhar benevolente que se sustenta na ideia de

reconhecimento, vislumbrado através da fotografia que selecionou. A fotografia escolhida por Nix é de um *outdoor*, exposto em um prédio, no qual a modelo está sozinha, com rosto sorridente e olhar direcionado para a câmera. Veste roupa na cor preta e a marca da empresa aparece à esquerda da modelo acompanhada dos seguintes elementos textuais “*Keep comfort*”. A fala sobre a fotografia selecionada pela modelo transpareceu o sentimento de orgulho perante a observação do trabalho realizado, e o sentido de alegria dado à experiência na China.

Cheguei para trabalhar e acho que era a segunda semana de trabalho que eu fiz. Eu estava ao telefone com uma amiga e muitos chineses ao meu redor, maquiador, cabeleireiro, fotógrafo, e eu na frente do estúdio. Eles me cutucavam, falavam em chinês e apontavam para o céu. E eu falava ‘Calma, calma’. Quando eu olhei para o lado tinha um *outdoor* enorme meu. Eu olhei para o outro lado e tinha outro e eu ‘Meu Deus do Céu!’. Não tem explicação. Eu nunca tinha conseguido ver um *outdoor* com um trabalho meu. Quando eu olhei esse, eu perdi o chão, fiquei em choque. Eu perguntava ‘Essa sou eu?’. Era um trabalho qualquer, mas só de ver, nossa! (NIX).

A partir da fala de Nix, pode-se notar que a fotografia carrega consigo a magia da (re) criação de um “isso foi” (BARTHES, 1984, p. 115) àquela que a observa, um estímulo ao momento perpetuado. Incita, ainda, “sentimentos antes esquecidos, relativos a um momento que não está mais entre nós, ou trazer, por instantes, sensações vividas em determinada época; ela cumpre o seu papel na lembrança, na reminiscência e na redescoberta dos fatos” (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 215).

Algumas fotografias foram escolhidas por representarem justamente um momento de consagração na carreira como modelo de moda. “O desfile da Milão *Fashion Week*” (PROMETEU); “a capa da *Vogue*” (CRONOS); “o *outdoor* em um prédio da China” (NIX). Segundo Samain (2012, p. 153), as fotografias são um convite a “olhar nossa história” e, revisitando suas imagens, os modelos relembrou momentos marcantes de seus trabalhos.

Prometeu escolheu fotografia em que desfila em uma passarela e aparece em primeiro plano, acompanhado por outro modelo que se encontra de costas ao fundo. Veste roupas e sapatos pretos, porta cartola e leva consigo um bastão de punho. Prometeu transmite porte aristocrático, está com aparência séria e olhar direcionado para a câmera. Ao falar sobre a fotografia, o modelo lembrou-se do desfile realizado em Milão:

Escolhi uma foto do desfile Milão *Fashion Week*, que é o evento que me fez ficar na Itália esperando, porque eu queria muito fazer esse desfile. Entrei tremendo na passarela, mas essa fotografia significa muito para mim, representa tudo que eu passei lá, sentimentos bons e ruins, angústia, medo, saudade, e até fome para conquistar esse desfile. Esse foi meu primeiro pequeno sonho. De ter participado dos testes e ter conseguido. Eu passei por tudo que eu passei para poder conseguir isso (PROMETEU).

De sua fala, depreende-se que o desfile resultou de meses de sacrifícios suportados na perspectiva do jogo curto (BAUMAN, 2007), para que pudesse alcançar o seu objetivo

ou, como se referiu à fotografia, seu primeiro pequeno sonho. O trabalho imaterial, aquele não quantificável por padrões clássicos de medida, evidenciou-se, portanto, por meio dos sentimentos contidos e suportados, recordados e confessados a partir da fotografia.

Cronos, por sua vez, escolheu uma fotografia em estúdio, a preto e branco. O modelo está acompanhado de uma modelo. Ambos estão sentados no chão, vestem roupas claras e apresentam aparência séria com olhares voltados um para o outro. A marca que aparece é de uma determinada revista, à esquerda dos modelos, na parte inferior da fotografia. O modelo optou por falar sobre essa fotografia que lhe faz lembrar um momento importante da carreira, assim como Prometeu. Villaça (2002) e Bonadio (2004) destacam que ser capa dessa revista é almejado por qualquer *top model* e o relato de Cronos reforça a admiração e estima que circula entre os modelos de moda com relação à revista, o que sugere o sentimento de reconhecimento pelo trabalho realizado.

Eu estava em um *casting* em Milão, um entre tantos, aí o *booker* lá me ligou e disse ‘ó, preciso que tu abortes as tuas missões aí, não sei quantos *castings* tu já fizeste hoje, mas eu preciso que tu vás agora para um estúdio’. Aí eu disse ‘ok, beleza’. Menina de Deus. Eu cheguei lá e eu olhei... Era um lugar fino, legal pra caramba. Cheguei todo suado, logo secaram todo o meu rosto. Guria, eu não sabia que eu estava fazendo o primeiro editorial para essa revista. Primeiro editorial da minha vida na Europa foi dela. Essa foi ‘a foto’. Eles tentaram me mostrar o estilo que o editorial ia ter, mas eu não entendo muito de italiano e falava ‘*io non capisco niente*’. Eu fiquei muito nervoso, fiquei pensando que não poderia falhar, tinha que dar meu máximo, aquele era o meu momento (CRO-NOS).

Na perspectiva apresentada por Samain (2012, p. 163), compreendeu-se as fotografias como “lugares de questionamentos, lugares dentro dos quais, escrevemos, também, nossa história”. O orgulho sentido por Cronos, por exemplo, não se vê na fotografia, mas ele sustenta sua história de vida por meio do trabalho de modelo de moda.

A fotografia permitiu compreender que o trabalho imaterial pode ser visibilizado ou invisibilizado no corpo do próprio modelo, revelando, inclusive, a intensificação de um trabalho que, em geral, a *glamourização* tenta minimizar. Os relatos dos modelos revelaram o *punctum* evocado pela fotografia. Elementos não necessariamente evidentes em uma fotografia, mas que se manifestam por um longo tempo após o momento fotografado. “As pessoas envelhecem e morrem, os objetos e equipamentos se modificam ou se deterioram com o tempo. O que resta é a fotografia, o que nela ficou registrado se materializa e se imortaliza”, ressaltaram Felizardo e Samain (2007, p. 218).

Considera-se que “sem chegar a ser um sujeito, a imagem é muito mais que um objeto: ela é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento. A imagem é pensante”, conforme disse Samain (2012, p. 159). A fotografia serviu como um disparador de falas sobre o que ocorreu especificamente naquele trabalho, visibilizado ou não e, ao mesmo tempo, desencadeou memórias pessoais da vida vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia, como recurso analítico e reflexivo do trabalho imaterial de modelo de moda, possibilitou ao estudo a superação das metodologias tradicionais relativas ao seu uso. Considera-se, ainda, que a opção pela não exposição das fotografias contribuiu como recurso metodológico inovador para pesquisas qualitativas, bem como substancial ao presente estudo, no sentido de evidenciar o contraste entre descrição do que é visto e a fala do modelo acerca do que a fotografia significa para si.

Como resultados do estudo, do ponto de vista teórico-metodológico, a fotografia: i) desencadeou questões que poderiam permanecer insuspeitadas para as pesquisadoras, caso não tivessem sido consideradas para o estudo em questão; ii) apresentou-se como lugar de memórias biográficas (SAMAIN, 2013) e recurso disparador da fala para os sujeitos, pelo que ela mostra e, ao mesmo tempo, não mostra; e iii) possibilitou visibilizar o invisível (BARTHES, 1984), ao evidenciar o trabalho imaterial como trabalho de si sobre si, resultando corpos correspondentes a padrões físicos estéticos a serviço da produção de valor.

A breve descrição de cada fotografia mostrou-se adequada no sentido da compreensão de que a descrição tão somente se mostra algo limitado, uma vez que muitas questões permaneceriam insuspeitadas se não acompanhadas da fala. Segundo Sontag (2007), descrições tendem a exagerar os dados da visão, entretanto, nenhuma consegue fixar, de forma permanente, o significado de uma fotografia. Mesmo que estática, a fotografia pode carregar múltiplas possibilidades de visibilidades e significações, reforçando também o que disse Barthes (1984).

Por fim, considera-se que a fotografia pode ser utilizada como problematização de estudo, provocação do visível e como disparador da imaginação e abertura dos fluxos de visibilidade para reflexão sobre variadas investigações problemáticas em pesquisas qualitativas. As fotografias e o contexto em que se colocam podem trazer questões específicas para a produção de conhecimento, uma vez que despertam lembranças aos informantes que poderiam permanecer insuspeitadas por outras alternativas de análise. Com isso, supera-se a ideia da fotografia elencada única e exclusivamente como recurso metodológico ilustrativo/representativo para coleta de dados.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: nov. 2016. Aceito para publicação em: set. 2017.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BARTHES, R. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: Problems and techniques of chain

referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BONADIO, M. C. Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Brasil dos anos 1960. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 47-81, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações 2002**. Brasília: MTE, 2002.

CAVEDON, R. N. Fotoetnografia: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não-ditos organizacionais. **Organização & Sociedade – O&S**, v. 12, n. 35, p. 13-27, 2005.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DEAKIN, H.; WAKEFIELD, K. Skype interviewing: Reflections of two PhD researchers. **Qualitative Research**, v. 14, n. 5, p. 603-616, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ENTWISTLE, J.; WISSINGER, E. Keeping up appearances: aesthetic labour in the fashion modelling industries of London and New York. **The Sociological Review**, v. 54, n. 4, p. 774- 794, 2006.

FELIZARDO, A.; SAMAIN, E. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos Fotográficos**, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

GAULEJAC, V. D. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

GONDIM, S. M. G.; FEITOSA, G. N.; CHAVES, M. A imagem do trabalho: um estudo qualitativo usando fotografia em grupos focais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 4, p. 153-174, 2007.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRISCI, C. L. I. Trabalho imaterial. In: CATTANI, A. D.; HOLZMAN, L. (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

HANNA, P. Using internet technologies (such as Skype) as a research medium: a research note. **Qualitative Research**, v. 12, n. 2, p. 239-242, 2012.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LIBARDI, M. **Em busca da fama: profissão modelo**. São Paulo: SENAC, 2004.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAURENTE, V.; TITTONI, J. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n. 3, p. 33-38, 2007.

MENDONÇA, J. R. C.; BARBOSA, M. L. A.; DURÃO, A. F. Fotografias como um recurso de pesquisa em marketing: o uso de métodos visuais no estudo de organizações de serviços. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 57-81, 2007.

MENEZES, M. A fotografia como de produção de conhecimento nas ciências humanas e sociais: primeiras aproximações. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 12, n. 1, p. 90-102, 2013.

MINAYO, M. C. D. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

PACCE, L. **Pelo mundo da moda**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

ROSE, G. **Visual methodologies**: An introduction to researching with visual materials. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

SAMAIN, E. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. **Visualidades**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, 2012.

SCHMITZ, D. M. **Vivendo um projeto em família**: consumo midiático, beleza feminina e o sonho juvenil de ser modelo profissional. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VILLAÇA, N. Personas na passarela: moda e subjetivação. **Logos**, v. 9, n. 2, p. 45-50, 2002.

ZANELLA, A. V. Fotografias e pesquisas em psicologia: retratos de alguns (des)encontros. In: ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. (Org.). **Imagens no pesquisar**: experimentações. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2011.

WARREN, S. Show me how it feels to work here: using photography to research organizational aesthetics. **Ephemera**, v. 2, n. 3, p. 224-245, 2002.

WISSINGER, E. Modelling a Way of Life: Immaterial and Affective Labour in the Fashion Modelling Industry. **Ephemera: Theory & Politics in Organization**, v. 7, n. 1, p. 250-269, 2007.

_____. Modeling Consumption: Fashion modeling work in contemporary society. **Journal of Consumer Culture**, v. 9, n. 2, p. 273-296, 2009.

Agradecemos à Capes e ao CNPq, pelo apoio concedido.

**Vanessa
Amaral Prestes**

Mestre e doutoranda em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/EA/UFRGS.

vanessa.amaral.prestes@gmail.com

**Carmem Ligia
Iochins Grisci**

Doutora em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Pós-Doutorado ISEG/Universidade de Lisboa. Pesquisadora CNPq 1D. Professora Titular – Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/EA/UFRGS. Bolsa CNPq - Brasil. Processo 302978/2014-3.

cligrisci@ea.ufrgs.br

A photograph capturing a person in mid-air, performing a handstand on a wooden pier. The person is shirtless and wearing dark shorts, with their body inverted and legs spread wide. The pier is made of weathered wooden planks and occupies the bottom-left corner of the frame. The background is a vast expanse of blue ocean with gentle ripples, extending to a distant, hazy horizon under a bright sky with scattered clouds. Two text overlays are present: one in the top right and one in the bottom right, both reading 'Foto: Fabrício Nascimento da Cruz'.

Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Foto: Fabrício Nascimento da Cruz



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Um Espaço de Saudade: A Feira da Praça dos Namorados em Vitória/ES, na Memória de Seus Integrantes¹

Eduarda Cricco Miranda Barcelos Gripp e Fabiana Florio Domingues

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender a influência da construção e reconstrução das memórias a partir das narrativas dos sujeitos na ressignificação do espaço simbólico de uma feira de artesanato. Para tal, buscou-se articular conceitos relacionados à memória organizacional, cotidiano e espaço percebido. A etnografia foi usada como método de coleta e interpretação de dados, além das narrativas dos sujeitos que trabalham na feira há mais de 20 anos, expressas em trechos de diários de campo, elaborados seguindo a técnica de observação participante. Como resultado, evidenciou-se a existência de uma memória coletiva que influencia na percepção do espaço simbólico percebido da Feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, da cidade de Vitória/ES. Tal espaço percebido por seus sujeitos como espaço de amizade, cooperação, realização pessoal, espaço de liberdade e saudade, revela um tipo de interação que supera a materialidade física da feira, ampliando seu valor simbólico e mediando as práticas cotidianas nesse contexto organizacional. Este artigo contribui para a ampliação das discussões que envolvem memória organizacional, evidenciando, empiricamente, de que forma as lembranças e memórias influenciam a percepção do espaço organizacional, configurando relações construídas entre sujeitos e o espaço percebido.

Palavras-chave

Memória. Cotidiano. Espaço Percebido. Etnografia. Feira.

Abstract

The present paper has the objective of apprehending the influence of the construction and reconstruction of memories within the narrative of the subjects through the resignification of the symbolic space of a craft fair. Therefore, we sought to articulate concepts related to organizational memory, everyday life and perceived space. Ethnography was used as a method for collecting and interpreting data, besides the narratives of subjects who have

been working in the fair for more than 20 years, expressed in excerpts of research diaries, elaborated with the participant observation technique. As a result, it was found the existence of a collective memory that influences the perception of the perceived space of the craft and arts fair at the “Praça dos Namorados”, in Vitória/ES. For the subjects, that space meant affection, cooperation, achievement, liberty and nostalgia, reveling a kind of interaction that goes beyond the physical materialisation of the fair, expanding its symbolic value and mediating everyday practices within this organizational context. This paper contributes to more discussions that involve organizational memory, empirically evidencing how memories influence the perception of organizational space, configuring relationships built between subjects and perceived space.

Keywords Memory. Everyday Life. Perceived Space. Ethnography. Fair.

INTRODUÇÃO

Na busca pela compreensão de fenômenos simbólicos que permeiam os diferentes *loci* da vivência humana, tem se debatido o tema memória, principalmente no campo da História, mas, também, ainda que de maneira desafiadora, no campo dos Estudos Organizacionais. O desafio depara-se na forma do funcionamento da Administração e encontra-se na amplitude da definição do conceito de memória (COSTA; SARAIVA, 2011). Este conceito se amplia quando se parte da premissa de que a memória está no presente, mas pertence ao passado (NORA, 1993), bem como na consideração de que o fenômeno não se dá apenas no âmbito de memórias individuais, mas também de memórias sociais e coletivas (HALBWACHS, 2006).

Além disso, outra concepção marcante para o fenômeno diz respeito ao fato de que a memória não é neutra: quando se fala em passado, fala-se em atribuição de valor àquilo que se lembra e àquilo que se esquece (COSTA; SARAIVA, 2011; ROWLINSON *et al.*, 2014). Dessa forma, considera-se que a memória é criada constantemente por meio das vivências dos sujeitos. Sujeitos estes que podem ressignificar, a cada novo momento, as histórias do passado (NORA, 1993; HALBWACHS, 2006). Para Costa e Saraiva (2011), a memória ajuda o sujeito a sintetizar as coisas do mundo bem como criar e amparar uma realidade.

Essas diferentes concepções, formuladas a partir da subjetividade acessada pela memória dos sujeitos, têm importante papel na percepção do espaço simbólico. Dessa maneira, o espaço percebido, aquele associado à “realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 65), pode ser afetado alterando as relações entre sujeitos e os espaços físicos da cidade.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo compreender a influência da construção e reconstrução das memórias a partir das narrativas dos sujeitos na ressignificação do espaço simbólico de uma feira de artesanato. Assim, esta investigação busca contribuir para a ampliação das discussões que envolvem memória organizacional, evidenciando, a partir de uma pesquisa de campo, de que forma as lembranças e memórias dos sujeitos podem influenciar a percepção do espaço organizacional, configurando uma relação construída entre os sujeitos e o espaço percebido da feira. Destaca-se, ainda, que esta pesquisa é derivada das articulações entre as problematizações realizadas em duas dissertações de mestrado acadêmico, sendo uma etnografia em uma feira de artesanato e a segunda, uma pesquisa sobre memórias relacionadas a um espaço simbólico, localizado na mesma cidade da feira.

A feira em questão faz parte do atrativo contemporâneo da cidade de Vitória no Espírito Santo, sendo considerada pelo poder público local como ponto de passagem obrigatório para turistas e visitantes da cidade, nas diferentes épocas do ano. Enquanto local de trabalho, é coordenada pela Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda da Prefeitura de Vitória, proporcionando espaço de trabalho para cerca de 209 expositores, sendo 159 de artesanato e brinquedos e 50 de alimentação (VITÓRIA [Município], 2013a; 2013b; 2013c).

A fim de interpretar o simbólico presente na feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, optamos pela utilização do método etnográfico, visto que este procura ler, “no sentido de construção de uma leitura” (GEERTZ, 1989, p. 7), buscando a compreensão ao verificar os comportamentos transitórios e modelados, sem julgamentos ou ideias pré-concebidas. Ademais, o método permite ao investigador, a partir de sua interpretação, reorganizar “dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo” (MAGNANI, 2002, p. 17), condizente ao estudo interdisciplinar em feiras, como propõe Mott (2000).

Compreender dinâmicas organizativas em feiras possibilita a ampliação do entendimento acerca das práticas organizacionais, promovendo reflexões a respeito do artesanato como forma de expressão cultural, permitindo ainda que estas sejam consideradas como ponto de observação alternativo para novos estudos (FIGUEIREDO; MARQUESAN, 2014). As feiras exercem certa atração aos visitantes de uma cidade, isto porque, segundo Mott (2000, p. 14), apresentam-se “como uma espécie de vitrine da produção local, do artesanato, da população, da cidade, da região”. As feiras representam, ainda, lugares tradicionais e tradicionalmente populares, carregados de atividades com características diversas (FILGUEIRAS, 2006). Ferretti (2000) coaduna com tais descrições, ao afirmar que as feiras trazem consigo rico significado histórico e cultural, tornando-se, com frequência, atrações turísticas, principalmente por apresentarem aos visitantes, entre outras manifestações culturais da região, comidas típicas e artesanatos.

Em registros históricos, a primeira referência às feiras feita no Brasil é datada do ano de 1548. Não surpreende a menção tão remota, visto que a feira mais antiga de que se tem notícia na região onde hoje se situa Portugal data de 1125. Ou seja, os portugueses colonizadores já estavam acostumados ao tipo de comércio em feiras e mercados, uma vez que, em meados do século XV, estimava-se existirem no reino cerca de 95 feiras. Trazidas pelos portugueses,

as feiras no Brasil sofreram influência do modelo europeu e das feiras da costa africana, com as quais os portugueses estavam acostumados a negociar (MOTT, 1976).

Dessa forma, as feiras brasileiras podem ser percebidas em certa parte como herança da tradição ibérica, a qual, posteriormente, foi mesclada com práticas africanas e ainda como resultado de uma longa evolução dos mercados a céu aberto. As feiras constituem assim uma realidade no cotidiano das cidades, possibilitando ampliar-se seu entendimento no sentido de suas construções simbólicas e múltiplas apropriações (FERRETTI, 2000; FILGUEIRAS, 2006; MOTT, 2000; SOUSA, 2000).

Para melhor apreensão dos temas abordados, este artigo foi apresentado em quatro seções, além desta introdução. A seguir, a construção teórica que serviu de base para análise dos resultados, seguida dos caminhos metodológicos, apresentação do *locus* e sujeitos desta pesquisa, resultados obtidos e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O campo dos Estudos Organizacionais notoriamente ampliou suas fronteiras nas últimas seis décadas. Essa ampliação se deu principalmente devido ao desenvolvimento de diferentes linhas de pesquisa no campo dos Estudos Organizacionais que privilegiaram a interdisciplinaridade. Ao longo desse período, os estudos permitiram, igualmente, uma maior fluidez nas diferentes maneiras de se estudar a ciência da Administração e as organizações (BURRELL, 1999; CLEGG; HARDY, 1999; SARAIVA; CARRIERI, 2007).

Nesse contexto, buscamos relacionar a dimensão conceitual que trata da memória (HALBWACHS, 2006; NORA, 1983; VEYNE, 2008) com a percepção do espaço socialmente produzido de Lefebvre (2006), respeitando a interdisciplinaridade dos temas, visão que procuramos atender ao longo desta investigação.

MEMÓRIA, NARRATIVAS E HISTÓRIA

A fim de compreender diferentes formas organizativas, busca-se acessar seu passado, de maneira que o uso da história pelos estudos das organizações, segundo Rowlinson *et al.* (2014), tem sido cada vez mais significativo na área. Ao trazer perspectivas históricas para a Administração, estes autores ressaltam que o presente da organização é construído continuamente através da cultura e o passado é acessado por meio das narrativas. Assim, afirmam que, associado à narrativa, desenvolve-se o conceito de memória. A memória organizacional desenvolve-se como uma narrativa, e esta representa uma forma de organizar a seleção e interpretação do passado pelo sujeito (ADORISIO, 2014).

Costa e Saraiva (2011) destacam que a memória é uma temática desafiadora no campo dos Estudos Organizacionais. Ressalta-se que acessar elementos do passado não significa procurar ou encontrar uma verdade absoluta. Todavia, através da memória, buscam-se novas formas de pensar o passado com base nas narrativas pontuais dos atores envolvidos a fim de

se compreender determinado objeto no presente (BARROS; CARRIERI, 2015).

O debate sobre memória pela Administração torna-se uma opção interessante no campo dos Estudos Organizacionais com o intuito de entender o que se lembra ou o que se esquece nas organizações (COSTA; SARAIVA, 2011). Rowlinson *et al.* (2014) afirmam que o processo de lembrar e esquecer é seletivo, consciente ou inconsciente. Estes autores também reforçam que os estudos de memória social têm interface com os estudos organizacionais e possuem foco nas narrativas do passado de organizações, além disso, estão em crescimento.

Ybema (2014) corrobora esse pensamento ao afirmar que, na medida em que o passado é irrecuperável, a história é inevitavelmente um ato interpretativo e uma construção narrativa. Para o autor, estudos de história viva recorrentemente mostram que as narrativas do passado das pessoas tendem a ser altamente seletivas e, muitas vezes, uma versão dos fatos históricos, descrevendo o passado do ponto de vista atual.

Como a memória não é una, ela é social e coletiva, o desafio é trazer à tona registros silenciosos ou até mesmo não óbvios, porém, tão legítimos e importantes quanto os registros mais evidentes. Em pesquisas sobre memórias em organizações, ressaltam-se algumas ponderações que, segundo Costa e Saraiva (2011), podem auxiliar tais pesquisas, como o fato de reconhecer que existe uma intencionalidade nos registros, visibilizar possibilidades de fragmentações do campo da memória, admitir que existem diferentes visões dos atores envolvidos e contestar a objetividade de informações vindas do passado.

É possível dizer que existe uma forte conexão entre narrativas e memórias. A prática de contar histórias dá-se através da linguagem: assim, a linguagem também passa a ser um relato. Dessa maneira, a narrativa faz o que a historiografia pratica e a antropologia reforça (CERTEAU, 2014). Entretanto, Ybema (2014) afirma que reflexões de um passado coletivo têm pouco ou nada a ver com a historiografia: por tratar-se da história contada e influenciada por aquilo que se lembra e se esquece passa a ser uma reconstrução dos fatos, criativa e remontada a partir das vivências de seu autor.

Compreendemos que a perspectiva de Certeau (2014) vai ao encontro do entendimento de Ybema (2014) ao destacar que tanto o relato quanto a linguagem fazem parte da arte de dizer. A arte de dizer, por sua vez, decorre da arte de pensar e fazer. Dessa forma, pode-se dizer que estas são características da narrativa. Ressalta-se que o ato de narrar não é o mesmo que descrever, daí a importância científica de narrar uma história. A narrativa, por sua vez, é um saber-dizer, isso significa que é o encadeamento entre a história que foi vivida e a história que está sendo narrada. Nesse sentido, a narrativa atribui à história um aspecto de ficção, como foi algo ocorrido no passado, é a memória fazendo uso de sua autoridade (CERTEAU, 2014).

Nora (1993) também discute a diferença entre memória e história. Para este autor, a memória refugia-se em dado momento da história; assim, segundo o autor, ocorre uma ruptura de equilíbrio de um passado que já está morto com o que ainda permanece vivo, como as tradições, os costumes. A memória produz sentimento de continuidade e, segundo o autor, pode-se admitir que ela não existe mais: o que existe são meios de produzir a memória. A

história trata do relativo, é universal: é de todos e de ninguém. Enquanto a memória é a vida transportada pelos grupos que ainda vivem, a história é uma constante reconstrução do que não mais existe (NORA, 1993).

Segundo Halbwachs (2006), a memória refugia-se em um determinado momento no tempo e funciona como um elo entre passado e presente. Costa e Saraiva (2011) corroboram esse entendimento ao argumentar que é este o elo que atribui importância de uma função social do passado, quando os fatos são processados em função das necessidades do presente. O tempo traz a necessidade de se ter a memória e, através dela, ver a criação, construção e reconstrução dos significados (IPIRANGA, 2010). De acordo com Halbwachs (2006), o grupo social e suas diversas atividades guardam relação com o lugar onde partilham as diferentes experiências.

Para Halbwachs (2006), essas lembranças podem ser tanto produzidas por um indivíduo quanto por outro, ou seja, não é necessário que um indivíduo esteja presente de forma material para se lembrar de algo. Dessa forma, pode-se afirmar que as lembranças são coletivas, mesmo que o fato esteja associado a apenas uma pessoa (HALBWACHS, 2006). Por essa razão, lembranças antigas podem adaptar-se às percepções que se tem no presente, a partir do momento em que se relembra de algo através do outro (NORA, 1993).

Na concepção de Veyne (2008), história e memória estão intimamente ligadas. A história não tem o poder de reviver o passado, mas tem o poder de evocá-lo através das narrativas de memórias. Este autor se aproxima das ideias de Certeau (2014) quanto à importância científica, quando ressalta que a história é uma atividade intelectual. Dessa forma, a memória atua em um terreno intermediário entre a historiografia e a antropologia (CERTEAU, 2014), aplicáveis também no campo dos Estudos Organizacionais, buscando entender as práticas dos sujeitos no cotidiano das organizações (BARROS; CARRIERI, 2015), como será problematizado na próxima seção.

MEMÓRIA, COTIDIANO E ESPAÇO PERCEBIDO

A prática cotidiana aproveita-se da memória como meio transformador de lugares através das projeções simbólicas e também através das narrativas. Certeau (2014) considera a narrativa inseparável da prática e, ao mesmo tempo, condição de sua produção. Dessa forma, a narratividade apresentar-se-ia como uma descrição da época, a qual se ajusta a uma possível realidade, produzindo um lugar e tempo próprios a seu locutor. Para o autor, a ocasião é o elo entre a memória e as práticas cotidianas, produzindo modificações no espaço e alterando a ordem local. Assim, a memória interfere diretamente nas práticas do sujeito, as quais se complementam e se reconstróem mutuamente, nas diferentes dimensões de sua vida social.

Em vista disso, pesquisadores do campo dos Estudos Organizacionais têm se mostrado cada vez mais preocupados em lançar olhares sobre a gestão ordinária – aquela realizada, muitas vezes, em negócios familiares, ou ainda na informalidade do sujeito autônomo – destacando a importância do dia a dia dos sujeitos, suas estratégias e práticas cotidianas (BARROS;

CARRIERI, 2015). Dessa maneira, a preocupação da história e sua relação com cotidiano podem ser úteis para a compreensão de processos de mudança organizacional (YBEMA, 2014).

Ao buscar a compreensão de aspectos simbólicos de um determinado tempo e espaço, pode-se relacioná-los às memórias e narrativas sobre determinado local em um determinado contexto espaço-temporal. Nesse sentido, Certeau (2014) aponta que a memória é marcada por encontros externos, ou seja, acontece na relação com o outro, podendo ser compartilhada no cotidiano dos sujeitos. Contudo, na prática, a memória não é organizada: o acontecimento a torna relativa, fazendo-a capaz de transformar determinada ocasião que ocorreu no passado. Ou seja, a memória exerce uma autoridade que permite alteração e transformação de um fato ocorrido. A relação entre as subjetividades dos sujeitos possibilita a criação de lugares antropológicos, espaços relacionais, ou seja, o lugar praticado e produzido ambigualmente a partir da relação do sujeito com o mundo, em sua existência espacial. Assim, é no cotidiano que reside a incessante transformação de lugares em espaços ou de espaços em lugares, relações mutáveis e, por vezes, contraditórias (CERTEAU, 2014).

Para Lefebvre (2006), o espaço percebido é aquele no qual a prática espacial surge guiada pela dimensão material da vida social, presente nas redes de interações do cotidiano. Tais interações possibilitam ainda a produção e reprodução de lugares determinados e agrupamentos espaciais próprios, promovendo uma continuidade que se assemelha a uma coesão. Permeado pela ação do sujeito, trata-se do lugar que reúne conhecimento a respeito da cidade e interações sociais e materiais entre os sujeitos, na prática da vida humana, conferindo a esse espaço finalidade e sentido próprio.

Segundo Guarinello (2004), o cotidiano é a condição da mudança, ou seja, o momento no qual o arcabouço social emerge do passado, produzindo seus efeitos e transformando o presente. Contudo, para o autor, “o presente que não é mera repetição do passado, [...] é como o vértice de uma tríade temporal que forma, com passado e futuro, o curso da história” (GUARINELLO, 2004, p. 26).

Nesse sentido, a ação cotidiana passa a ser percebida como um resgate do espaço e da individualidade do sujeito (CERTEAU, 2014), ainda que por meio da convivência em uma sociedade massificada. Essa ação, notada na prática espacial, surge guiada pela dimensão material da vida social, presente nas redes de interações do cotidiano, dá origem ao espaço percebido. Tais interações possibilitam ainda a produção e reprodução de lugares determinados e agrupamentos espaciais próprios, promovendo uma continuidade que se assemelha a uma coesão (LEFEBVRE, 2006).

Entretanto, captado pelos sentidos, este é o espaço visto antes de concebido (LEFEBVRE, 2006), fruto “do casamento da sociedade com a paisagem” (SANTOS, 1988, p. 25) em suas práticas cotidianas. Para Lefebvre (2006), equivale a dizer que o espaço não existe em si mesmo, uma vez que estaria associado à realidade social, ou seja, o espaço é produzido socialmente, possibilitando um entrelaçamento entre os conceitos de espaço e tempo, representado na simultaneidade na realidade social. Tal afirmação, contudo, não significa dizer que espaço e tempo são fatores unicamente materiais, podendo ser entendidos,

portanto, como aspectos constituintes da realidade social.

O espaço pode ser, ao mesmo tempo, abstrato e real, concreto e instrumental, e igualmente transcender a própria instrumentalidade (LEFEBVRE, 2006). Enquanto produtos sociais, o autor entende espaço e tempo como resultado e pré-condição da produção da sociedade. Isso significa dizer que espaço e tempo não existem de maneira universal, só podendo ser entendidos em uma sociedade específica, de acordo com determinado contexto. Portanto, tal compreensão só se torna possível a partir de uma análise não apenas relacional, mas também histórica, levando-se em conta fatos, conflitos relevantes e relações de poder em cada situação.

Nesse sentido, segundo Certeau (2014), a memória é um saber que não se separa do tempo, ou seja, é gerada através de momentos e coisas heterogêneas, não pertencendo a nenhum lugar. Dessa forma, a memória revela-se na ocasião, num determinado momento oportuno e, assim, acontecem as práticas cotidianas. Não obstante, as narrativas funcionam como uma arte de contar histórias ou a arte de dizer.

Lefebvre (2006) chamou as redes de interações presentes no cotidiano de prática espacial captada através dos sentidos, relacionada aos elementos materiais que constituem o espaço. Essa prática espacial pode ser entendida como a dimensão material da vida social. Abrange ainda produção e reprodução de lugares determinados e agrupamentos espaciais próprios, vistos em cada formação social, promovendo a continuidade numa aparente coesão. Assim, o espaço percebido é aquele que se pode ver antes de conceber a partir da prática espacial da vida cotidiana, relacionado aos elementos materiais que constituem o espaço (LEFEBVRE, 2006).

Ao se mostrar histórico e ao mesmo tempo relacional, o espaço percebido pode ser acessado a partir da memória de seus sujeitos, alterando ainda a percepção e relação com o cotidiano. Assim, as lembranças coletivas destacadas por Halbwachs (2006) configuram-se na tentativa de se resgatar no tempo e espaço um determinado dado que pode ser abstrato ou não. O resgate de lembranças no tempo e espaço pode ser de fatos de um passado em comum de um grupo, por componentes desse grupo que compartilharam ou não do mesmo fato. Neste caso, o acontecimento em si é o menos importante. Para que as lembranças sejam comuns, essas pessoas, em um determinado tempo, teriam que ter um envolvimento comum, com um mesmo propósito. Contudo, pode ocorrer de uma pessoa lembrar e outra não lembrar, situações vividas em conjunto devido ao grau de importância atribuído àquele fato ou evento (HALBWACHS, 2006).

Nesse contexto, buscamos resgatar a memória dos sujeitos que convivem há anos numa feira de artesanato, conforme expostos nas próximas seções.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nesta investigação, a fim de responder a questão aqui proposta, optamos por uma estratégia de pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que esta se mostra mais apropriada ao levar

em conta elementos como subjetividade e validade conceitual (TRIVIÑOS, 1987), considerando a riqueza propiciada pela realidade social (MINAYO, 2013). A decisão pela etnografia veio por reconhecer que o método possibilita priorizar o cotidiano das ações, permitindo a interação e relação com os sujeitos em campo, facilitando um entendimento maior que uma simples descrição de atividades rotineiras, o que proporciona a construção de interpretações entre o pesquisador e o campo (CAVEDON, 2008; YANOW, 2012).

Buscamos a memória dos sujeitos que emergiram do material etnográfico produzido pela pesquisadora inserida em campo, articulando, assim, dados etnográficos e históricos (YBEMA, 2014). Consideramos, assim como Jovchelovitch e Bauer (2002), que as narrativas sobre histórias que ocorreram no passado conservam, de forma autêntica, visões de mundos particulares, mas que são compartilhadas através de uma realidade social.

A construção dos dados de campo deu-se entre os meses de março e outubro do ano de 2015, período no qual uma das pesquisadoras, Mônica, permaneceu na feira, junto aos expositores, fazendo uso da técnica de observação participante (SERVA; JAIME JUNIOR, 1995). A observação participante foi vivenciada durante seis meses nos mesmos dias e horários de funcionamento da feira – sábados, domingos e feriados, entre as 17:00 e 22:00, aproximadamente. Nesse período, a pesquisadora oferecia-se para ajudar os expositores em troca de conversa (e informações), carregava produtos, montava barracas, instalava luminárias, carregava gelo, armava as tendas usadas para proteger os clientes da chuva, o que fosse preciso. Na medida em que as observações foram acontecendo, a pesquisadora tornava-se conhecida entre os expositores e, dessa forma, sua presença constante era percebida e aceita por eles.

Por vezes, ao atuar como trabalhadora na feira, Mônica chegou a ser confundida com os feirantes, passando por situações nas quais o freguês preferia pagar o produto a ela a pagá-lo ao expositor, dono da barraca. Situações como essas, que poderiam gerar desconforto na relação pesquisadora/pesquisado, acabaram por estreitar ainda mais a ligação entre eles. Dessa maneira, apropriar-se da técnica da observação participante, mantendo uma postura etnográfica, permitiu profundo envolvimento com o campo, ou seja, “a postura de entender o mundo do ‘Outro’ em todas as suas dimensões, mergulhar naquela realidade” (CAVEDON, 2014, p. 78).

Destacamos ainda que todos os trabalhos realizados foram feitos voluntariamente, obtendo em troca apenas informações e conversa. Algumas vezes, a pesquisadora em campo oferecia seus serviços; noutras, era convidada pelos próprios expositores a trabalhar nesta ou naquela barraca. Certa noite, uma vendedora de doces abordou Mônica e perguntou: “Você não vai conversar comigo? Também quero fazer parte de sua pesquisa!” (DIÁRIO DE CAMPO, 05/09/2015). Assim, seguindo o fluxo do campo, cada dia na feira resultava em registros dos dados percebidos e vivenciados. Esses dados de campo expandidos permitiram a elaboração de 40 diários densos e detalhados (CAVEDON, 2008).

À época, a pesquisadora em campo buscou adaptar suas rotinas pessoais, o que a aproximou ainda mais da vivência de seus informantes, corroborando os ensinamentos de Cavedon (2014, p. 65), a qual afirma que “Fazer etnografia significa viver a cultura a ser pesquisada

no seu dia a dia [...] estabelecer relações afetivas com os informantes [...] realizar uma viagem científica [...] quanto mais aberto para as experiências e vivências, mais ricos serão os seus dados”. Para Mônica, a aproximação com o cotidiano dos pesquisados possibilitou conquistar confiança mútua entre pesquisadora e pesquisados.

Após a coleta de dados, as autoras trataram o material produzido de forma conjunta, de forma interpretativa, operando a articulação de duas dimensões centrais: memórias dos sujeitos e espaço percebido. As memórias foram captadas durante o trabalho de campo a partir das narrativas construídas pelos diferentes sujeitos sobre o passado da feira. O espaço percebido foi captado a partir da interpretação dos diários de campo e da relação entre o espaço físico da praça e o espaço simbólico da feira.

Na próxima seção, apresentaremos o campo, os sujeitos pesquisados e os dados obtidos.

A PRAÇA, A FEIRA E SEUS SUJEITOS

Para a cidade de Vitória, Espírito Santo, a Praça dos Namorados é considerada um ponto turístico; sua localização permite uma visão privilegiada da Terceira Ponte, cartão postal que liga a capital à cidade de Vila Velha, além de estar em frente à marina do Iate Clube do Espírito Santo. A praça é também uma opção de lazer ao ar livre, com áreas de passeio, brinquedos para as crianças, quadras de esportes, pista de skate e patinação, além de estar de frente para o mar. Às noites, durante os fins de semana e feriados, das 17 às 22 horas, é o local onde se instala a Feira de Artesanato e Artes na Praça.

A praça que abriga a feira fica no bairro Praia do Canto, considerado, segundo a prefeitura municipal, uma das regiões com melhor infraestrutura da cidade, com atividade de comércio e serviços. Para seu funcionamento, a feira utiliza uma área de 5.901,94m², cerca de 50% da extensão da praça (VITÓRIA [Município], 2015). A feira proporciona a existência de um comércio popular, oferecendo aos seus clientes alimentação, lazer e artesanato, com 209 expositores, sendo 159 de artesanato e brinquedos e 50 de alimentação, recebendo semanalmente entre 5.000 e 8.000 visitantes (VITÓRIA [Município], 2013a).

O quadro 1 caracteriza os sujeitos cujas narrativas foram selecionadas para esta pesquisa. O critério de seleção deu-se a partir da antiguidade dos informantes na feira. A fim preservar sua identidade, destacamos que os nomes apresentados são fictícios.

Assim, a feira de artesanato e artes da Praça dos Namorados pode ser caracterizada como um espaço de interação social e de produção de sentido, bem como de sociabilidades conflituosas entre seus sujeitos. Nesse sentido, o espaço deixa de ser objeto e passa a configurar-se como resposta da ação da subjetividade humana no mundo, ou seja, a ação do simbólico (CHANLAT, 1996). Essa ação do simbólico, revelada na intersubjetividade dos diferentes sujeitos da feira, abre caminho a múltiplas possibilidades de articulação entre memória e espaço da Praça dos Namorados, conforme evidenciado a seguir.

Quadro 1 - Apresentação dos sujeitos de pesquisa

Nome	Tempo na feira	Atividade	Categoria
Martha	8 anos	Coordenadora	Prefeitura
Lucinda	20 anos	Expositor	Decoração
Deise	23 anos	Expositor	Vestuário
Carlos	25 anos	Expositor	Alimentação
Roberto	26 anos	Trabalhador	Montagem
Flores	27 anos	Expositor	Decoração
Marisa	28 anos	Expositor	Alimentação
Jonas	30 anos	Expositor	Artesanato
Pedro	40 anos	Expositor	Vestuário

Fonte: Dados de pesquisa

UM ESPAÇO DE SAUDADE NA MEMÓRIA

O espaço da feira é percebido, por expositores e visitantes, como um espaço de amizade, cooperação, realização pessoal, um espaço de liberdade e saudade. Segundo Lefebvre (2006), o espaço percebido é entendido como a dimensão material da vida social, de interações e enlances do cotidiano, a qual se apresenta como uma continuidade aparentemente coesa, captada pelos sentidos humanos.

O espaço físico ocupado pela Feira de Artesanato e Artes na Praça chama a atenção, especialmente, por estar localizado num bairro considerado, pela prefeitura e moradores, “nobre”, próxima a hotéis e pontos turísticos, além de ter tradição de quase 30 anos, diversidade de produtos e algumas comidas típicas que representam a região. Contudo, as informações a respeito do início oficial da feira são desconstruídas, segundo um informante que está na feira há 23 anos – além de outros expositores igualmente antigos no local – a feira passou a ser reconhecida pelo poder local no Governo de Hermes Laranja Gonçalves, o qual se deu entre 1986 e 1988. A ideia teria partido da intenção do então prefeito em aproveitar um ponto turístico da cidade, levando ao local artesanato e comida típicos da região aos visitantes.

A falta de documentos sobre o início das atividades na feira dá-se, principalmente, porque aconteceu, há cerca de sete anos, um incêndio na Secretaria de Cultura – responsável pela manutenção desses comprovantes – consumindo, entre outros documentos, os registros oficiais do local. Interessadas em ouvir das pessoas histórias relacionadas à origem da feira, buscamos diretamente com os expositores envolvidos seus relatos, identificando principalmente aqueles que já trabalham na feira há mais de 20 anos. Pedro, um dos expositores mais antigos, que se autodenomina “fundador da feira”, fala ao contar como a feira começou:

A gente se juntava lá na Praça Getúlio Vargas pra vender nossas coisinhas [...] eu era motorista de ônibus, mas o dinheiro não dava, tinha três crianças pequenas pra cuidar, tinha que arranjar outra coisa pra fazer. Lá era tudo meio assim, sozinho, a gente mesmo fazia as coisas, ninguém se importava com a gente [referindo-se à prefeitura]. Depois colocaram a gente aqui, foi ideia do Hermes Laranja, sabe, né, ele gostava da feira, ele que fez tudo isso aqui. Muita gente já tentou tirar a gente daqui, antes, né [...] agora ninguém tira mais (Pedro, diário de campo, 16/05/15).

Essa feira existe há uns 40 anos, mas foi o Hermes Laranja que trouxe ela pra cá, a ideia foi dele, lugar bonito, ele quis aproveitar. Naquele tempo, a feira era valorizada, a cidade inteira vinha aqui, podia até tá chovendo que o povo vinha, não tinha essa não (Deise, diário de campo 07/03/15).

A Praça dos Namorados, a feira da Praça dos Namorados, ela começou com uma feira espontânea, na Praça Getúlio Vargas, no centro de Vitória [...]. E aí, da Praça Getúlio Vargas também, em um dado momento, acabou que a feira deve ter crescido, né, então ela foi transferida para a Praça dos Namorados. Então ela ficou na Praça dos Namorados alguns anos, depois que foi institucionalizada, pelo menos que foi abraçada pelo poder público no sentido de gestão, foi pra Praça dos Namorados [...] Então, é isso assim (Martha, entrevista 02/04/15).

Cada um, a seu modo, acabou por narrar histórias muito semelhantes, aproximando-se daquela contada por Martha, coordenadora da prefeitura, responsável pelo Programa Artes na Praça. Nesse caso, tanto Deise quanto Martha não viveram a situação relatada de início das atividades da feira, da maneira como Pedro as viveu, contudo, elas utilizam as lembranças dele e de outros para contar o mesmo evento. Segundo Nora (1993), trata-se de um mecanismo que se apropria do testemunho das experiências vividas por outras pessoas. Para que essa lembrança acessada através da memória de outro faça sentido, é necessário haver um ponto de contato entre os sujeitos, ou seja, estar relacionada ao interesse comum em determinado acontecimento (HALBWACHS, 2006), uma memória coletiva, pertencente a esse grupo que tem a feira em comum em suas vidas. Sendo assim, no caso estudado, é possível acompanhar a aproximação dessas narrativas, as quais, articuladas, compõem uma espécie de memória coletiva da feira, na qual estão presentes diferentes elementos simbólicos compartilhados.

O relato de Deise revela ainda a percepção de que, atualmente, a feira não seria mais valorizada como fora no passado. Uma aparente saudade de um tempo no qual a feira se situava, na visão dos expositores e visitantes, como um espaço importante para a cidade, fazendo com que as pessoas se dirigissem a ele mesmo em dias chuvosos. Nesse sentido, a saudade configura-se como categoria êmica, evocada pelos próprios entrevistados quando se referiam ao espaço de tempos idos. Em outras falas, Carlos e Jonas contam da infância vivida na feira, o que influenciou a decisão de tornar a feira sua opção de trabalho, seguindo os passos de pais e amigos, influenciados por lembranças agradáveis que tiveram em tenra idade.

Eu trabalho na feira desde os nove anos. Um vizinho me trazia pra ajudar a montar as barracas. Quando ele não me trazia, eu ficava doente, queria vir pra feira, eu

adorava isso aqui, entende? Aí eu cresci e não sabia fazer outra coisa. Até trabalhei fora da feira por um tempo, mas não me acostumei, senti falta das pessoas, de tudo aqui. Hoje trago a minha filha (Carlos, diário de campo 07/03/15).

Meu pai começou lá na Getúlio Vargas, depois veio pra cá e eu vinha com ele, ajudava a fazer e vender as bolsas, igual essa criançada que tem aí, eles trazem, porque nem têm com quem deixar. Minha família toda trabalha na feira, minha irmã tem uma barraca logo ali na frente, isso aqui é minha vida (Jonas, diário de campo 09/05/15).

Para Carlos e Jonas, a feira é percebida como um espaço familiar, o qual eles frequentavam quando criança e para o qual, hoje, podem trazer seus filhos, revivendo, cada um a seu modo, experiências do passado. Jonas ainda atribui à feira um significado maior que apenas seu local de trabalho ao declarar “isso aqui é minha vida”. Há, entre esses sujeitos, uma relação estabelecida com o espaço da feira, fazendo com que eles atribuam características pessoais e sociais vindas de suas vivências na feira.

Ao recorrerem às lembranças de infância, Carlos e Jonas recontam suas histórias, reconstruções constantemente recriadas por seus interlocutores, nas quais lacunas de memória e as próprias lembranças são preenchidas ou transformadas à luz de percepções e significações contemporâneas. Para Nora (1983), é essa tentativa de construir uma verdade ampliada que confere à memória sua dimensão cognitiva. Apesar dos fatos estarem historicamente situados no passado, eles são recriados no presente, e, por conseguinte, podem ser lembrados de forma diferente ao longo do tempo (ADORISIO, 2014), possibilitando que a história seja remodelada para celebrar ou esquecer práticas e pessoas do passado, “uma reconstrução criativa editada em retrospectiva” (YBEMA, 2014, p. 497, tradução nossa).

Há ainda uma preocupação entre alguns sujeitos da feira, de que sua história se mantenha viva, ainda que repleta de imprecisões e descontinuidades, o que evidencia componentes relacionais e sociais presentes no cotidiano dessas pessoas. Em meio a elas, está Lucinda, a qual, entre suas atividades na feira, já fez parte de uma associação de expositores extinta em 2004 e substituída pela atual. Na opinião dela, é importante que a história não se perca; por isso, pensou então em fazer um documentário sobre o passado da feira:

Tive a ideia de fazer um resgate da história da feira, tenho umas fotos antigas, muitas anotações e documentos. Fui da Expoarte, a gente era uma associação preocupada com a feira, já trabalhei muito pra isso aqui não se perder. Só que desisti, queria fazer um documentário e resgatar a história da feira, não pedi dinheiro a ninguém, mas tudo sozinho fica difícil, ninguém tem vontade de fazer nada. É uma pena, vai tudo se perder, daqui a pouco os velhos, que nem eu, se aposentam, saem e não sobra mais nada (Lucinda, diário de campo 07/03/15).

Para Carlos, Jonas e Lucinda, a feira é percebida como um lugar relacional, histórico e pessoal, maior que a própria feira, ou seja, um espaço no qual a materialidade do espaço físico ultrapassa a lógica objetiva, atribuindo-lhe identidade relacional e histórica. Assim, a prática espacial, transformada pela vivência do sujeito, confere a este uma leitura particular do mundo com base em seu cotidiano, mas também de suas lembranças. Para Certeau (2014,

p. 149), “A memória mediatiza transformações espaciais”, de forma que espaço e tempo interferem um no outro mutuamente. Segundo o autor, a memória nasce da circunstância e perde-se no tempo, transformando-se em lembrança.

Essa transformação espacial em algo maior que a simples existência de uma feira de artesanato pode ser verificada na fala de Flores, uma sorridente senhora de 72 anos que perdeu completamente a visão do olho esquerdo e parcialmente do olho direito. Apesar dos problemas de saúde, Dona Flores não abre mão de ir trabalhar todos finais de semana, ainda que acompanhada por sua filha.

No passado, a praça tinha mais grama e as barracas ficavam numa fila só, tudo em cima de uma pequena calçada que tinha. A gente trabalhava aqui no sábado e no domingo na Praça dos Desejos. Depois da reforma que ficou assim do jeito que tá agora, mas eu gosto daqui, isso aqui representa tudo pra mim, uma conquista, estou no cartão postal de Vitória. Se não venho, fico doente (Flores, diário de campo 28/03/15).

Dona Flores, assim como outros expositores que compartilham as mesmas práticas espaciais, conferem à feira uma interpretação própria, mediada por suas subjetividades e representações em ação. Para ela, não ir à feira trabalhar pode significar a perda da saúde, não fisicamente, mas em termos simbólicos. Para Lefebvre (2006), essa representação é o resultado da articulação social e simbólica do espaço construído. Dessa maneira, a apropriação do espaço da praça pela feira possibilitou a esses sujeitos atribuir à praça características pessoais e sociais de identificação, frutos da interação dessas pessoas com esse espaço. Uma materialização do processo da prática espacial, possibilitando que esses sujeitos recriem a praça, conferindo-lhe um sentido próprio e particular, vinculado a suas histórias pessoais.

Em tom de nostalgia, muitos expositores, relembram como era a feira daquela época, que contava com muito mais expositores – cerca de 300 – e visitantes. Os negócios também eram vistos como melhores, pois a cidade não oferecia muitos lugares de compra e não havia os shoppings que se tem hoje. Muitos relatam a precariedade da época, que exigia mais criatividade aos trabalhadores que precisavam contornar as adversidades e, por consequência, mais companheirismo entre eles, conforme as lembranças de Carlos e Marisa: “Bem, no começo, a feira era muito precária, a gente não tinha luz aqui e tinha que trazer o lampião de casa. Foi só no ano 2000 a gente teve a ideia de puxar um fio de a luz do poste, utilizando, era uns 80m de fio, daí o pessoal pedia e a gente fazia o mesmo. Naquela época o pessoal era mais amigo, todo mundo se ajudava, porque a coisa não era assim que nem tá hoje, não tinha nada disso aqui, tinha que se ajudar mesmo” (Carlos, diário de campo 19/07/15).

Eu tô na feira há 28 anos, mas, no começo, eu vinha só ajudar a minha irmã e acabava ajudando outras pessoas também, eu não trabalhava só com ela. A gente era tudo amigo, todo mundo se ajudava, a gente não queria ganhar dinheiro sozinho, a gente sabia que todo mundo aqui precisava, não era essa concorrência que é hoje. Hoje parece que o outro quer que você morra pra ele vender sozinho (Marisa, diário de campo 07/09/15).

Para Carlos e Marisa, o passado exigia mais cooperação e amizade entre os expositores por compartilharem das mesmas dificuldades, revelando que a realidade atual permitiu o aumento da concorrência e individualidade entre os expositores. Os momentos difíceis compartilhados remetem ao espaço de saudade, o que não só traz recordações, como emoções e imagens do passado. Um simbolismo que possibilita uma compreensão das articulações não convencionais na organização (SARAIVA; CARRIERI, 2007) da própria feira. Fenômeno que valida a construção do espaço percebido, numa análise relacional e histórica (LEFEBVRE, 2006), permeada pela própria história de vida dos sujeitos na feira, na qual se fazem presentes não só conflitos e relações de poder, mas também alegrias e prazeres.

Nesse sentido, a Feira da Praça dos Namorados pode ser reconhecida como uma organização, fruto de uma construção simbólica, que, por suas conexões e diferentes interações com as práticas socioespaciais, vai além do local de trabalho para aqueles sujeitos. Além disso, permite a compreensão da interação social e material em uma produção ativa e social do espaço (LEFEBVRE, 2006).

O espaço material da feira da praça, a partir de seus sujeitos, converte-se em palco de suas representações, conforme caracterizado por Certeau (2014), o espaço enquanto movimento, vivo e em transformação. Ou ainda o espaço socialmente produzido de Lefebvre (2006), um espaço simbólico no qual se percebe a prática espacial. Um espaço também repleto de memórias, histórias e lembranças compartilhadas, marcadas por encontros externos na relação com o outro. Uma memória atual, manifesta pela vida simbólica, fruto da intersubjetividade do grupo que a compartilha. Experiências vividas no passado, mescladas àquelas experimentadas no presente, modificam a relação desses sujeitos com o espaço da praça e com a vida na feira. A seguir as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender a influência da construção e reconstrução das memórias a partir das narrativas dos sujeitos na resignificação do espaço simbólico de uma feira de artesanato, este estudo buscou identificar, por meio da memória captada a partir das narrativas dos sujeitos da feira, a relação estabelecida por eles com o espaço simbólico da praça. Utilizamos, para isso, material etnográfico produzido pela pesquisadora em campo entre os meses de março e outubro de 2015, e tratado pelas autoras em uma análise de base interpretativa.

As narrativas captadas possibilitaram a compreensão a respeito de discussões contemporâneas no campo dos Estudos Organizacionais. Tal discussão crítica sobre o tema memória, dentro dos Estudos Organizacionais, possibilita a retomada de histórias ocorridas no passado de uma organização, considerando a construção social como fenômeno que se modifica e se transforma no percurso histórico.

As memórias sobre a praça, captadas por meio das narrativas dos sujeitos relacionados na pesquisa, apresentaram-se como um espaço de amizade, cooperação, realização pessoal, um espaço de liberdade e saudade. O espaço percebido, apreendido a partir da interpretação dos

diários de campo e da relação entre o espaço físico da praça e o espaço simbólico da feira, possibilitou a identificação da relação entre essas pessoas e a feira, algo que a torna maior que apenas seu local de trabalho.

A partir das narrativas, evidenciamos a atribuição deliberada de significados que influenciam a dinâmica cotidiana das atividades, atestando que a “feira do passado” era melhor que a “feira de hoje”. Nesse sentido, na memória dos integrantes da feira, o passado é processado de uma forma subjetiva e seletiva, possibilitando que se esqueça de antigos problemas e conflitos, transformando esse passado reconstruído pela memória, melhor do que o presente. A feira do passado mostra-se viva na memória coletiva, mesmo daqueles que não a viveram em tempos remotos, aproximando-se do mecanismo destacado por Nora (1993) e Halbwachs (2006) no qual a memória se apropria do testemunho das experiências vividas por outras pessoas que pertencem a um determinado grupo, possível, neste caso, pois essas pessoas têm a feira em comum em suas vidas.

Nesse sentido, concluímos que os estudos de memória possibilitam a compreensão do espaço simbólico percebido. Ainda que memórias do passado tenham características como a inconsciência, a seletividade, a relativização, em função do presente. A memória não é única, ou seja, manifesta-se de forma coletiva e social, fruto da intersubjetividade do grupo que a compartilha. Ao considerar suas interações e conexões com as práticas socioespaciais, foi possível compreender a interação social e material em uma produção ativa e social do espaço. Dessa forma, um espaço social que se dá através da percepção da prática espacial, repleto de memórias, de histórias compartilhadas e marcadas pelas relações uns com os outros.

A contribuição deste artigo se dá ao demonstrar, empiricamente, que as lembranças e memórias influenciam a compreensão do cotidiano das organizações (formais ou informais), e na percepção do espaço simbólico, alinhado a outros estudos que exploram a temática. Ybema (2014), em suas investigações, demonstra como questões do passado, presente e futuro podem ser seletiva e estrategicamente introduzidas com a intenção de atender a interesses específicos. Assim, apontamos como possibilidade de estudos futuros, investigações em diferentes tipos de organizações, como, por exemplo, aquelas que se apropriam da própria história como artifício que incorporam em suas estratégias.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: jul. 2017. Aceito para publicação em: out. 2017.
- 2 Nome fictício.
- 3 A Praça Getúlio Vargas fica no Centro da Cidade, há quase três quilômetros da Praça dos Namorados, região portuária de Vitória/ES.
- 4 A Praça dos Desejos está localizada próxima à Praia de Santa Helena, há 650m da Praça dos Namorados, porém, com uma extensão menor para colocação das barracas da feira.

REFERÊNCIAS

- ADORISIO, A. L. M. Organizational remembering as narrative: “Storying” the past in banking. *Organization*, v. 21, p. 463-476, jun. 2014.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. *RAE*, v. 55, n. 2, p. 151-161 abr. 2015.
- BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogias da análise. In: CLEGG, S; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**, v. 1. **São Paulo: Atlas, 1999**. p. 439-462.
- CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- _____. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, E. M. (Org.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 65-90.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer / Michel de Certeau**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHANLAT, Jean-François. Por uma Antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1996.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 27-57.
- COSTA, A. S. M.; SARAIVA, L. A. S. Memória e formalização social do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1761-1780, 2011.
- FERRETTI, M. Feiras Nordestinas – Estudos e problemas. In: FERRETTI, S. (Org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados. São Luis, Maranhão: Edições Universidade Federal do Maranhão/Proin-CS, 2000. p. 36-66.**
- FIGUEIREDO, M. D.; MARQUESAN, F. F. S. Artesanato, Arte, Design... Por que Isso Importa aos Estudos Organizacionais? **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 127-143, 2014.
- FILGUEIRAS, B. S. C. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GUARINELLO, N. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.**

IPIRANGA, A. S. R. A cultura das cidades e seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTT, L. R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, ano 27, n. 105, p. 81-106, jan./mar. 1976.

_____. Feira e mercados: pistas para pesquisa de campo. In: FERRETTI, S. (Org.). *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luis, Maranhão: Edições Universidade Federal do Maranhão/Proin-CS, 2000. p. 13-34.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ROWLINSON, M. *et al.* Narratives and memory in organizations. *Organization*, jun. 2014.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Por que simbolismo organizacional no Brasil? In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Org.). *Simbolismo organizacional no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2007.

SERVA, M.; JAIME JUNIOR, P. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 64-79, jun. 1995.

SOUSA, A. M. A feira livre na Cohab: contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luís. In: FERRETTI, S. (Org.). *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luis, Maranhão: Edições Universidade Federal do Maranhão/Proin-CS, 2000. p. 67-96.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008.

VITÓRIA (município). Prefeitura Municipal: Atrativos contemporâneos. Vitória: 2013a. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=pracadosnamorados>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

_____. Prefeitura Municipal: Secretaria de Comunicação. Vitória: 2013b. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secom.php?pagina=sala_de_imprensa>. Acesso em: 07 jun. 2014.

_____. Prefeitura Municipal: Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda. Vitória: 2013c. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semttre.php?pagina=noticias&idNoticia=14682>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

_____. Vitória em dados. Secretaria de Gestão Estratégica / Gerência de Informações Municipais. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

YANOW, D. Organizational ethnography between toolbox and world-making. *Journal of Organizational Ethnography*, v. 1, n. 1, p. 31-42, 2012.

YBEMA, S. The Invention of Transitions: History as a Symbolic Site for Discursive Struggles over Organizational Change. **Organization**, v. 21, n. 4, p. 495-513, 2014.

**Eduarda Cricco
Miranda
Barcelos Gripp**

Mestre em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal do Espírito Santo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1243225340328496>

**Fabiana Florio
Domingues**

Doutoranda em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vinculação: CEPEAD - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - FACE/UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7319313119448224>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4791-7070>.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

O Mercado Cultural e o Protagonismo Feminino: A Música da Jovem Guarda¹

Marcelo Dantas e Marilda Santanna

Resumo

O movimento musical da Jovem Guarda, surgido nos anos 1960, teve grande impacto na modernização do mercado musical brasileiro, influenciando o consumo cultural e o comportamento. Este estudo analisa uma de suas características fundamentais: o protagonismo feminino nesse mercado, o qual influenciou as mulheres brasileiras na revolução dos costumes. A partir do sucesso de artistas como Wanderléa, Martinha, Rosemary, Elizabeth, Vanusa - e da influência de sua imagem e discurso nas mídias -, as mulheres jovens da época lideraram uma verdadeira revolução de comportamento no Brasil, quebrando o tabu da virgindade, adotando a pílula como método anticoncepcional, a moda como expressão de uma nova liberdade e a ambição profissional como novo horizonte de vida. A Jovem Guarda não assumia conotações ideológicas, mas sua influência foi fundamental na modernização da sociedade brasileira.

Palavras-chave

Movimento Musical. Jovem Guarda. Música. Comportamento. Protagonismo Feminino.

Abstract

The *Jovem Guarda* musical movement, which emerged in 1960's, had great impact on the modernization of the Brazilian music market, influencing cultural consumption and behavior. This study analyzes one of its fundamental characteristics: the female protagonism in this market, which influenced Brazilian women's revolutionary behavior. Based on the successful careers of artists such as Wanderléa, Martinha, Rosemary, Elizabeth, Vanusa - and the influence of their image and discourse in the media - young women at the time led a real behavioral revolution in Brazil, breaking the virginity taboo, adopting the pill as a contraceptive method, fashion as an expression of freedom and the professional ambition as a new life horizon. The *Jovem Guarda* did not assume ideological connotations, but its influence was fundamental upon Brazilian society modernization.

Keywords

Musical Movement. *Jovem Guarda*. Music. Behavior. Female Protagonism.

INTRODUÇÃO

A Jovem Guarda, movimento musical que marcou a música brasileira dos anos 1960 e se tornou o maior fenômeno de público no Brasil, surgiu com a influência do rock americano e do pop inglês. Desde o final dos anos 1950, o mercado brasileiro de música passou a contar com a presença do rock'n'roll, que se tornou um sucesso internacional a partir de Elvis Presley e Bill Haley cantando *Rock Around the Clock* (Jimmy DeKnight / Max Freedman), e que sofreu, no Brasil, a adaptação para a língua portuguesa em versões de canções estrangeiras, de origem norte americana e europeia. Nesse período, aparecem os primeiros artistas representantes dessa música jovem: Celly Campello e seu irmão, Tony Campello, além de Sérgio Murilo e Ronnie Cord, fazendo sucesso com a “garotada”.

O impacto mercadológico desses artistas mostra, pela primeira vez, o potencial do público jovem – formado por adolescentes de um Brasil que começa a deixar de ser um país rural para entrar num processo irreversível de urbanização. Entretanto, é o sucesso espetacular de Celly Campello, com cinco grandes *hits* que iriam ser tocados de norte a sul do país, que vai mostrar às gravadoras o potencial futuro desse mercado jovem: *Estúpido Cupido* (*Stupid Cupid*, de Howard Greenfield / Neil Sedaka, versão: Fred Jorge), *Boto Legal* (*I'm in Love*, de H. Earnhart, versão: Renato Corte Real), *Lacinhos Cor de Rosa* (*Pink Shoe Lace*, de Mickey Grant, versão: Fred Jorge), *Banho de Lua* (*Tintarella di Luna*, Bruno De Filippi/ Franco Migliacci, versão: Fred Jorge) e *Biquini de Bolinha Amarelinha* (*Itsy bitsy teenie weenie yellow polka dot bikini*, de Lee Pockriss e Paul Vance, versão: Hervé Cordovil), este último gravado também por Ronnie Cord.

No auge do sucesso, em 1962, Celly Campello abandona a carreira para casar com seu namorado de muitos anos. Com isso, o mercado, que acabara de descobrir um novo veio, o público jovem, fica órfão da rainha do rock brasileiro. Sem perder tempo, as gravadoras e os produtores e empresários da música começam a buscar novos talentos para ocupar esse vazio. É aí, então, que surge a geração de artistas que mais tarde iria ser chamada de Jovem Guarda. Ao invés de uma nova rainha do rock, o mercado vai descobrir e lançar, nos primeiros anos da década de 1960, algumas dezenas de artistas jovens, antenados com a música pop internacional, já influenciados pelo rock e pela aura de rebeldia que ele encarnava.

Essa nova safra de artistas, induzida pelas gravadoras, vai seguir o mesmo caminho: fazer versões em português de músicas estrangeiras que faziam sucesso nos seus países ou no mundo, com ritmos dançantes influenciados pelo rock americano, mas já recebendo também o impacto do pop que começava a definir seus contornos principalmente com os Beatles. O grupo inglês logo se tornará o maior sucesso mundial da música na primeira metade dos anos 1960, consolidando a tendência de crescimento daquele novo nicho de mercado – o consumidor jovem. Imediatamente, versões em português são gravadas e lançam com sucesso as carreiras de artistas como, Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, Jerry Adriani, Wanderley Cardoso, Eduardo Araújo, entre outros.

DO IÊ-IÊ-IÊ À JOVEM GUARDA – A CONTRACULTURA MOBILIZA A JUVENTUDE

Esses artistas surgem no momento em que uma nova música brasileira faz sucesso internacional: a Bossa Nova. Tendo surgido no final dos anos 1950, com a liderança e o talento de Tom Jobim e João Gilberto, a Bossa Nova já surge com um peso de clássico e, com seu retumbante sucesso e reconhecimento, vai influenciar os artistas da época e ganhar o mundo. Entretanto, no Brasil, não é essa música que vai mobilizar as novas gerações.

Os jovens da primeira metade dos anos 1960 querem uma música que fale sua linguagem e que represente sua vida. É uma fase de intensa urbanização no Brasil e os jovens das grandes cidades, inspirados pela música internacional e pelos ícones de rebeldia que já haviam assimilado do cinema americano, como James Dean e Marlon Brando, vão iniciar uma verdadeira revolução de costumes entre nós, e é a música da Jovem Guarda que vai representar esta tendência. Pela primeira vez, no Brasil, vai haver uma clara distinção entre a música consumida pelos adultos (pelos pais) e a música preferida dos jovens.

Apaixonado pela Bossa Nova, Roberto Carlos, em início de carreira, vai tentar o sucesso com músicas do gênero e nada vai acontecer, apesar de ter sido produzido por Carlos Imperial, o qual se tornaria o maior descobridor de talentos da música jovem brasileira dos anos 1960. Como registra Monteiro (2015, p. 108): “Com arranjos do maestro Astor, o primeiro LP de Roberto Carlos, batizado com o título da versão feita por Imperial, “Louco por você”, foi lançado em setembro de 1961”.

Finalmente, após esse fracasso e seguindo a lógica do mercado, ele resolve gravar rock e estoura em todo o Brasil, em 1962, com *Splish Splash* (Bobby Darin – Jean Murray, versão: Erasmo Carlos), seguindo a onda das versões em português do rock americano ou inglês. Em seguida, ainda no mesmo ano, ele conquista novamente o primeiro lugar nas paradas com *Parei na Contramão*, tornando-se o primeiro grande sucesso composto pela dupla Roberto Carlos/Erasmo Carlos. No final do ano, ele lança um LP com as duas canções e, a partir daí, nada mais represa a onda rejuvenescedora que vai dominar o mercado da música no Brasil.

O sucesso de tantos jovens artistas nas rádios estava relacionado com o surgimento de programas de rádio voltados para esse segmento de público, como é o caso de *Ritmos para a Juventude*. Inicialmente gravado em estúdio, o programa tornou-se um grande sucesso desde que passou a ser produzido e dirigido por Antonio Aguillar e realizado em auditório, com plateia ao vivo, na Rádio Nacional, em São Paulo. Em 1961, a TV Paulista (atual Rede Globo) convidou-o para levar o programa para a televisão. A partir de então, o movimento foi crescente, conquistando fatias importantes da audiência. Na época, o programa misturava a apresentação ao vivo de artistas já profissionais e com discos gravados com novos talentos que, graças ao sucesso de suas apresentações, eram contratados pelas gravadoras para se lançarem em disco (AGUILLAR, 2005).

O novo fenômeno da música jovem influenciada pelo rock e depois pelo twist, acabaria sendo batizado de “Iê-iê-iê”, numa referência a um refrão (yeah! yeah! yeah!) de uma canção de grande sucesso dos Beatles: *She Loves You*. Essa música jovem brasileira, na sua primeira

fase, vai ser a mera adaptação de músicas estrangeiras, cantadas em português. Essa expressão para nominar a música jovem da época, entretanto, foi tão importada quanto as próprias músicas. Ela começa a ser usada na França e, em seguida, em Portugal, conforme registrado na introdução do livro (CORTEZ, 2014, p. 13), sobre o *ié-ié* português.

As versões brasileiras para os sucessos da música jovem internacional, cantadas em português, fundamentais para o surgimento e sucesso desses novos talentos, por um lado, gerou uma certa unanimidade da crítica em desprezar esse movimento por considerá-lo cópia; por outro, conseguiu manter o público jovem brasileiro cantando em português enquanto o mundo todo consumia esses sucessos na língua inglesa. O primeiro grande sucesso em gravação original, escapando da tendência em voga das versões, foi a composição de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, *Parei na Contramão*, totalmente influenciada pelo rock. Pela primeira vez, o peso de divulgação das rádios somou-se aos programas de TV, com apresentações desses jovens artistas ao vivo, promovendo essa música jovem e tornando-a um importante fenômeno no mercado da música no Brasil.

Esse fato preparou o mercado consumidor para o que viria a seguir: a partir do momento em que conseguem se estabelecer com sucesso, os novos artistas começam a compor suas próprias canções e a fazer sucesso com elas. Resultado: enquanto o mundo inteiro consumia a nova onda de música pop do mercado americano ou inglês, o Brasil consolidava as carreiras e a obra de uma nova geração de artistas, talentosos, inquietos e criativos, cantando em português. E ainda exportavam esses sucessos para os países de língua espanhola da América Latina e também para Portugal. Esse fenômeno garantiu as bases para que, entre as décadas de 1960 e 1990, o Brasil se tornasse o segundo maior mercado do mundo a consumir música produzida no próprio país e chegasse a ser o sexto mercado mundial da música, de um modo geral.

A TV no Brasil, ainda restrita às grandes capitais e com pouquíssima penetração no interior, começa a buscar atrair, através dos anunciantes e do patrocínio da próspera indústria brasileira, novos segmentos de público e é, então, que percebe o potencial dos jovens como consumidores. Os artistas jovens formam a primeira geração da música brasileira que usa a TV – além do rádio, já consagrado – como meio de divulgação das músicas. Para dar mais impulso a esse movimento, a inovação do *videotape*, adotada pela TV brasileira em 1965, vai permitir que os programas ao vivo, restritos aos mercados locais, comecem a ser exibidos em outras praças. São os primeiros passos do que mais tarde se tornariam as grandes redes de TV, atingindo todos os estados brasileiros nos anos 1970.

Em agosto de 1965, estreia o programa *Jovem Guarda*, na TV Record. Os três apresentadores do programa – Roberto Carlos, Wanderléa e Erasmo Carlos – no auge de suas carreiras, convidam artistas da mesma “tribo” para se apresentarem no programa. Amigos desde o início de suas carreiras, eles transformam-se no núcleo central de um movimento, graças ao estrondoso sucesso do programa, o qual chegou a atingir 90% da audiência e mostrou que o rock e a moderna música dançante definitivamente haviam conquistado seu espaço entre os jovens brasileiros, apesar de todas as críticas ao gênero vindas da esquerda e da direita.

Para um público totalmente adolescente, a primeira edição do programa apresentou,

durante uma hora, shows com Os Incríveis, Tony Campello, Rosemary, Ronnie Cord, The Jet Blacks e Prini Lorez, além das *performances* individuais dos três apresentadores. A plateia ficou ensandecida durante todo o programa, assim como acontecia, fora do país, nos shows dos astros do rock internacional. O programa duraria praticamente três anos e daria um batismo definitivo àquele movimento de música jovem que marcaria toda a década de 1960 no Brasil. Até 1968, as tardes de domingo pertenceriam à Jovem Guarda e o mercado da música brasileira nunca mais seria o mesmo (ANAZ, 2014).

A expressão Jovem Guarda, atribuída a esse segmento da música jovem, em função do programa homônimo, tem origem incerta, mas alguns atribuem ao uso de uma expressão de Lênin, o revolucionário russo, o qual teria afirmado em um famoso discurso, citando uma frase de Engels: “O futuro pertence à jovem guarda, porque a velha está ultrapassada”. Isso seria irônico, já que a Jovem Guarda foi vista, por boa parte da imprensa e da crítica, como um movimento musical alienado ou sem posição política. Porém, o mais provável é que o nome tenha sido inspirado numa coluna do Jornal Folha de São Paulo, assinada por Ricardo Amaral, dentro da página diária de Tavares de Miranda. Chamada de Jovem Guarda, a coluna falava da juventude de classe alta de São Paulo (ARAÚJO, 2006).

Segundo Stearns (2007, p. 187), entre os anos 1950 e 1960, uma grande mudança envolveu modelos culturais, com o destaque para três deles: o feminismo, o marxismo e o consumismo. E o feminismo é o mais explícito deles:

Movimentos feministas tinham variadas definições, mas todos buscavam sérias modificações nas desigualdades decorrentes do patriarcado, e a maior parte tentou subverter totalmente as estruturas patriarcais. O acréscimo do feminismo à lista de influências culturais internacionais foi uma inovação vital, embora não tenha conseguido varrer todo o passado (STEARNS, 2007, p. 187-188).

No mundo, a década de 1960 caracteriza-se por movimentos e momentos históricos emblemáticos para se compreender o ambiente contemporâneo. Um destes mo(vi)mentos, a contracultura, provocou transformações sociais e comportamentais, jamais dantes imaginadas, numa parcela da população jovem que se organizou informalmente no mundo ocidental para lutar por paz e amor.

A contracultura, como fenômeno social, não tem expressão nas lutas de classe. Mas, sim, na igualdade de direitos para as mulheres, homossexuais, movimento contra a discriminação racial, liberação das drogas, aborto, movimento pró-paz, pró-ecológico, liberdade religiosa, preservação da espécie, a paz e o desarmamento. Para Gonçalo Junior (2009, p. 3), “a Contracultura pode ser considerada a libertação do sujeito, para que dela surja a libertação social como um todo”.

Importante lembrar que a contracultura situa-se historicamente num grande momento de conflito de âmbito nacional e mundial. No Brasil, a ditadura militar sufoca todo tipo de liberdade de expressão. Nos Estados Unidos, a guerra do Vietnã envia jovens para batalhas sangrentas; na França, o maio de 68 provoca conflitos que transcendem a questão política. Para Goffman e Joy (2007, p. 13) “o que interessa à Contracultura é o poder das ideias,

imagens e da expressão artística. Não a obtenção de poder pessoal e político”. Assim, a Contracultura mudou a cara do sujeito do Ocidente.

É nesta perspectiva que tomamos a Jovem Guarda como um mo(vi)mento musical dos anos 1960 que quebrou paradigmas de comportamentos e de consumo cultural numa camada da sociedade brasileira influenciada pela música jovem dos Beatles e da contracultura, rompendo com a tradição até então vigente. É o Brasil modernizado, sem ser moderno, que abriga este contingente de jovens, em sua maioria do interior, da periferia, que vai lançar ‘olhos novos para o novo’, como bem disse Oswald Andrade.

Até os anos 1950, os ídolos da Era do Rádio não pregavam jeitos e modos de consumo. Com o advento da Indústria Cultural, os ídolos, a partir dos anos 1960, não só vendem produtos, como usam os produtos que vendem, estimulando, assim, o fã a ser “igual” ao ídolo. Neste sentido, o fenômeno da *Beatlemania* é ilustrativo. No Brasil, o sucesso do programa e o impacto crescente da televisão no mercado de consumo brasileiro fizeram da Jovem Guarda uma fábrica de fazer fãs. O programa funcionou como uma plataforma de lançamento de produtos, licenciamentos, merchandising, como conta o próprio Carlos (2009):

Com o programa Jovem Guarda, estourado em todo o Brasil, Roberto, Wanderléa e eu ditávamos moda entre a juventude da época. Meus discos vendiam como água e os shows lotavam. Para completar, havia a minha *grife*, Tremendão, lançada junto com a Ternurinha (da Wanderléa) e a Calhambeque (do Roberto). Meus produtos – chapéus de caubói, cinturões, botas, bonecos – eram obrigatórios para os fãs (CARLOS, 2009, p. 119).

É nesse panorama que a juventude brasileira, envolvida pelas ondas do rádio e pela televisão, começa a se expressar através da música, da moda e de comportamentos que vão definir um novo jeito de interferir e interagir no mundo. Em especial, as mulheres assumem um protagonismo nesse processo, ditando regras e normas que vão influenciar toda uma geração na construção de espaços de concorrência e poder entre gêneros. Simone de Beauvoir, no seu livro *O segundo sexo*, cuja frase emblemática “não se nasce mulher, torna-se mulher”, revoluciona os padrões femininos da época, pautados na mulher educada para ser esposa e mãe ou freira. No entanto, a década de 1960 vai provar o contrário. As mulheres assumem o proscênio nas lutas por direitos iguais e sobem ao palco, ditando comportamentos e moda também através da música, como foi o mo(vi)mento da Jovem Guarda. O poder de influência dessas jovens artistas estava associado não apenas ao sucesso de suas músicas, mas à *persona* artística e pública que elas construíam pela sua arte e através da mídia. Elas eram as novas estrelas em ascensão.

O PAPEL DAS ESTRELAS

Os mitos contemporâneos são representados por essas estrelas que só ganham visibilidade por força da mídia; sem seus dispositivos, o mito não acontece. Necessário ressaltar que a mídia – mais especificamente, a indústria da mídia/música –, não fabrica estes mitos, segundo o termo cunhado por Lipovetski (1989). As agências da indústria cultural fabricam o *star*

system, produzindo a tal “paixonite de massa”, alimentando o funcionamento da engrenagem da cultura da mídia. Esta teoria apoia-se unicamente no fenômeno da produção, não levando em consideração a heterogeneidade da recepção, não considerando o público como agente pensante e crítico, coautor da obra, e o próprio artista como agente *criador* que se utiliza do seu poder simbólico para “enfeitiçar” com suas vozes de sereias, os fãs/fiéis.

Tomemos o conceito de Morin (1989, p. 26) – o *mito das estrelas* – como “o processo de divinização a que é submetido o ator de cinema, e que faz dele ídolo das multidões”. O autor utiliza a analogia entre mito e religião para dar conta do fenômeno das estrelas de cinema. Parece que esta analogia se refere ao que mantém e fortalece o vínculo social, estreitando os laços que se estabelecem entre os membros da sociedade através do processo de identificação que se verifica entre o público e os heróis midiáticos, e que este fenômeno não deixa de ser um modo laico de re-ligação. Re-ligação entre o herói midiático e o público.

Assim, uma nova categoria de mito é desenvolvida no âmbito da sociedade contemporânea. Estas estrelas tornam-se mito pela capacidade de agregar certos valores do imaginário de determinados segmentos sociais, reproduzido pelos fãs que se identificam com elas, elegendo-as como modelo de conduta. O ritual de adoração é verificado pelo culto às revistas, as quais revelam desde a sua intimidade até o pensamento referente a determinado assunto, a fofocas e mexericos que lhe dizem respeito, ou ainda, o novo álbum ou DVD lançado no mercado, bem como *sites* e *blogs*. Estes rituais, no entanto, têm caráter eminentemente profano.

O templo das estrelas são os fã-clubes, com os santinhos distribuídos entre os fãs/fiéis, as fotografias, de preferência autografadas, ou mesmo o último CD ou DVD com uma dedicatória única e exclusiva para cada um dos fãs/fiéis; são os *blogs* cada vez mais visitados pelos fãs/fiéis que, de maneira interativa, dialogam com seu ídolo e acompanham sua carreira passo a passo.

Assim, o caráter do culto às estrelas é profano, só sendo possível o seu avatar pela mão branca do fenômeno da *terce cultura* ou *mass culture* (MORIN, 1969), ou *cultura da mídia* (KELLNER, 2001). “Essas novas mercadorias são as mais humanas de todas, pois vendem a varejo os ectoplasmas de humanidade, os amores e os medos romanceados, os fatos variados do coração e da alma” (MORIN, 1969, p. 16). Esse fenômeno mítico/midiático, transmitido pelas ondas sonoras digitais e imagéticas e transmitido de forma cada vez mais veloz, contudo, é provocado por uma cultura que:

Fornece pontos de apoio imaginários à vida prática e por pontos de apoio práticos à vida imaginária: ela alimenta o ser semirreal, semi-imaginário que cada um secreta no exterior de si (sua alma), e o ser semirreal, semi-imaginário que cada um secreta no exterior de si e no qual se envolve (sua personalidade) (MORIN, 1969, p. 16).

O PROTAGONISMO DA MULHER NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - AS RAINHAS DO RÁDIO!

A indústria cultural expandia seus tentáculos para outros continentes através do cinema, da música, das revistas que imprimiam novos modelos de “bem-estar”, cujos produtos, tais como eletrodomésticos e de toucador, de beleza, servem para imprimir um novo modelo de comodidade a uma população ávida por bens de consumo e de protótipos exibidos nos filmes e revistas, tendo as estrelas de cinema como modelo a ser seguido.

Assim, o construto da própria intérprete brasileira na música é indissociável do modelo da indústria cultural implantado no mundo a partir do advento do cinema e do rádio, os quais servem de divulgador destes produtos artísticos. A obra artística como mercadoria e construção identitária pode ser destacada nos trabalhos de inúmeros artistas. Entretanto, tomamos a intérprete como porta-voz desta construção em nomes representativos como Araci Cortes, fazendo do samba um símbolo de brasilidade no teatro de revista, com sua graça e malemolência; a própria Carmem Miranda, que immortalizou o traje e trejeitos da baiana, com a ajuda inestimável de Dorival Caymmi.

A própria temática que gravitava em torno destes artistas era misógina, segundo Faour (2006, p. 31), até o final dos anos 1950:

Não eram tanto as de amor inatingível, mas sim do amor não realizado ou mal resolvido. As letras traziam com mais frequência a mulher como inimiga em potencial do homem – a culpada por tudo que desse errado no relacionamento. Ela poderia ser a traidora, a perdulária, a exigente demais, a excessivamente crítica, a não compreensiva, e em linhas gerais uma “perdida”, sem coração (FAOUR, 2006, p. 31).

Por outro lado, tinha-se o Carnaval como ambiente para amenizar esta temática, mas, vez por outra, o próprio Carnaval sucumbia ao tema. A própria Carmem Miranda, com o seu primeiro sucesso – *Ta-bí* (Joubert de Carvalho) –, passou pela temática da *dor de cotovelo*, suavizada pelo seu jeito brejeiro e debochado de interpretar. Vejamos, então, o surgimento de algumas destas intérpretes no cenário artístico brasileiro, cujas trajetórias servem para delinear uma elaboração de identidades culturais associada ao fenômeno do surgimento das estrelas na *indústria da música*, e em especial, as da Jovem Guarda.

A respeito deste fenômeno, tomamos como ilustração dois grandes ídolos das décadas de 1940/1950 nos idos da Era de Ouro do Rádio, com a ascensão de duas grandes intérpretes da música brasileira: Emilinha Borba e Marlene, as quais representam bem o período fundamental na formação da intérprete no Brasil, alavancada principalmente pelo rádio e pelo cinema, que exibia as estrelas em películas patrocinadas pela Atlântida e pela Vera Cruz, além do Carnaval.

As disputas travavam-se, sobretudo, entre a favorita da Marinha – a carioca Emilinha – e a da Aeronáutica – a paulista Marlene. Esta, estrela absoluta do programa de Manoel Barcelos; aquela, do programa de César de Alencar. Ambas serviam de modelo para uma infinidade de fã-clubes espalhados pelo Brasil através do disco, do rádio, do cinema e das

revistas que divulgavam, à exaustão, seus sucessos, provocando uma disputa tão acirrada entre seus fãs que se chegou a sugerir um Tratado de Tordesilhas musical dos anos 1950 “dividindo o Brasil entre fãs de Emilinha e Marlene” (ALBIN, 2004, p. 160). As jovens fãs que viam nestas estrelas/rainhas a realização de seus sonhos, de um dia poderem também alcançar o sucesso como o seu ídolo, alimentavam, na época, a frustração da derrota de Martha Rocha no concurso de Miss Universo por duas polegadas a mais.

Outras duas grandes representantes da construção da intérprete no Brasil da época de ouro foram Dalva de Oliveira e Ângela Maria. A primeira, anunciada como *a menina prodígio da voz de ouro* inicia-se na música ainda criança, ao ser descoberta pelo maestro que a observava se sentar ao piano tentando tirar melodias, após a limpeza do salão de dança. Assim, convidada pelo maestro, “apresenta-se num cirquinho de tablado” (ALBIN, 2004, p. 171). A artista inicia sua carreira, como era de praxe na época, em programas de rádio, mas, também devido ao seu potencial vocal e afinação perfeita, faz participações em operetas no Teatro Glória, no Rio de Janeiro. Ao conhecer, no teatro, o futuro marido e parceiro Herivelto Martins, se junta à dupla *Preto e Branco* até trocar o nome do trio, por sugestão de César Ladeira para *Trio de Ouro*. Sua gravação antológica de *Ave Maria no Morro* e a marcha-rancho *Praça Onze*, ambas composições de Herivelto Martins, são ilustrações emblemáticas do trio.

Ângela Maria é outra grande intérprete da chamada Época de Ouro. Carioca, é considerada por especialistas a intérprete mais popular dos anos 1950. Inicia sua carreira imitando Dalva de Oliveira, até encontrar seu estilo próprio, sendo eleita Rainha do Rádio em 1954. Interpreta, em sua grande maioria sambas-canções, cujos temas versam sobre o perfil feminino estereotipado, seus amores, afazeres domésticos, o posto de rainha do lar etc. Canções como *Mamãe* (Herivelto Martins e David Nasser), gravada em 1956, bem como *Esmeralda*, *Garota Solitária* e *Cinderela*, gravadas respectivamente em 1960, 1962 e 1966, todas três de Adelino Moreira, eram representações bastante presentes no imaginário da sociedade da época.

Entretanto, Ângela também gravou sambas que faziam elegia à pancada na mulher, como o seu primeiro sucesso *Meu dono, meu rei* (Cyro Monteiro e Dias da Cruz). Gravou também composições que fugiam das temáticas da violência, como o samba-canção de Dorival Caymmi, *Nem eu*, em 1953. Segundo Faour (2015, p. 9), a influência de Angela Maria não ficou restrita ao rádio: “Além de ter sido um expoente máximo da Era do Rádio, também foi uma das pioneiras da televisão brasileira, atuando ininterruptamente desde os primórdios do veículo, inclusive com programas próprios”.

Artistas como Dalva de Oliveira, Ângela Maria, Nora Ney, as irmãs Linda e Dircinha Batista, Dóris Monteiro, Maysa, Carmem Costa, Dolores Duran, Elizeth Cardoso, Lana Bittencourt, Isaurinha Garcia, Alaíde Costa e Ellen de Lima, foram eleitas Rainhas do Rádio em diferentes décadas. Suas vozes ecoaram carregadas ainda de *textos* cujos temas vão de uma ingênua brincadeira com jogos de palavras – presente nas emboladas – até desilusões amorosas, sonhos de um amor ideal, violência doméstica contra a mulher, bem como temas cotidianos daquela época, sempre retratados pelo ponto de vista do compositor (do sexo

masculino), o qual detinha quase cem por cento das canções registradas (SANTANNA, 2009, p. 146).

Entretanto, a década de 1950 apresenta-se de forma bastante profícua para a música brasileira, não só em gêneros gestados nesta época, como a Bossa Nova, mas também por compositoras e intérpretes femininas que se lançam no mercado fonográfico e fogem do clima do Carnaval, dos sambas e marchinhas, e não se dedicam ao rádio como um dos únicos e mais importantes veículos de difusão. Nora Ney, Maysa e Dolores Duran são três grandes representantes da denominada *música de fossa*, cujos temas apontam para a desilusão amorosa, as angústias e solidão do pós-guerra, adornados por gêneros como o samba-canção, de preferência nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, de forma geral, e em Copacabana de forma particular, sede emblemática das classes média e alta naquele período.

As *boates* tornam-se os lugares mais apropriados para este momento da música brasileira, regados a cigarros e bebidas para destilar uma desilusão amorosa adornada por cálidas vozes que falam de adeus e solidão. Mesmo porque, com a proibição de jogos de azar e o fechamento de todos os cassinos, boa parte dos artistas e boêmios migram para as *boates*. Os artistas passaram a ter nas *boates* seu contratante mais regular, ainda que não fosse uma relação permanente, como lembra Castro (2015, p. 344): “Exceto pelos contratos de longa duração, como os do Copacabana Palace, cantores e *boates* viviam em permanente rodízio”.

Ainda de forma tímida, mas não menos importante, as compositoras e intérpretes no Brasil começam a extravasar sua produção poética em parcerias com músicos e movimentos como o que antecedeu a Jovem Guarda, passando dos “anos dourados” para os “anos rebeldes”, na figura emblemática de Celly Campello, depois Sônia Delfino, embaladas por versões ou letras originais cuja temática variava do comportamento dos *bad boys* americanos à vida romântica infantil das garotas e seus relacionamentos com os namorados. Assim, por mais que se sonhasse com “o bom rapaz”, com “um pão” ou com “um brotinho ajuizado”, no fundo, todas elas buscavam a liberdade e a conquista da independência profissional e financeira. Uma nova mulher formatava-se naquele momento.

A Jovem Guarda acontece como representante da música *pop/rock* no Brasil, nas vozes de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, Vanusa, Waldirene, Martinha, Meire Pavão, Lílían (da dupla Leno e Lílían), cujas versões eram cada vez mais frequentemente embaladas pela indústria fonográfica e pela televisão, já como um novo símbolo de integração nacional. Esses artistas falavam para uma juventude farta de guerras, a qual buscava identidades que também expressassem uma visão romântica do mundo e normas de comportamento mais libertárias. Além disto, tomava fôlego o apelo pela liberação sexual, relacionada ao surgimento da pílula anticoncepcional e expressa através dos cortes de cabelo e das minissaias, além da música dos *Beatles* e de gírias que sugeriam um Brasil plugado nos EUA e no mundo; um Brasil transmitido via *intelsat*.

RUPTURA COM TERNURA – AS DIVAS DA REBELDIA

Os anos 1950, no Brasil, ainda eram os anos dourados também para o modelo feminino tradicional. Não se adivinhava aí que já estavam presentes algumas das bases que iriam possibilitar a liberação feminina dos anos 1960, quando as cantoras da Jovem Guarda iriam ter um papel fundamental. Como destaca Bassanezi (2009, p. 608), sobre o modelo predominante nos anos 1950: “A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura”.

O novo Brasil, dos anos 1960, em acelerado processo de modernização, trazia à tona um novo segmento da sociedade, em processo de expressão cada vez mais evidente: a juventude. Essa juventude urbana não mais se identificava com as nossas divas da música dos anos 1940/1950. As roupas sempre pareciam como vestidos de baile. Não havia diferença de figurino entre as cantoras das faixas do 20, 40 ou 50 anos – todas usavam roupas de luxo, formais, e, portanto, as divas não tinham uma idade, eram divas; ou melhor, para os jovens, essas divas eram velhas. O modelo havia caducado e eles não se identificavam com isso. As divas passaram a lembrar os pais, foco de protesto e rebeldia constante dos filhos.

O primeiro esboço de ruptura, com o surgimento de Celly Campello, entretanto, fracassou como modelo para essa juventude que queria mais do que uma música alegre e dançante. É fundamental destacar que o rock que Celly representa é o rock ingênuo, dançante e com letras quase infantilizadas e inofensivas. O som era de rock, mas um rock ingênuo, juvenil, mais próximo da música de praia americana, como rock pré-Beatles de Frankie Avalon, um dos *teenage idols* da época, o qual se tornou sucesso mundial com a série de filmes “Beach Party”.

Celly Campello abandonou a carreira, no auge do sucesso, para casar com o seu namorado. Esta atitude, típica do comportamento feminino dos anos 50, representava a maioria conservadora e, simbolicamente, a aposentadoria precoce de Celly Campello acabou representando a saída de cena desse comportamento como regra. A sociedade precisava, as mulheres ansiavam e a música iria apresentar às mulheres jovens outro modelo de conduta, muito mais rebelde e combativo. As jovens artistas, cheias de talento, mas também de determinação, tinham a carreira artística como uma profissão, como um caminho para a independência, a liberdade e a autonomia.

Com as artistas da Jovem Guarda, teremos as primeiras divas jovens, com figurinos que representavam rupturas com as tendências clássicas, apontando para novas formas de vestir. As mulheres foram encurtando as saias e ousando nos cortes e nas cores. A nova moda jovem internacional, que faria sucesso a partir da *swinging London* e do impacto icônico da modelo Twiggy e da estilista Mary Quant, vai influenciar as artistas da Jovem Guarda, as quais se distanciarão dos modelos das cantoras tradicionais.

O impacto da Jovem Guarda para a moda alcançou os jovens de ambos os sexos, através da força da música e da influência dos artistas sobre o comportamento dos jovens, os quais consumiam a nova onda por vários meios, como afirma Zimmermann (2013, p. 152): “A moda

trazida pela Jovem Guarda era difundida de diversas maneiras pelos meios de comunicação: pela televisão, pelo cinema, pelas revistas e pela própria música – acompanhada das capas dos discos com fotos dos cantores”.

As artistas da Jovem Guarda adotaram a moda jovem e criaram um *gap* geracional entre as roupas que vestiam e o figurino de suas mães. Wanderléa, a mais influente neste quesito, usava minissaias muito mais curtas do que a lançada pela estilista inglesa Mary Quant e tornada ícone mundial pela modelo Twiggy. Com humor, uma vez Wanderléa declarou: “Mary Quant inventou a minissaia um palmo acima do joelho e eu usava minissaia um palmo abaixo do púbis”. Esse comportamento desafiador das mulheres, influenciadas pela Jovem Guarda, abriu caminho para a rápida popularização do uso da pílula anticoncepcional no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 60. Foi a geração de mulheres que mudou o Brasil e o mundo.

O primeiro grande destaque de artista jovem feminina da música brasileira foi, sem dúvida, Wanderléa. Cantora desde criança, quando ganhava todos os programas infantis de calouros – muito comuns na época e que hoje, mais de 50 anos depois, voltam à moda com o *The Voice Kids* – Wanderléa chega à adolescência proibida pelo seu pai, um libanês severo e conservador, de cantar profissionalmente. Naquela época, início dos anos 1960, uma das únicas opções para a carreira, antes de gravar discos, era cantar em boates ou casas noturnas, naturalmente “desaconselhável” para uma jovem menor de idade. Mesmo assim, decidida a lutar pelo seu sonho, a artista conseguiu a cumplicidade de um dos seus 13 irmãos, o qual a levava, escondida do pai, para se apresentar nesses lugares.

Wanderléa sobe ao palco pela primeira vez aos quatro anos de idade, cantando *Caminbemos* em uma festa. Porém, é com a idade de nove anos, já morando na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, que passa “a se apresentar nos programas *O clube do guri* (Rádio Mayrink Veiga) e *Vovô Odilon* (Rádio Tupi)” (PUGIALLI, 2006, p. 21). Entretanto, é com o samba de Ataufo Alves, *Mulata assanhada*, que a Ternurinha ganha reconhecimento e, acobertada pelo irmão, burla a vigilância do pai rígido, de origem turca. No seu repertório, samba, bolero e chá-chá-chá.

Assim, a artista foi treinando sua vocação e talento e aprendendo os macetes da profissão. Finalmente, descoberta por uma gravadora, ela foi convidada a fazer parte do *casting* e os executivos tiveram que convencer o seu pai pessoalmente. Em julho de 1962, grava, pela Columbia, em 78 rotações, a música *Meu anjo da guarda* (Rossini Pinto e Fernando Costa), sob a regência do maestro Astor e sua orquestra. Wanderléa assina contrato com a CBS e aparece com bastante frequência em musicais na TV.

Graças a essa experiência acumulada, Wanderléa lançou-se profissionalmente já pronta: grande domínio de palco, charme e uma voz única, doce e afinada, mas que não escondia seu temperamento forte. O destino estava traçado e Wanderléa fez sucesso desde o primeiro disco. A partir daí, realizou uma sucessão de canções, alternando ritmos dançantes e canções românticas e permanecendo sempre entre as artistas mais tocadas nas rádios da época.

Wanderléa, “a Ternurinha”, torna-se uma figura bastante representativa deste período,

ditando moda, seja nas coreografias sensuais que imprimia, ao dançar com a mão na pélvis, no uso de minissaias com botas e as pernas de fora, ou ainda com roupas coladas ao corpo. Suas roupas vão virar moda, reproduzidas e vendidas em todo o Brasil, tornando-se uma referência no vestir-se das brasileiras na faixa dos 20 anos. Wanderléa, além de cantar dor de cotovelo e amor adolescente, também se mostra dona do seu nariz ao interpretar, do amigo Erasmo Carlos, *Prova de fogo*, em 1967; ou ainda em *rocks* como *Estou com raiva de você* (*Papa's new bag ain't nothing but a bag*, de Carter, versão: Roberto Livi) e *Pare o casamento* (*Stop the wedding*, Resnick/Young, versão: Luis Keller), esta última revelando o desespero do amor que está prestes a se casar com outra, mas que, numa sociedade judaico-cristã, ousa ordenar ao juiz, autoridade máxima, diante de todos, a parar o casamento. A rebeldia estética assumia contornos políticos no mundo como rebeliões na França e na Tchecoslováquia, bem como movimentos contra as ditaduras militares instauradas em diversos países latino-americanos.

Sem nunca ter um discurso político, no sentido mais tradicional, Wanderléa influenciou toda uma geração de jovens mulheres brasileiras a lutar por um espaço de igualdade. Ela mesma, uma jovem em meio a executivos de gravadoras, emissoras de rádio e TV e empresários do meio musical, lutava para manter a sua autonomia, como ela diz numa entrevista, expressava sua rebelião contra o machismo, competindo com seus amigos homens, principalmente Roberto Carlos e Erasmo Carlos, os quais gostavam de exibir o símbolo de poder masculino dos novos-ricos: o carrão. Ela declarou, numa entrevista à revista TPM:

Eu nunca fui de ostentar. Tive meus carrões importados na época. Mas era para competir com o Roberto e com o Erasmo [risos]. Tive um Cadillac presidencial à prova de balas! Tudo por causa de uma rivalidade com os dois. Sempre quis um carro mais bonito que o deles. Pensava: “Se eles podem, também posso”. Encomendava os meus carros e, quando eles chegavam, os dois ficavam de olho, dizendo: “Olha o carro novo que a Wandeca comprou”. Era pura rivalidade de mulher com homem. Inclusive porque o meu pai também tinha uma coisa de que mulher não tinha que dirigir. Ter meu carro era uma forma de contestar (LEMOS, 2009).

Um dos grandes nomes femininos da Jovem Guarda, Rosemary lança, pela Chantecler, em julho de 1961, acompanhada pela orquestra de Guerra Peixe, o bolero *Fala coração 2* e o samba *Também sou mulher*. Em julho de 1963, grava o compacto duplo, pela RCA, com as canções *Eu te seguirei*, *Broto para amar*, *Igual a ti não há ninguém* e *Sempre aos domingos*. Em novembro do mesmo ano, a cantora lança, pela RCA, um compacto simples das versões: *Meu coração* (*Cuore - Heart, I hear you beating* - Mann, Weill, R. Wheeler e Rossi, versão: Helio Justo) e *As danças dos brotos* (*Il ballo del mattone* - Verde Canfora, versão: Helio Justo), obtendo sucesso imediato. Em março de 1964, a imprensa noticia a elegância da cantora Rosemary na Revista do Rádio 758. O maior sucesso de Rosemary aconteceu com *Feitiço do Broto* (Carlos Imperial), uma canção que a levou a se tornar a maior rival de Wanderléa. Loura platinada, enquanto Wanderléa tinha na época cabelos castanhos, Rosemary sempre se colocou como mulher independente, nunca declarou namoros nem casamento e permaneceu como uma espécie de diva inatingível até os dias de hoje.

Entretanto, temos em Vanusa, surgida já na fase final da Jovem Guarda, um perfil um pouco diferenciado, a qual, além de intérprete, compunha a grande maioria das letras dos seus álbuns, passando por temáticas que iam do questionamento dos casamentos fracassados à mulher submissa e à violência do homem contra a mulher, numa atitude que, para a época, se configurou em quebra de tabus. Canções como *Manhãs de setembro* (1973) e *Rotina*, ambas com música de Mário Campanha, além de *S.O.S. Mulher* (1982), já apontavam para uma intérprete incomodada com o papel da mulher na sociedade. Em *Mudanças*, um marco em sua carreira em parceria com Sérgio Sá, gravada em 1979, a intérprete torna-se, segundo relato da mesma, “uma exímia lutadora nas palavras” (FAOUR, 2006, p. 141), nos versos:

Hoje eu vou mudar/vasculhar minhas gavetas (...)
 Deixar de ser menina pra ser mulher
 Hoje eu vou mudar
 Pôr na balança a coragem
 Me entregar no que acredito
 Pra ser o que sou sem medo
 Dançar e cantar por hábito
 E não ter cantos escuros pra guardar os meus segredos
 (*Mudanças*, Sérgio Sá e Vanusa, 1979)

Entre os anos 1960 e 1970, além de Vanusa, outras compositoras e intérpretes ousaram expor seu ponto de vista em canções que começavam a exhibir o universo feminino de forma mais contundente, estando entre as mais importantes do período, Rita Lee, Marina e Angela RoRo.

FÃS FOREVER

A Jovem Guarda no Brasil torna-se o mo(vi)mento ideal para este novo fenômeno. Assim, o grito de independência proferido nas canções destas jovens intérpretes, como Wanderléa na canção *Estou com raiva de você* ou em *Pare o casamento*, e de Waldirene, “a garota papo firme que Roberto falou” na canção do mesmo nome que afirma: “sou a garota que eles pensam que vão conquistar/ pois já pensei, e nem bola vou dar...” São artistas que já denotam uma independência amorosa, num jogo de sedução. Ainda na mesma canção, Waldirene diz: “Se tenho mil razões por ser assim/a minissaia fica bem em mim/eu vou deixar a turma toda louca/a turma toda com água na boca”. Então, elas detêm o poder de provocação, independência, escolha de parceiros.

É comum, nas canções da Jovem Guarda, o recitativo. Ao final da canção, usa-se trechos da mesma para reforçar o discurso da independência, da demarcação deste território conquistado. Ao falar de território, até a performance no palco das intérpretes da Jovem Guarda se transforma. Há um descongelamento do artista no palco. O rock prenuncia esta

atitude já a partir dos anos 1950. Porém, ainda são os homens que remexem e rebolam a pélvis.

Com a Jovem Guarda, as intérpretes, além de se vestirem de forma transgressora, e por vezes, unissex, exibirem em sua grande maioria cabelos louros platinados; ainda criam coreografias e movimentos ilustrativos nas canções. Como exemplos, Vanusa ao cantar *Sunny* (Bobby Hebb) exhibe uma *performance* que vai ao chão gritando. Aliás, esta sua *performance* repete-se ao cantar *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* (*C'era un ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones* - Migliacci e Lusini, versão: Brancato Júnior). Ou a mão de Wanderléa em riste, ao exigir que o juiz pare o casamento: “Senhor juiz, pare, agora!”.

Hoje, mais de meio século depois da estreia do Programa Jovem Guarda na televisão brasileira, seus artistas continuam vivos, não somente na lembrança nostálgica dos que viveram aquela época. Eles continuam fazendo shows pelo país, todos em torno dos 70 anos, guardando uma jovialidade que parece milagrosa, cantando os sucessos de 50 anos atrás. A exceção é Roberto Carlos, cuja carreira se desenvolveu em centenas de novas músicas que marcaram essas cinco décadas, permanecendo como o artista brasileiro de maior sucesso na música até hoje. Independentemente da trajetória de cada um, os artistas da Jovem Guarda, ao final das contas, mantiveram suas carreiras por mais de 50 anos cantando os mesmos sucessos dos anos 1960. E os fãs da época eternizaram-se de tal maneira que, de certo modo, congelaram a obra desses artistas ao repertório dos anos 1960, numa espécie de fantasia de eterna juventude. Como uma Jovem Guarda *forever*.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: nov. 2014. Aceito para publicação em: jan. 2018.
- 2 Pode ser considerada como um novo jeito de cantar (o canto falado, sussurrado, com texto bem pronunciado) em contraposição ao bel canto, a “grande voz”. Outra característica marcante da bossa nova é a forma como se toca o samba, particularmente ao violão, num diálogo entre o canto e este instrumento recheado de acordes dissonantes para a época, enriquecido pelas letras de temas mais leves. Vale ressaltar o crédito da invenção da batida da bossa nova a João Gilberto, bem como seu canto “falado”. Tom Jobim, Roberto Menescal, Carlos Lyra, Johnny Alf, Nara Leão, dentre outros, são também grandes representantes do gênero.

REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, Antonio. **Histórias da Jovem Guarda**. São Paulo: Globo, 2005.
- ALBIN, Ricardo Cravo. **O livro de ouro da MPB: a história de nossa música popular de sua origem até hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ANAZ, Silvio. A importância da Jovem Guarda. **Revista Superinteressante** (Digital). 2009. Disponível em: <<http://lazer.hsw.uol.com.br/jovem-guarda1.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

- ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Roberto Carlos em Detalhes**. São Paulo: Planeta, 2006.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres do Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- CARLOS, Erasmo. **Minha fama de mau**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- CASTRO, Ruy. **A Noite do Meu Bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CORTEZ, Afonso. Introdução. In: ALMEIDA, Luis Pinheiro de. **Biografia do Ié-ié**. Sintra: Documenta, 2014.
- FAOUR, Rodrigo. **História sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **Ângela Maria – A eterna cantora do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **A contracultura através dos tempos: do mito Prometeu à cultura digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- JUNIOR, Gonçalo. **Liberdade cabeluda: o inusitado caráter político da contracultura brasileira**. 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/01/01/liberdade-cabeluda/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- LEMONS, Nina. Sem perder a ternura. **Revista TPM (Digital)**, 2009. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/revista/81/sem-perder-a-ternura/page-2.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.
- LIPOVETSKI, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MONTEIRO, Denilson. **Dez, nota dez! Eu sou Carlos Imperial**. São Paulo: Editora Planeta, 2015.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- _____. **As estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- PUGIALLI, Ricardo. **Almanaque da Jovem Guarda**. São Paulo: Ediouro, 2006.
- SANTANNA, Marilda. **As donas do canto. Uma interpretação sociológica das estrelas-intérpretes no Carnaval de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ZIMMERMANN, Maíra. **Jovem Guarda**: moda, música e juventude. São Paulo: Estação das Letras, FAPESP, 2013.

**Marcelo
Dantas**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII – Dennis Diderot, Mestre em Administração, Especialista em Gestão Pública e Graduado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professor Adjunto do CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e Professor Pesquisador do CIAGS – Centro Interdisciplinar de Gestão Social da UFBA, nas áreas de Economia da Cultura, Gestão Cultural, Identidade e Cultura, Cultura Organizacional, Diversidade Cultural e Gestão Pública e Social. Livros publicados: DANTAS, Marcelo. Olodum – De bloco afro a holding cultural. Salvador: Editora Grupo Cultural Olodum – Casa de Jorge Amado, 1994. 132 p.; FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo (Org.). Diversidade Sexual e Trabalho. São Paulo: Editora Cengage, 2012. 380 p.

mdantas50@gmail.com

**Marilda
Santanna**

Professora Doutora Associada do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade Pós-cultura IHAC-UFBA. Coordenadora do grupo de pesquisa Canto de cada canto, associado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT. Cantora com três álbuns lançados (1994, 2002, 2013). Livros publicados: As Donas do Canto: uma interpretação sociológica das estrelas-intérpretes no Carnaval de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2009; Caymmi 100: panoramas diversos (Org.). Salvador: EDUFBA, 2014; As Bambas do Samba: mulher e poder na roda. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2016.

marilda_santanna@yahoo.com



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Avaliação Participativa como Fundamento para Ampliar a Percepção do Impacto das Tecnologias Digitais na Educação: Impressões Presentes na Realidade e no Discurso de um Sujeito Coletivo¹

Fabício Nascimento da Cruz e Denise Ribeiro de Almeida

Resumo

O artigo apresenta resultados da pesquisa realizada na rede pública do município baiano de Valença, adotando como eixo conceitual a avaliação de impacto de políticas públicas e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como método de investigação. A pesquisa revelou a inexistência de uma cultura de avaliação dos impactos da integração das TIC nas escolas públicas. No itinerário metodológico, foram entrevistadas 20 pessoas, cujas visões compartilhadas, fundamentadas em experiências concretas, serviram de base para a elaboração dos DSC's e, destes, emergiram as Representações Sociais (RS) úteis à estruturação e à mediação de avaliações participativas, visando a instauração de uma cultura de avaliação capaz de evidenciar as mudanças decorrentes de programas e projetos que utilizam as TIC na educação em diferentes contextos de implementação.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Educação. Avaliação de Impacto. Tecnologias da Informação e Comunicação.

Abstract

This article presents results of the research carried out in the public school system of the municipality of Valença, located in Bahia, Brazil. The research method had as its conceptual axis the evaluation of the impact of public policies and the Discourse of the Collective Subject (DCS). The research revealed the lack of a culture to evaluate the impacts of ICT integration in public schools. Throughout the methodological itinerary, 20 people were interviewed, whose views, based on concrete experiences, served as the basis for the elaboration of the DCS, and, from that, the Social Representations (RS) emerged, useful to the structuring and mediation of participatory assessment, aiming at the establishment of a culture of evaluation capable of showing the changes resulting from programs and projects that use ICT in education in different implementation contexts.

Keywords Public Policies. Education. Participatory Assessment. Information and Communication Technologies.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vivencia um novo paradigma técnico e científico que modifica as relações de trabalho e a produção de bens e serviços, fazendo com que a evolução da informática, microeletrônica e telemática (HETKOWSKI; LIMA JUNIOR; NOVAES, 2012) assumam diferentes focos - Sociedade Informática (SCHAFF, 1995), Sociedade da Informação (TAKAHASHI, 2000), Cibercultura (LÉVY, 1999) – e exija dos gestores públicos e privados investimentos em infraestrutura e articulação de competências coerentes com os imperativos da conjuntura global.

Como reflexo deste paradigma, nota-se, na esfera pública, a expansão da democratização das tecnologias digitais por meio de políticas educacionais, com a promessa de alavancagem da qualidade do ensino sob bases inovadoras. A implantação destas políticas, porém, ocorre descasada de ações de avaliação e monitoramento, questão agravada pelo baixo domínio instrumental dos atores sociais envolvidos nestas iniciativas. Destaca-se ainda que, embora servidores e profissionais da Administração Pública reconheçam a relevância da avaliação para o aperfeiçoamento ou redefinição das políticas públicas, as práticas com esse enfoque não refletem o cotidiano e, geralmente, limitam-se ao cumprimento de exigências legais ou de acordos com agentes financiadores ou empreendedores políticos.

Nessa perspectiva, além da baixa coerência entre importância e implementação, as distorções na operação das práticas avaliativas em políticas públicas decorrem do medo dos gestores públicos em expor experiências não exitosas da sua agenda governamental; ou de que os avaliadores influenciem na definição de metas e conteúdos que impliquem em reformas governamentais em desalinhamento com os seus interesses (THOENIG, 2000). De modo complementar, Lobo (2009) aponta que os gestores se sentem ameaçados com a possibilidade de alguns produtos oriundos de avaliações evidenciem resultados desproporcionais aos gastos incorridos, situação que pode prejudicar a visão que a sociedade tem em relação à ação governamental.

Considerando tal contexto, buscou-se, nesta pesquisa, analisar os fluxos de tomada de decisões da avaliação de políticas públicas, bem como suas interferências na dinâmica dos programas e projetos que utilizam TIC na educação, tendo por base a rede municipal de ensino de Valença-BA, cuja escolha foi motivada pelo fato deste município possuir a

maior e mais complexa rede de escolas municipais do território do Baixo Sul da Bahia e pelos investimentos e parcerias firmadas com vistas à ampliação do acesso às modernas tecnologias digitais. O estudo definiu como questão de pesquisa: Como os profissionais da educação e comunidades escolares avaliam o impacto do uso das tecnologias digitais na educação pública no município de Valença-BA? A noção de impacto explorada na pesquisa assumiu a conotação de percepção das mudanças ocasionadas pela execução das políticas e programas em questão.

Em campo, foram escutados diferentes atores envolvidos na implementação de tais iniciativas (secretária de educação, técnicos da Secretaria Municipal de Educação - SME e representantes de cinco comunidades escolares – diretores, coordenadores pedagógicos, professores e estudantes), suas falas foram sistematizadas em discursos que concatenam percepções de diferentes atores sobre a importância e a efetividade da avaliação no ciclo de políticas públicas educacionais centradas no uso das tecnologias digitais, resultando na formação dos DSC e na identificação das Representações Sociais.

Finaliza-se esta introdução apontando-se que o artigo, além dela, traz em sequência seu referencial teórico, seguido da metodologia utilizada, da análise dos resultados e de algumas considerações finais.

CAMINHOS TEÓRICOS

Apresentam-se aqui os principais conceitos que serviram de referência para a realização da pesquisa.

Políticas públicas e tecnologias digitais na educação

As políticas públicas são construtos sociais. Seus conceitos, significados e significâncias, estruturas, funcionamento e resultados são fruto dos processos sociais inerentes aos seus ciclos. Para Secchi (2010), as políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar um problema percebido coletivamente como de relevância pública. De modo complementar, Boneti (2007) compreende-as como o resultado da dinâmica do jogo de forças estabelecido nas relações de poder, envolvendo grupos econômicos/políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil.

Focalizando o olhar nas políticas públicas educacionais, percebe-se que estas têm sido alvo dos constantes estímulos à integração de modernas tecnologias ao ensino e pela dificuldade de percepção dos reais impactos das mesmas, nas comunidades escolares onde atuam, sobretudo, por parte dos profissionais envolvidos.

Segundo Pretto e Assis (2008), o paradigma tecnológico vigente passou a exigir o investimento em formação tecnológica para apropriação dos códigos e o desafio de contribuir para a formação de cidadãos plenos e competentes para também ingressarem no mundo do trabalho. Paralelamente aos discursos que depositam grandes expectativas de mudanças

no ensino em virtude da informatização das escolas, autores como Sancho (2006), Moran (2000), Porto (2012) e Bonilla e Souza (2011; 2015) advertem que as tecnologias digitais pouco têm interferido no cotidiano das escolas públicas, em virtude da rigidez da cultura escolar, materializadas em seus currículos e rotinas administrativas. Para estes autores, ao invés de inovação, o que se presencia em contextos educacionais é a reinterpretação das novas ferramentas às práticas tradicionais, fortalecendo o argumento pontuado por Bonilla e Fantin (2015, p. 130) de que é mais fácil “introduzir materiais do que mudar crenças”, ou seja, é mais fácil se trabalhar aspectos tangíveis em detrimento dos intangíveis.

A deficiência encontrada na implantação das políticas públicas, especialmente das que fomentam o uso das TIC, aumenta à medida em que os gestores públicos não asseguram as condições para êxito previamente à sua implantação (com estudos de viabilidade), ou não estruturam rotinas capazes de corrigir em tempo hábil disfunções que poderiam ser facilmente detectadas com políticas de avaliação. Esta visão ganha respaldo nas palavras de Costa (2011) ao discorrer sobre os efeitos da falta de diagnósticos sobre a situação da exclusão e da inclusão digital, o que segundo este autor, prejudica a criação de políticas públicas para a área, além de gerar duplicidade de ações e onerar os cofres públicos.

Avaliação participativa de políticas públicas

É crescente no Brasil o interesse dos governos por avaliação de políticas públicas, na tentativa de ampliar o conhecimento dos seus resultados e também para dar suporte à tomada de decisão e prestação de contas com base nas dimensões da efetividade, da eficácia e da eficiência, do desempenho e da *accountability* da gestão pública (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Em relação à avaliação, Ala-Harja e Helgason (2000, p. 10) situam-na como uma prática constituída por “análises sistemáticas e de aspectos importantes de um programa e de seu valor, de modo a fornecer conclusões confiáveis e utilizáveis”. Complementando tal perspectiva, Ramos e Shabbach (2012), Mokate (2002), Chaves (2014) e Johnson e Silva (2014) destacam que a avaliação pode conduzir à melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Reforçando as perspectivas apresentadas, Thoenig (2000, p. 54) entende a avaliação como um caminho para o aperfeiçoamento da capacidade de aprender como um processo de “conduzir mudanças bem-sucedidas e definir resultados alcançáveis nos campos da eficiência e eficácia públicas”.

Independentemente da tipologia (diagnóstico, monitoramento, resultados ou impacto) ou do desenho de sua aplicação, faz-se mister reforçar que a avaliação no âmbito das políticas públicas, deve ocorrer em todo o seu ciclo, servindo para fins analíticos ou decisórios, extrapolando as visões que a restringem às etapas subsequentes à implementação do programa ou de revisão periódica de uma política (COTTA, 2000; CHAVES, 2014; THOENING, 2000). Ou seja, sua condução deve ser transversalmente ajustada às necessidades e possíveis usos por parte dos sujeitos implicados.

Dentre as diversas modalidades avaliativas, ganham notoriedade no setor público as

exigências por evidências dos impactos ocasionados pelas políticas públicas na vida dos seus destinatários. Para viabilizar as avaliações de impacto, geralmente recorre-se à aplicação de modelos experimentais ou quase-experimentais, com enfoque quantitativo e para fins de comparabilidade (RAMOS; SCHABBACH, 2012; VIANA; AMARAL, 2014), mas existem também vieses qualitativos que analisam profundamente as mudanças contextuais em virtude das políticas ou programas implementados, como é o caso da visão referenciada por Roche (2000, p. 37) que a destaca como a “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas de pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”.

Na contemporaneidade, a avaliação converte-se em ferramenta indissociável do sucesso da gestão pública (JOHNSON; SILVA, 2014). Além disso, em virtude dos mecanismos de controle social, estas passaram a ser demandadas com maior frequência sob uma perspectiva participativa, dialógica e compartilhada com os diferentes atores envolvidos (THOENIG, 2000; FURTADO, 2012; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014; AMARAL; VIANA, 2014).

Para Jannuzzi (2011) e Brandão *et al.* (2005), em que pese o reconhecimento de sua importância, a avaliação ainda carece de ações efetivas que conduzam a apropriação de conhecimentos e práticas por parte dos atores institucionais corresponsáveis pela sua execução ou acompanhamento, de modo a evitar que, em alguns contextos, sua condução seja transferida para consultores externos, bem como preencher a lacuna referente à existência de uma cultura de avaliação própria do setor público.

Em defesa de modelos participativos de avaliação, Furtado (2012) afirma que estas devem ser socialmente construídas através de ações continuadas e não apenas em momentos episódicos, coordenados e integrados à figura do avaliador externo. Ressalta ainda que devem prever a inclusão de novos atores em todas as etapas de um ciclo de avaliação, de modo que sejam criados ambientes propícios onde os envolvidos sintam-se aptos a contribuir e a manifestar suas posições e valores.

Em Blasis (2013), são identificadas três dimensões avaliativas presentes no cotidiano educacional: (i) **avaliação externa** (realizada em larga escala, verificando a aprendizagem dos estudantes das redes de ensino); (ii) **avaliação institucional** (traduz o compromisso coletivo da escola com o progresso de cada turma ou aluno); e (iii) **avaliação da aprendizagem** (feita pela escola, com fins de diagnóstico, acompanhamento e intervenção em contextos de aprendizagem de cada estudante). Esta autora defende, porém, a necessidade do diálogo com diferentes atores sociais e da articulação entre as dimensões citadas, para que, a partir dos dados gerados, sejam compartilhados sentidos e planejadas intervenções comprometidas com a qualidade da educação.

Assim, avaliações participativas traduzem-se como oportunidades para ativar contextos de aprendizagem coletiva e desenvolver as competências dos sujeitos implicados nas políticas e programas. Nessa direção, cabe citar Viana e Amaral (2014, p. 32), os quais destacam ser um grande “trunfo da avaliação participativa, a possibilidade de desencadeamento de um processo de aprendizagem social”, situação que, para Roesch (2002, p. 164), é definida

como um processo de “emancipação dos sujeitos e comunidades”. Por sua vez, Mokate (2002) ressalta que ações de monitoramento e avaliação enriquecem os processos dinâmicos de aprendizagem coletiva sobre o contexto de atuação, sobre a operação das políticas, necessidades de eventuais ajustes.

MÉTODO

Nesta seção, apresentam-se o campo social, o método DSC e as técnicas usadas na pesquisa realizada no período de julho/2015-agosto/2016 em Valença-BA, que apesar de introduzir inicialmente o conceito de avaliação de impacto, não enfatizou sua abordagem nos modelos experimentais para fins de comparabilidade, pelo contrário, priorizou a interação com os sujeitos envolvidos nas iniciativas que utilizam as TIC na educação, de modo a contemplar percepções sobre as múltiplas dimensões de impacto na rede pública municipal, as quais careciam de avaliações sistemáticas, tendo por base o ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2010), e, sobretudo, a compreensão da corresponsabilidade dos atores em processos de avaliação de iniciativas cuja relevância é pública.

A operação dos DSC decorreu das entrevistas semiestruturadas individuais (04) e coletivas (04), com duração entre 60 e 120 minutos, realizadas com grupos previamente identificados: (i) Grupo 1- Especialistas, Técnicos e Analistas: 01 secretária municipal da educação; 02 técnicos da SME; (ii) Grupo 2- Operadores: 03 diretores escolares, 07 coordenadores pedagógicos, 01 professor; e (iii) Grupo 3 - Destinatários: 06 estudantes. Para os grupos 2 e 3, mobilizaram-se indivíduos de cinco escolas municipais. Após a análise primária dos dados, foram eleitas 09 perguntas articuladas em três áreas (Políticas Públicas; TIC na Educação e Avaliação de Políticas Públicas) para fins de tratamento com suporte do DSC Soft. Nesse processo, buscou-se identificar as Representações Sociais (RS) que emergiram das visões compartilhadas dos atores sociais pesquisadas, fundamentadas em experiências concretas, valorizadas, neste trabalho, como fomentadoras de contextos de aprendizagem social entre atores envolvidos em seus distintos âmbitos, com o desafio de influenciar na conformação de uma cultura de avaliação na rede pesquisada.

Campo Social

O município de Valença-BA foi eleito como campo empírico para o estudo, por abrigar a maior e mais complexa rede de escolas do Baixo Sul da Bahia, com 170 unidades, sendo 148 escolas públicas ofertantes de todas as etapas da educação básica, atendendo a mais de 14 mil estudantes (VALENÇA-BA, 2015), e devido aos investimentos e parcerias firmados entre 2009-2014, os quais ampliaram o acesso às TIC na rede municipal de educação.

Valença-BA tem uma população estimada em 97.000 habitantes (IGBE, 2015) e, diferentemente dos demais municípios da região, a maioria dos seus habitantes, cerca de 72%, vivem na zona urbana. A economia é diversificada e integra atividades como a agricultura (com destaque para a de base familiar), pesca e pecuária.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM do município é 0,623, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,778, seguida pela Renda, com 0,619, e pela Educação, com 0,502.

No município, são ofertadas à população todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Essa rede é composta por 170 escolas, sendo 148 da rede pública (destas, 139 são municipais, sendo que 13 delas ofertam o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, conforme apontou o Censo Escolar, 2015). Importante ressaltar que 25% das escolas estão conectadas à internet e há 723 equipamentos disponíveis para alunos, os quais atendem a aproximadamente 14 mil estudantes (VALENÇA, 2015a).

No que tange à questão do acesso às modernas tecnologias digitais, o município implementou, nos últimos anos, uma série de iniciativas, quais sejam: construção de infocentros em algumas escolas, implantação de laboratórios de informática, formação de professores para uso das tecnologias, disponibilização de recursos educacionais abertos, dentre outros. Entretanto, todos os esforços em modernizar a infraestrutura da rede municipal, bem como das estratégias de ensino, levaram o município para outros caminhos não desejados, conforme apontam trechos do diagnóstico realizado na oportunidade da elaboração/readequação do Plano Municipal de Educação, destacados a seguir:

- O município tem o apoio do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo);
- A SME reconhece que a utilização das tecnologias digitais na rede municipal ainda se encontra num processo muito tímido, frente ao contexto das escolas privadas;
- Disponibilização de recursos educacionais abertos, formação continuada dos professores e estudantes, fruto da parceria com sistema Estadual de Ensino;
- Escolas dispõem de sala de informática, mas enfrentam sérias dificuldades no que se refere à organização dos espaços e na operacionalização dessas.

O fomento ao uso e à expansão de iniciativas com enfoque nas tecnologias digitais na educação foram retomados no município em função das metas definidas no Plano Municipal de Educação (2015-2025), buscando o alinhamento com a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

Abordagem, Técnicas e Atores

A natureza qualitativa da pesquisa residiu na necessidade de o pesquisador mobilizar diferentes atores com visões singulares sobre os projetos que envolvem o uso das tecnologias no município e, sobretudo, para as práticas de avaliação que lhes permitiriam identificar o impacto das referidas em um contexto tão complexo, como é o caso da rede municipal pesquisada.

Flick (2009, p. 25) também alerta que os métodos qualitativos consideram a “comunicação do pesquisador em campo, como parte explícita da produção de conhecimento, e não apenas uma variável que pode interferir no processo”. Para este autor, a subjetividade do pesquisador, bem como a dos atores pesquisados, torna-se parte do processo de pesquisa.

Esse entendimento impulsionou a escolha do DSC como método da pesquisa, pois, a partir dele, formam-se painéis que dão luz às Representações Sociais (RS), as quais “são reelaborações, metabolizações de conhecimentos e informações geradas em certo número de espaços sociais, onde modernamente são produzidos ou difundidos” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 23).

A coleta e a interpretação dos dados recorreram à triangulação de técnicas e atores, dada a complexidade dos contextos e formas de interação com o objeto da pesquisa. No quadro síntese a seguir, encontram-se as técnicas e as justificativas para o uso com os distintos públicos:

Quadro 1 – Técnicas de pesquisa

Público	Técnicas	Justificativa para aplicação
Secretário(a) de Educação - 01	(T1) Entrevista semiestruturada	Compreender o processo de implantação e avaliação da efetividade dos resultados de uma política pública.
Coordenadores (as) de Área/Equipe Técnica - 02	(T1) Entrevista semiestruturada (T3) Análise Documental	Identificar os usos da avaliação das iniciativas que utilizam as tecnologias digitais.
Diretores (as) Escolares - 03	(T2) Entrevista Coletiva	Compreender como as iniciativas são ajustadas à realidade das escolas e como são validados os critérios e instrumentos para avaliar o desempenho e o impacto das referidas.
Coordenadores (as) Pedagógicos (as) - 07		
Professores (as) - 01		
Estudantes - 06		Captar a percepção dos estudantes sobre as mudanças decorrentes da implantação de tais projetos.

Fonte: elaboração própria (2016).

De acordo com Minayo *et al.* (2005), a triangulação baseia-se no interacionismo simbólico, pressupondo a combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista; bem como o envolvimento de vários informantes na aplicação de múltiplas técnicas de coleta de dados na investigação.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - DSC

Na busca por respostas à pergunta de pesquisa, definiram-se como caminhos metodológicos: a abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (1994), lida com um universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não podendo serem reduzidos à operacionalização de variáveis; e o método DSC (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012; 2014), pois, por meio deste, formam-se painéis que evidenciam as Representações Sociais (RS).

Na redação dos DSC, utilizam-se as figuras metodológicas que resgatam o pensamento coletivo, presente nas opiniões individuais, sendo elas: (i) **Expressões-Chave (E-Ch)**, fragmentos discursivos que carregam a essência do conteúdo do discurso; (ii) **Ideias Centrais (IC)**, nomes ou expressões linguísticas atribuídas ao conteúdo identificado para categorizar o sentido construído para as E-Ch; (iii) **Ancoragens (AC)**, expressões de uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso professa naturalmente; e (iv) **DSC**, “uma agregação discursiva que não reúne iguais, mas pedaços de diferentes discursos individuais unidos pela sua intercompatibilidade”. (LEFEVRE *et al.*, 2000, p. 30).

Figura 1 – Figuras Metodológicas do DSC



Fonte: elaboração própria (2016) a partir de F. Lefevre, A. Lefevre e Teixeira (2000), de F. Lefevre e A. Lefevre (2003; 2006; 2014) e de Gondim e Fischer (2009).

A operação do DSC fundamenta-se no “uso de artifícios metodológicos que resgatam o pensamento coletivo de forma menos arbitrária do que geralmente ocorre em pesquisas qualitativas” (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013, p. 132), resultando em um processo analítico que tem como filtros as figuras metodológicas supracitadas, amparado nos seguintes referenciais - F. Lefevre, A. Lefevre e Teixeira (2000); F. Lefevre e A. Lefevre

(2003; 2006; 2014); Gondim e Fischer (2009) - e cujas características se apresentam no infográfico da Figura 1.

A produção de um novo conhecimento a partir do método do DSC resulta de múltiplas interações e combinações de noções, conceitos e visões socialmente compartilhadas, inicialmente manifestadas como opiniões individuais, e, em seguida, são estruturadas em discursos que “preservam a dimensão individual, porém articulada em uma dimensão coletiva” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014, p. 503).

Representações Sociais

Para F. Lefevre e A. Lefevre (2012, p. 17), o DSC é o desdobramento natural do seguinte raciocínio: se, em “quaisquer sociedades os indivíduos compartilham ideias, opiniões, crenças, ou representações, a expressão dessas opiniões compartilhadas poderia comportar a reunião em discursos-sínteses” dos conteúdos e argumentos que formam essas opiniões semelhantes.

A subversão ao pragmatismo presente nas tendências epistemológicas de base positivista, quantitativo-classificatória, é uma das principais características do DSC (LEFEVRE; LEFEVRE; TEIXEIRA, 2000; LEFEVRE; LEFEVRE, 2012). Destaca-se, como especificidade do método, a construção de uma noção coletiva sobre determinados assuntos, a partir da concatenação de fragmentos discursivos que se complementam, ou que se contrapõem, mas que são compartilhados com indivíduos que integram um mesmo grupo, de modo a constituir a sua essência, ou seja, as Representações Sociais.

A propósito, a Teoria da Representações Sociais serve como principal fundamento do DSC. Postulada por Moscovici (2013, p. 79), essa teoria se baseia na “diversidade dos indivíduos, atitudes, fenômenos, em toda estranheza e imprevisibilidade, de modo a descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade”. Elas evidenciam sistemas de crenças, valores, conceitos que permitem a troca de sentidos entre membros de um grupo, permitindo assim, coesão social. Esta perspectiva é reforçada por Jodolet (2000) ao descrever as principais características das Representações Sociais (RS):

[...] são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos [...] informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. [...] estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se no centro da investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamento.

[...] primeira caracterização da representação social [...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras do conhecimento científico (JODELET, 2001, p. 21-22).

As RS “funcionam como um sistema de interpretação da realidade, atuando nas relações estabelecidas pelos indivíduos no meio em que estão inseridos, orientando, assim, seus comportamentos e práticas” (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009, p. 622). Segundo F. Lefevre e A. Lefevre (2014, p. 503), as RS não são “teorias interpretativas *stricto sensu*, mas entidades práticas, ou seja, conhecimentos usados pelos indivíduos ou grupos sociais nas suas interações ordinárias”.

Tratamento de Dados e Operação dos DSC

As perguntas selecionadas e os sujeitos pesquisados foram cadastrados no DSC Soft. Na sequência, todas as respostas foram lançadas e agrupadas por categoria de sujeitos. Nesta etapa, iniciou-se a depuração do grande volume de informações bem como a revisão da amplitude das respostas. Foi justamente nesse estágio que emergiram os primeiros sentidos compartilhados que expressavam a intensidade e recorrência de alguns elementos discursivos. Surgiram as primeiras sínteses. Destas, foram mapeadas as figuras metodológicas que integram o método: as Expressões-Chave (E-Ch), as Ideias Centrais (IC) e Ancoragens (AC), todas elas já descritas em seções anteriores.

Na etapa final, caracterizada pela formulação dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) propriamente ditos, adotou-se como fundamento a busca pela complementaridade, e não a diferenciação (LEFEVRE; LEFEVRE; TEIXEIRA, 2000). Nesse sentido, os discursos vinculados a cada uma das perguntas expressam a articulação e a sinergia dos DSCs formulados por cada segmento pesquisado, contudo, sem se limitar ao pressuposto da soma, já que se optou pelo critério da convergência de ideias e propósitos ainda que alguns conteúdos também abarquem elementos discursivos divergentes.

Por conseguinte, realizou-se a caracterização das Ideias Centrais (IC) e a ratificação das Ancoragens (AC), fundamentais para realização das análises que serão apresentadas no próximo capítulo. Articular ideias, conceitos, visões de mundo de um público tão plural, caracterizou-se como um elemento desafiador no contexto da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, estão destacadas algumas reflexões sobre a problemática da avaliação de políticas públicas educacionais suportadas por tecnologias digitais, na rede municipal, baseada nos contextos de atuação dos colaboradores dos discursos, a partir da sistematização do Ilustrativo de Análise do Discurso (IAD) e apresentação de breves fragmentos dos DSC que integram os resultados da pesquisa.

De modo geral, todos os colaboradores dos discursos concordaram que as tecnologias digitais contribuem de alguma forma para a educação, contudo, em se tratando da educação

pública, as grandes mudanças ainda estão longe de se consolidarem, não só pela carência de infraestrutura (ainda se prioriza a criação de espaços exclusivos para a mediação dos conteúdos tidos como tecnológicos) e disponibilidade dos equipamentos (número reduzido de dispositivos frente à demanda), mas, sobretudo, pela rigidez da cultura escolar.

De acordo com Sancho (2006, p. 22), os “principais obstáculos para desenvolver o potencial educativo das TIC são a organização e a cultura tradicionais da escola”. Para Moran (2000, p. 143), “ensinar com as novas tecnologias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino”. Sobre essa mesma questão, Porto (2012, p. 181) ressalta o continuísmo das práticas tradicionais, embora, com maior frequência, emergjam no cotidiano, aulas e contextos inovadores com a utilização ou não das modernas tecnologias: “De modo geral, o ensino nas escolas ainda continua expositivo, centrado no conhecimento e na transmissão de saberes do professor, com utilização de ferramentas tecnológicas que fazem parte do cotidiano da escola há mais de um século, tais como: quadro e giz, livros e cadernos, folhas mimeografadas (agora digitadas e impressas)”.

Porto (2012, p. 183) destaca ainda que é “preciso superar o velho modelo pedagógico, e não apenas incorporar ao velho modelo a nova tecnologia”, pois a tecnologia não é o ponto fundamental no processo de ensino e aprendizagem, ela apenas tende a proporcionar a mediação entre educador, educandos e saberes escolares, se utilizada de modo adequado. Essa situação é posta de modo mais amplo por Hetkowski, Lima Júnior e Novaes (2012, p. 54), ao afirmarem que os gestores educacionais contemporâneos ainda estão “presos às velhas práticas, baseadas no paradigma cientificista – mecanicista e tecnicista – onde prevalece a hierarquia e a centralização do poder”, ainda que lógicas emergentes nestes contextos estejam comprometidas com a cocriação, participação, negociação e subjetivação.

Inicialmente, com o intuito de mapear indicativos de impactos e efetividade da implantação de iniciativas envolvendo o uso das tecnologias digitais na educação, no contexto municipal, umas das atividades propostas foi a elaboração de uma linha do tempo capaz de refletir o itinerário de implantação das iniciativas envolvendo o uso das TIC na educação no âmbito da rede municipal, a partir da década de 1990.

O infográfico compilou as atualizações feitas pelos sujeitos entrevistados ao longo da pesquisa, agregando, assim, a multiplicidade de visões dos atores que ao longo do processo foram implicados, ora como proponentes ora como destinatários dessas políticas, programas ou projetos também fomentados pela iniciativa privada ou pelo Terceiro Setor.

A coprodução deste produto permitiu a tomada de consciência das ações já implementadas no município envolvendo o uso das TIC na educação e a problematização do processo de implementação das mesmas. Esse mesmo material permitiu outro importante exercício, o de classificação das iniciativas já implementadas pelo município, quais sejam: (1) inclusão digital; (2) adequações de infraestrutura; (3) aquisição de dispositivos eletrônicos; (4) qualificação profissional; (5) informatização de processos de gestão; e (6) gerenciamento eletrônico de dados – atores envolvidos em seus distintos âmbitos, com o desafio de influenciar na conformação de uma cultura de avaliação na rede pesquisada.

Figura 2 – Linha do Tempo das TIC na Educação de Valença-BA

Fonte: elaboração própria (2016) a partir das entrevistas semiestruturadas.

Na sequência, a organização e análise das entrevistas propiciou a identificação das E-Ch, verificando-se a intensidade e recorrência de alguns elementos discursivos presentes nas falas dos Colaboradores dos DSC's. Para cada pergunta, gerou-se um Ilustrativo de Análise do Discurso (IAD), articulando as figuras metodológicas citadas anteriormente, ao conjunto de Representações Sociais e, por fim, instituiu-se o Sujeito Coletivo, ou seja, o porta-voz de todos os Colaboradores do discurso, os quais integraram os grupos citados anteriormente.

No tópico Políticas Públicas, foram identificadas duas RS que destacaram as etapas de **formulação e implementação das políticas** nas quais foi identificada, entre os colaboradores do discurso, a consciência quanto à autonomia que a rede possui para deliberar e realizar as suas ações, desde que assegurado o alinhamento institucional com outras esferas políticas.

Essa visão converge com o pensamento de Pretto e Coelho (2015), os quais afirmam ser necessária a colaboração entre entes federados, empresas, indústrias, escolas, universidades e sociedade, envolvidos direta e indiretamente, para a superação dos desafios contemporâneos, incluindo os relacionados à educação, em especial da escola pública, para que desenvolvam suas atividades sem limitações financeiras ou técnicas, de modo a não impactar negativamente na conquista dos resultados das suas ações.

Quadro 2 – Ilustrativo da aplicação do IAD 1 (Formulação das Políticas Educacionais)

“Eu penso que a construção da política pública em nosso município é formada através de um conjunto de pessoas. No que se refere às questões das políticas educacionais, o PME foi o reflexo de um momento de construção, onde, de qualquer forma, somos todos parceiros. Afinal, nós temos uma participação direta e/ou indiretamente na construção dessas políticas.” (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor)

Fonte: elaboração própria (2016).

Na redação desse DSC, foi possível notar que as opiniões expressas pelos colaboradores dos discursos, reconheciam ter condições de contribuir de forma legítima para qualificar esse processo, entretanto, não conseguiam perceber espaços onde se sentissem confortáveis para tal.

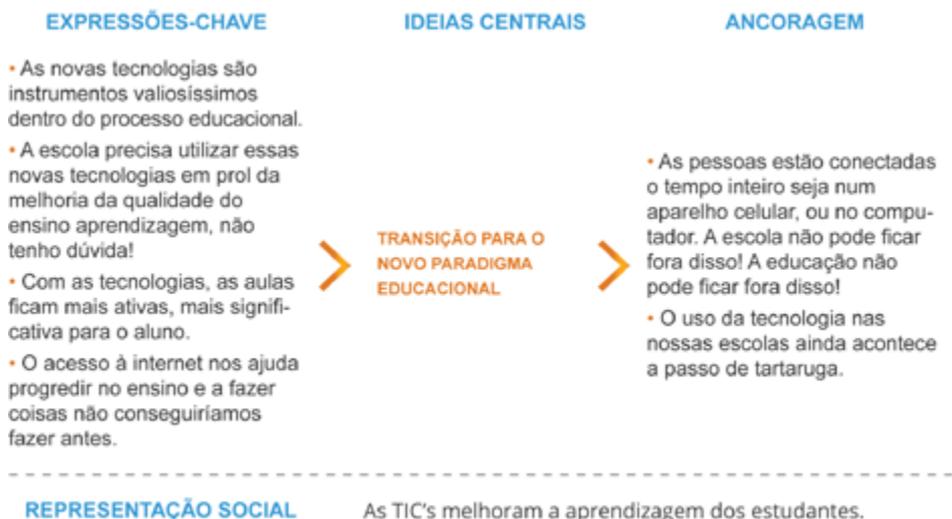
No que tange à **implementação das políticas públicas**, o DSC enfatizou que a comunicação (forma e conteúdo) constitui-se como fundamental nesse processo, por ser uma etapa marcada pela construção da convergência, mas também pela resistência e negociação.

Quadro 3 – Ilustrativo da aplicação do IAD 2 (Envolvimento com a Implementação das PP)

“(…) é preciso, realizar um trabalho forte de articulação da política e mobilizar as pessoas a se inquietarem, a discutirem e a proporem ações factíveis.” (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor)

Fonte: elaboração própria (2016)

Adentrando no tópico **Tecnologias na Educação**, foram gerados quatro IAD. O primeiro evidencia as **contribuições** das TIC para a rede de ensino, onde o Sujeito Coletivo apontou melhorias marcadas essencialmente pela incorporação progressiva do uso de dispositivos, aplicativos ou *softwares* nas rotinas das escolas pesquisadas, seja nas ações administrativas ou pedagógicas, no âmbito dos profissionais, ou pela criação de itinerários autônomos de estudos por parte dos estudantes.

Quadro 4 – Ilustrativo da aplicação do IAD 3 (Contribuições das TIC para a Educação)

Fonte: elaboração própria (2016)

De acordo com Pretto (2008), o “acesso às tecnologias precisa ser qualificado”, já que estas são reconhecidas em vários âmbitos sociais como necessárias. Essa qualificação perpassa a apropriação das ferramentas e códigos que comportam os aparatos tecnológicos, sejam eles dos mais elementares aos considerados mais sofisticados.

A problematização dos usos das TIC adotados pelos diversos segmentos da rede foi o objeto do IAD 4, onde se registra uma diversificação em franco crescimento, tendo em vista que, para os colaboradores dos discursos, ainda existem muitas descobertas a serem feitas nessa área, entretanto, torna-se prudente, e urgente, a concatenação destas iniciativas, já que a fragmentação em excesso corrobora com a dispersão dos resultados e dificulta a percepção dos mesmos.

Quadro 5 – Ilustrativo da aplicação do IAD 4 (Usos das TIC na Rede Municipal de Educação)

“Só sei de uma coisa, temos os instrumentos, mas não trabalhamos só com isso. A gente precisa de estrutura e material humano capacitado para trabalhar com essas tecnologias. Eu também acho que falta estrutura nas escolas. Tem os equipamentos, porém precisa capacitar as pessoas para trabalhar com eles.” (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor.)

Fonte: elaboração própria (2016)

Aos professores, coordenadores e gestores educacionais, caberá a utilização dos recursos tecnológicos em contextos educacionais e, ao mesmo tempo, desconstruir a lógica do sistema capitalista implícita nos produtos e serviços, amplamente reforçada pela indústria cultural, cuja centralidade se baseia na ditadura do consumo.

[...] enquanto a escola continuar recebendo as diversas tecnologias digitais, mas integrando-as em seu cotidiano numa perspectiva fechada, protegida por bloqueios e controles, dificilmente conseguiremos aproximar as linguagens dos jovens da linguagem da escola. Ou seja, a vivência plena da cultura digital na escola só será possível quando a integração entre as práticas sociais e as práticas pedagógicas efetivamente acontecerem, tornando a cultura digital um pressuposto básico da cultura escolar (BONILA; SOUZA, 2015, p. 182).

Cabe salientar que o incentivo à integração das TIC na educação por meio de projetos fomentados por parcerias firmadas no âmbito da SME foi objeto do IAD 5, cujo discurso buscou identificar ações bem-sucedidas já realizadas ou em curso na rede municipal pesquisada.

Durante o tratamento dos dados foram destacadas 06 E-Ch, articuladas a 3 IC, tendo como base 3 AC, revelando como a falta de *expertise* no assunto tem levado a SME a estabelecer parcerias para viabilizar a implantação de algumas iniciativas, nem sempre alinhadas com as demandas internas ou prioritárias da SME. A seguir, encontra-se o DSC sobre esta situação.

Quadro 6 – Ilustrativo da aplicação do IAD 5 (Ações bem-sucedidas com o uso das TIC)



REPRESENTAÇÃO SOCIAL

As parcerias condicionam a execução das políticas educacionais que fomentam o uso pedagógico das TIC nas escolas.

“Vejo que, aos poucos, os celulares vão ganhando espaço nas escolas. Eu acho que o uso do celular seria benéfico, sendo, pois, já que o aluno gosta de manusear e estaria fazendo isso para o aprendizado dele, e ainda ajudaria o professor que não precisaria proibir o uso, até mesmo porque, ainda que proibamos, eles não deixarão de levar, e continuarão a utilizar os dados móveis, já que a senha do Wi-Fi não é liberada. Então, proibir não seria o caso, mas inseri-lo no planejamento, atrelado a uma metodologia de trabalho aí, com certeza, seria positivo.” (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor e 6 estudantes.)

Fonte: elaboração própria (2016)

Embora este ponto tenha sido um dos mais frequentes, os colaboradores dos discursos reconheceram a fragilidade dos arranjos institucionais que são concebidos e executados, e que nem sempre se alinham às motivações, interesses e tempos das comunidades escolares, reduzindo assim a possibilidade de uma contribuição efetiva das tecnologias para a produção sociocultural, de conhecimento e vivência plena da cultura digital no ambiente escolar.

Sobre esta questão, faz-se pertinente citar Pretto e Coelho (2015, p. 62):

A implementação de uma política de tecnologia para a escola pública envolve pensar não só na aquisição e na distribuição de computadores, mas, para além das questões de infraestrutura de manutenção de equipamentos, equipe de acompanhamento e avaliação que efetivamente execute o seu trabalho, estabeleça contato permanentemente com todos os órgãos da administração pública e empresas envolvidos nessa ação para que sejam possíveis os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas apontados pela comunidade escolar, a exemplo da conexão à internet. As insuficiências da escola e/ou do Projeto não podem se constituir em entraves para o alcance das metas estabelecidas.

O estudo identificou, dentre as possíveis **fragilidades**, que os **baixos investimentos em infraestrutura física e tecnológica e qualificação das equipes** limitam a realização do trabalho, o qual, em tese, deveria ser prazeroso para todos os envolvidos, conforme pode ser verificado no IAD 6:

Quadro 7 – Ilustrativo da aplicação do IAD 6 (Fragilidades das Políticas Públicas das TIC)

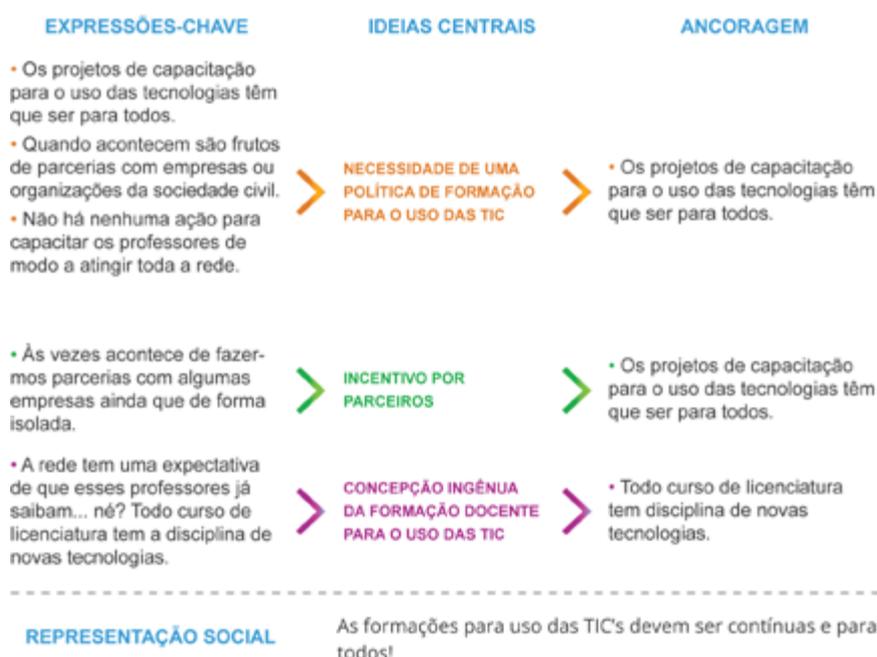


Os poucos espaços existentes não foram preparados para quantidade de estudantes que temos. São lugares pequenos, quentes e abafados, ou não apresentam a infraestrutura elétrica minimamente adequada para instalação dos computadores. Quando as adaptações ou reformas são autorizadas, nem sempre ocorrem no tempo esperado, pois envolve outras secretarias, a exemplo da de infraestrutura, aí tem todo um trâmite burocrático a ser seguido. (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor e 6 estudantes.)

Fonte: elaboração própria (2016)

O último IAD deste tópico apurou o olhar para as questões referentes à qualificação, tendo em vista que as formações e treinamentos ofertados no âmbito da rede beneficiaram um número reduzido de participantes.

Quadro 8 – Ilustrativo da aplicação do IAD 7 (Formação para os Profissionais da Rede)



Eu acho que os projetos de capacitação envolvendo o uso das tecnologias na educação têm que ser para todos! [...] Noto que, na rede, alguns gestores acreditam que os professores saibam utilizar as tecnologias na escola, já que os cursos de licenciatura têm disciplina de novas tecnologias e educação, o que dispensaria a criação de programas específicos de formação. Concepção errônea de que o sistema entende que esse professor já tenha se preparado para isso no seu curso de graduação! (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos, 1 professor.)

Fonte: elaboração própria (2016)

Os colaboradores dos discursos (em especial os professores, diretores escolares, coordenadores pedagógicos) anseiam por cursos e/ou treinamentos, contínuos e para todos, que lhes permitam, inicialmente, manusear de forma segura e dominar o uso das tecnologias disponíveis nas comunidades escolares de modo contextualizado.

Quadro 9 – Ilustrativo da aplicação do IAD 8 (Importância da Avaliação X Práticas)



“A avaliação, na verdade, não é usada apenas no final do processo como muita gente pensa! Considero a avaliação extremamente importante para diagnosticar os problemas e também para apontar novos caminhos, para sabermos de que maneira ocorreu impactos daquela intervenção que realizamos. O município avalia, mas avalia nesse diálogo tipo o que eu estou tendo aqui com você. Não existe uma proposta onde as ações do município sejam avaliadas sistematicamente. Creio que, quando não realizamos avaliações, o planejamento fica fadado ao fracasso. Porque, quando você não avalia com propriedade, você tem indicativos se está ou não no caminho certo. Porque todo planejamento, em tese, deve partir de

uma avaliação de uma situação que é real, né?” (Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares, 7 coordenadores pedagógicos e 1 professor.)

Fonte: elaboração própria (2016)

Por fim, do tópico **Avaliação de Políticas**, foram estruturados outros dois IAD que problematizam a dificuldade da SME em utilizar os dados gerados pelas avaliações periodicamente realizadas no âmbito da rede e sobre a inexistência de avaliações que abarquem as iniciativas que utilizam as TIC nas escolas. Na primeira, é reforçada a tese de que os projetos que incluem as tecnologias na educação carecem de tratativas diferenciadas de avaliação, e a segunda, relacionada ao reconhecimento da avaliação de impacto como um importante caminho para evidenciar mudanças.

O IAD 8 evidencia uma compreensão sistêmica da avaliação por parte dos Colaboradores dos discursos de que esta não se restringe à etapa final do ciclo de uma política pública, ressaltando sua transversalidade e apontam a sua proximidade com os instrumentos de planejamento, sem a qual estaria fadado ao fracasso. As E-Ch que lastreiam o DSC problematizam os processos de avaliação executados no município, centrados na aprendizagem dos estudantes, principalmente nas avaliações de larga escala.

Ao admitir a inoperância de **avaliações com ênfase no impacto** dessas iniciativas, o Sujeito Coletivo apontou, na segunda RS, esse tópico como um caminho para evidenciar as **contribuições efetivas que as TIC agregariam à aprendizagem** dos estudantes, à **gestão escolar**, bem como à **produção e à circulação de conhecimentos**.

Durante a análise dos dados relacionados à avaliação de impacto, foram destacados, no IAD 9, 07 E-Ch, vinculadas a 03 IC que abordaram as diferentes percepções dos atores pesquisados acerca dos impactos da presença das TIC nas escolas e, conseqüentemente, na rede de ensino; ratificando a necessidade de uma cultura de avaliação multidimensional e de caráter participativo; além disso, expôs a situação de estranhamento dos implicados frente aos resultados das políticas implementadas, ou seja, o Sujeito Coletivo não consegue perceber a sua parcela de contribuição para obtenção dos possíveis resultados conquistados ou prospectados pela própria rede onde atua.

Apesar de reconhecer como importante essa dimensão avaliativa (de impacto) e também os avanços nas tentativas de integração das TIC na rede municipal, o Sujeito Coletivo admitiu não dispor de métodos e/ou instrumentos elaborados autonomamente e que permitam avaliar as mudanças decorrentes, ou mesmo, identificar os possíveis impactos das referidas, baseados nos pressupostos indicados por Trevisan e Van Ballen (2008): o “reconhecimento do propósito de mudança social” e o “estabelecimento de relações causais” entre o programa e as supostas mudanças provocadas. Em contraste, reiterou que as avaliações, para além das avaliações externas, ocorrem de forma dialogada durante as reuniões de equipes e naquelas que envolvem a comunidade escolar.

Nas entrevistas, os colaboradores do discurso trouxeram importantes contribuições para a discussão sobre avaliação das políticas públicas ao sinalizarem que, quando os seus resultados

se distanciam dos parâmetros esperados, servem para nutrir os argumentos de culpabilização dos responsáveis diretos, no âmbito da escola, por mediar os processos de ensino, em geral, os professores. Por esse motivo, o Sujeito Coletivo apontou a necessidade de se avaliar de modo estruturado todos os atores da rede, adotando critérios objetivos e instrumentos que possam ser somados às práticas dialógicas que já ocorrem entre os profissionais, mas que não têm influenciado diretamente os processos de tomada de decisão.

Quadro 10 – Ilustrativo da aplicação do IAD 9 (Avaliação de Impacto das TIC na Educação)



“Não me recordo de termos feito alguma ação voltada para a avaliação de impacto, em especial das tecnologias da educação. A gente peca muito nisso! Seria uma farsa, uma falácia dizer que temos um acompanhamento processual avaliativo. Eu acho que a gente poderia avaliar também a dimensão social nas mudanças econômicas da comunidade, da escola, do aluno, as relações sociais, interpessoais, do desenvolvimento humano. Esse tipo de avaliação [de impacto] pode ser uma forma de colocar as escolas da nossa rede em evidência, porque a gente percebe que a escola, em alguns momentos, está perdendo espaço e a gente precisa fazer com que o aluno, a família acorde e perceba que a escola está ali próxima dela.”

(Colaboradores: 1 secretária de educação, 2 técnicos da SME, 3 diretores escolares e 7 coordenadores pedagógicos.)

Fonte: elaboração própria (2016)

A reflexão e a mudança de atitude surgem como urgentes, para que os profissionais não caiam na armadilha da sofisticação da cópia, ou na virtualização das formas tradicionais de transmissão do conhecimento, já que o uso das tecnologias digitais nas comunidades escolares implicadas diretamente neste estudo, limitam-se ao estímulo a pesquisas e apresentação de trabalhos.

Os modestos avanços obtidos por algumas escolas da rede municipal de Valença-BA, percebidos na análise de sequências históricas de indicadores de qualidade da educação, geralmente mapeados nas dimensões avaliativas externa, institucional e da aprendizagem, destacadas por Blasis (2013), não podem ser endereçados apenas aos investimentos na área tecnológica, já que variáveis como qualificação das equipes gestoras, ajustes em processos de gestão, adequações de rotinas administrativas e intervenções na infraestrutura podem influenciar diretamente a elevação positiva de tais indicadores. Ademais, é perceptível nas RS que a noção de panaceia atribuída às TIC, no campo pesquisado, assim como noutras instâncias, apresenta a sua efetividade questionada.

O Sujeito Coletivo identificou o PME 2015/2025 como principal vetor de mudança, entretanto, devido a sua robustez (com 301 estratégias vinculadas a 20 metas que permeiam todas as modalidades de ensino), reconhecem ser essencial um plano de monitoramento/avaliação, já que seu horizonte de execução é amplo e carece de relevantes sinalizações: escalas de priorização, prazos, responsáveis e desenhos da avaliação. Esta não é uma crítica exclusiva ao PME de Valença-BA, mas à própria Lei 13.005/2014, a qual diz, genericamente, no seu artigo terceiro, que as metas previstas no anexo da lei devem ser cumpridas no período de vigência do PNE, o que aumenta a possibilidade de concentração de ações nos últimos anos, podendo fragilizar a execução/monitoramento dos resultados e impactos.

Embora o Sujeito Coletivo reconheça as competências instaladas na rede (especialistas com notório conhecimento e experiências práticas) no quesito avaliação, as ações ainda são desarticuladas e concentram-se no apoio à realização de avaliações externas, e não na coautoria de processos com potencial para equacionar problemáticas dos contextos locais.

O viés gerencialista das experiências conduzidas no município afasta-se da perspectiva participativa (VIANA; AMARAL, 2014; ROESCH, 2002; FURTADO, 2012), de caráter multidimensional, fomentadora de dinâmicas que favoreçam a aprendizagem organizacional e de otimização de fluxos e rotinas de trabalho, apresentada como resultado deste estudo, limitando a percepção da avaliação integrada a todas as fases do ciclo de políticas públicas, bem como o protagonismo dos sujeitos implicados na produção de conteúdos úteis e relevantes para geração de mudanças positivas no contexto educacional. Estando as categorias participação e aprendizagem enquanto desafios no âmbito da rede municipal em questão.

Face ao exposto, em linha com o pensamento de Boullosa e Rodrigues (2014, p.

153) defende-se que os desenhos das práticas avaliativas devam agregar à abordagem gerencialista, marcada pela acumulação e comparabilidade dos dados, processos contínuos de “construção de significados ou significâncias” e sejam encarados como uma oportunidade de problematizar, dialogar, intervir, produzir conhecimento e promover aprendizagens sobre o objeto de estudo, realidade distante da encontrada nas escolas aqui estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou resultados da pesquisa qualitativa realizada entre julho 2015 e agosto de 2016, na rede pública de Valença-BA, ressaltando as Representações Sociais extraídas dos DSC, buscando identificar práticas dedicadas à avaliação do impacto das TIC na educação, mediante ações implantadas no período de 2009-2014. Para a apresentação de considerações finais que reflitam os principais achados apresentados, julga-se oportuno retomar a questão que a originou: Como os profissionais da educação e comunidades escolares avaliam o impacto do uso das tecnologias digitais na educação pública no município de Valença-BA?

O método DSC trouxe oportunas reflexões sobre os fatores que impulsionam, mas também que restringem, o potencial transformador de algumas políticas públicas. Durante a pesquisa, ao compreender a dinâmica de alguns processos internos, emergiram algumas ideias para a definição do protótipo de metodologia proposta, as quais foram ganhando corpo à medida que em que se ampliava o acesso ao referencial teórico.

Ajustar os tempos e ritmos da pesquisa à dinâmica do Campo Social pesquisado foi um grande exercício, principalmente nesse período no qual mudanças intensas ocorreram em todo o país, em decorrência da abrupta transição de governo no âmbito federal, afetando a dinâmica dos municípios, sobretudo, no período eleitoral.

Os DSCs construídos e sintetizados neste estudo apontaram a dificuldade de os sujeitos pesquisados correlacionarem os eventuais impactos da implantação de programas e/ou projetos que utilizam as tecnologias digitais nas escolas da rede municipal às suas práticas cotidianas. Adicionalmente, constatou-se a não utilização dos resultados das avaliações externas e institucionais, os quais, em tese, poderiam contribuir para a redefinição de estratégias de ação capazes de corroborar para a efetivação da qualidade da educacional.

Constatou-se que o monitoramento/avaliação das referidas práticas precisam ser institucionalizados, assim como ser fundamental o estímulo à adoção de práticas potencializadoras da participação dos atores, visando ativar uma dinâmica de aprendizagem social que propicie a condução autônoma de processos avaliativos que gerem dados relevantes para a elaboração de propostas de intervenção, agregando valor ao cotidiano da rede e das suas comunidades escolares. Importa ressaltar que a transversalidade da avaliação no ciclo de políticas públicas deve ser fortalecida enquanto premissa na condução de trabalhos dessa natureza, devendo pautar a agenda institucional de todos os implicados na política, de modo que seja ratificada como um componente da dinâmica interna dos diversos setores da administração pública.

Gerar, analisar e atribuir utilidade aos dados também são desafios para a SME de Valença-BA, a qual precisa desenvolver, autonomamente, desenhos avaliativos que resultem em dados que permitam pensar sobre o avanço das políticas, sobre a decisão acerca da continuidade das mesmas e sobre a definição de estratégias ou o redesenho da execução.

A SME nunca realizou uma avaliação sobre a presença das TIC na rede municipal. No que tange às avaliações externas, os profissionais da rede admitiram ser apenas operadores dos instrumentos elaborados em outras instâncias do sistema nacional de educação. Tratar de modo diferenciado as avaliações institucionais seria o primeiro passo para essa mudança, já que, nesta dimensão avaliativa, tem-se registros dos impactos diretos das políticas na vida dos destinatários, havendo a possibilidade de análises particularizadas sobre a progressão, positiva ou negativa, da aprendizagem dos estudantes.

O Sujeito Coletivo concluiu ser necessário ampliar e se apropriar de um repertório de instrumentos avaliativos que abarquem a análise dos resultados e dos impactos das políticas que utilizam as TIC na educação. Dessa forma, aproximaria a SME da possibilidade de melhoria dos índices educacionais e da qualidade do ensino e da gestão educacional.

Cientes de que as tecnologias digitais não têm o mesmo poder e rapidez para provocar grandes transformações, conforme veiculado nas diversas mídias impressas e/ou digitais, sobretudo as que pressionam a área educacional, os colaboradores dos discursos fazem o que podem e articulam modestas ações, visando a mitigação de alguns problemas, a começar pelas unidades escolares onde atuam.

Os programas e projetos pulverizados, fragmentados e, em sua maioria, personificados (com ganhos mais pessoais que coletivos) refletem a disputa por espaços de poder de grupos sociais, políticos e econômicos, distorcem ou inibem os poucos resultados latentes com a presença das tecnologias digitais. Entretanto, abrem precedentes para a problematização, revisão dos processos de planejamento, gestão e condução de ações avaliativas capazes de evidenciar mudanças oriundas do contato ainda superficial com as tecnologias digitais, assemelhando-se a processo de inclusão digital.

Se desejam inovar, falta-lhes formação para que identifiquem as oportunidades e aproveitem-nas no tempo certo. Se adquirem dispositivos, ainda que em número reduzido, faltam-lhes espaços adequados e seguros para a realização dos trabalhos. Quando conseguem aliar formação, dispositivos e espaços, faltam-lhes estrutura suficiente para envolver os estudantes ávidos para estabelecerem novas conexões com o conhecimento e com os seus pares. Essa situação emblemática distancia os sujeitos implicados do ideal de futuro a que foram por muito tempo expostos. O encanto, o entusiasmo e a proatividade do contato inicial, aos poucos, dão lugar à frustração, desmotivação e descrença em conquistas de resultados positivos.

A avaliação participativa, visando a apropriação e uso de metodologias com abordagens simplificadas, desponta como um desafio para a rede estudada. Sua aplicação deve superar o viés instrumental-formal que geralmente prejudica a consolidação de resultados e o desenvolvimento das capacidades locais para fazer a autogestão dos seus processos avaliativos.

NOTA

- 1 Submetido à RIGS em: jun. 2017. Aceito para publicação em: nov. 2017. O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “O futuro chegou! E agora? Avaliação participativa do impacto das políticas educacionais suportadas por novas tecnologias: desafio para um município baiano”, de autoria de Fabrício Nascimento da Cruz, defendida no Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/UFBA), em dezembro de 2016.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-60, out./dez. 2000.

BLASIS, E. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo. v. 3. n. 1. p. 251-268, jun. 2013.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BONILLA, M. H. S; SOUZA, J. S. Diretrizes metodológicas utilizadas em ações de inclusão digital. In: BONILLA, M. H. S; PRETTO, N. L. (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

BONILLA, M. H. S; FANTIN, J. S. Olhares sobre a prática pedagógica com o Projeto UCA. In: QUARTIERO, E. M.; BONILLA, M. H. S.; FANTIN, M. (Org.). **Projeto UCA: entusiasmos e desencantos de uma política pública**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 99-145.

BOULLOSA, R. F; RODRIGUES, R. W. Avaliação e Monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 3, set./dez. 2014.

BRANDÃO, D. B.; SILVA, R. R.; PALOS, C. M. C. Da construção de capacidade avaliadora em iniciativas sociais: algumas reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 361-374, jul./set. 2005.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 25 jun. 2014.

CHAVES, H. L. A. Avaliação de políticas públicas: entre a estratégia governamental e a agenda do capitalismo contemporâneo. In: ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: UFPE, 2014.

COSTA, L. F. Novas tecnologias e inclusão digital: Criação de um modelo de análise. In: BONILLA, M. H. S; PRETTO, N. L. (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

COTTA, T. C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 2, p. 103-124, abr./

jun. 1998.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, abr. 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, J. P. A avaliação participativa. In: OTERO, M. R. (Org.). **Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil**: temas atuais. São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 21-41.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 9-26, set./dez. 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **PPP - Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 36, p. 251-275, jan./jul. 2011.

JOHNSON, G. A.; SILVA, M. A. Avaliação de políticas públicas: desafios latino-americanos. In: ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: UFPE, 2014.

LIMA JUNIOR, A. S.; HETKOWSKI, T. M.; NOVAES, I. L. Gestão Educacional e Tecnologias da Informação e Comunicação. In: NOVAES, Ivan Luiz; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Org.). **Gestão, Tecnologias e Educação**: construindo redes sociais. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2011. p. 27-68.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque quali-quantitativo - a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. (Série Pesquisa; 20).

_____. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2009.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOKATE, K. M. Convertiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-134, 2002.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educacional).

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

PORTO, T. M. E. As tecnologias na escola. E agora, o que fazer com elas? In: FANTIN, M.; RIVOTELLA, P. C. **Cultura Digital e Escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012. (Coleção Papirus Educação).

PRETTO, N. L. Os descaminhos das políticas públicas de Tecnologia da Informação no Brasil. In: PRETTO, N. L. **Reflexões: ativismo, redes sociais e educação**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 33-36.

_____; ASSIS, A. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder organizadores**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, set./out. 2012.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2. ed. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

ROESCH, S. M. A. Avaliação: Gerar conhecimento tecnocrático ou capacidade local? In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SANCHO, J. M. De tecnologias da informação e da comunicação a recursos educativos. In: SANCHO, J. M. *et al.* **Tecnologias para transformar a educação**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, P. L. S. Possibilidades metodológicas para avaliar sistematicamente programas governamentais: reflexões a partir da experiência latino-americana. In: ARCOVERDE,

A. C. B. (Org.). **Avaliação de políticas públicas** em múltiplos olhares e diferentes práxis. Recife: UFPE, 2014.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THOENIG, J-C. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

TREVISAN, A.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

VALENÇA. Prefeitura Municipal de Valença. Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação 2015-2025. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de Valença-BA**, Poder Executivo, Valença, ano VII, n. 1328, 22 jun. 2015a. p. 2-165.

VIANNA, I. L.; AMARAL, E. F. L. Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. In: AMARAL, E. F. L.; GONÇALVES, G. Q; FAUSTINO, S. H. R. (Org.). **Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 15-38.

Fabício Nascimento da Cruz

Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Inovação, Sustentabilidade e Gestão de Organizações da Sociedade Civil e do Terceiro Setor e em Estudos Culturais, História e Linguagens, pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Pedagogo - Escola/Empresa, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Diretor Executivo da Atairu - Gestão & Inovação Social.

E-mail: fabacruz83@gmail.com.br | fabricao@atairu.net.br

Denise Ribeiro de Almeida

Coordenadora dos Mestrados Profissionais (MPA) do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Consultora e pesquisadora na área de Gestão Pública.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Avaliação de Cursos a Partir de seus Usuários: Análise de Expectativas e Perspectivas¹

Luzia Coelho Rodrigues, Roberto Brasileiro Paixão
e Francisco Ricardo Duarte

Resumo

A pesquisa teve como objetivo principal analisar a avaliação que egressos de dois cursos de especialização, do Programa PNAP, fazem sobre a formação recebida. O estudo avaliativo foi respaldado na literatura sobre avaliação de programas educacionais, com abordagem centrada em usuários, como consumidores dos serviços ofertados. As categorias avaliativas emergiram da análise de conteúdo de documentos escritos pelos usuários antes e depois da formação. A abordagem avaliativa possibilitou a identificação de aspectos avaliativos dos cursos e das contribuições da formação para as práticas de gestão dos profissionais qualificados. A análise comparativa, *ex ante* e *ex post*, revela que as expectativas iniciais foram contempladas com a formação e aponta interesse dos usuários na avaliação de aspectos organizacionais do curso. Resultados permitem refletir sobre ampliação, em ambiente virtual, de oportunidades de interação entre os participantes e entre aluno e conteúdo. Aspectos relacionados à estrutura física não foram apontados na pesquisa.

Palavras-chave

Avaliação. *Lato Sensu*. Expectativas. Programa PNAP. Avaliação de Egressos.

Abstract

The main objective of this research was to analyze how graduates of two PNAP specialization programs evaluate the training they were exposed to. This evaluative study was supported by literature on the evaluation of educational programs, with a user-centered approach. The evaluative categories emerged from the content analysis of documents written by the users before and after the training. The evaluation approach made it possible to identify evaluative aspects of the programs and the contributions of the training to the management practices of the qualified professionals. The comparative analysis, *ex ante* and *ex post*, reveals that initial expectations were contemplated with the training and points out users' interest in the evaluation of organizational aspects of the program. The results allow us to reflect upon expanding, within a virtual environment, the opportunities for

interaction among participants and between students and content. Aspects related to physical structure were not dealt with in this research.

Keywords Evaluation. *Lato Sensu*. Expectations. PNAP Program. Graduates' Evaluation.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, surgiram programas educacionais voltados para a formação de quadros destinados à execução de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), com oferta em Rede Nacional, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O Programa tem oferta descentralizada de cursos, por meio da rede de polos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BRASIL, 2006), com utilização dos meios e tecnologias de informação.

O PNAP foi divulgado para Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), participantes do Sistema UAB, por meio do Edital nº 01, de 27 de abril de 2009 (CAPES, 2009). A partir da segunda chamada, a abrangência do programa foi ampliada, passando a ser ofertado por 65 instituições, sendo 23 delas na Região Nordeste (CAPES, 2012), existindo, portanto, oferta da qualificação destinada à formação de quadros para a Administração Pública em quase todas as unidades federativas. É nesse contexto que se insere este estudo avaliativo, contemplando cursos de especialização direcionados à formação de gestores públicos, ofertados por Instituição de Ensino Superior localizada no Submédio São Francisco, com atuação nos Estados de Bahia, Pernambuco e Piauí (RODRIGUES, 2016). A instituição integra o sistema UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância (EAD).

Para nortear a realização do estudo, com a dimensão avaliação de egressos de cursos de Especialização *Lato Sensu* (RODRIGUES; DUARTE; PAIXÃO, 2016), buscou-se, inicialmente, dissertar sobre conceitos orientadores do estudo da avaliação institucional e de cursos, tendo como características as expectativas dos interessados pela avaliação, apresentando, em seguida, as principais referências sobre avaliação centrada em expectativas de usuários. O objetivo foi descrever a avaliação que os egressos dos cursos de especialização em Gestão Pública e em Gestão Pública Municipal, do PNAP, fazem da formação recebida, e análise a partir de documentos por eles escritos antes e depois da formação.

Ressalta-se que não existe um modelo ideal, pronto para a avaliação das instituições de ensino superior (BRANDALISE, 2012), inclusive para a avaliação interna, podendo ser adotada, para tanto, a concepção de avaliação baseada em diferentes fundamentos teórico-metodológicos de avaliação educacional (VERHINE; MONTEIRO DE FREITAS,

2012). Sendo assim, para este artigo, foi adotada a avaliação centrada em usuários (*ex ante* e *ex post*), com utilização da Análise de Conteúdo, enfatizando a participação dos atores na avaliação do processo formativo.

A PRÁTICA AVALIATIVA E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância, da mesma forma que os presenciais, podem ser ofertados por instituições de educação superior, desde que possuam credenciamento para a modalidade, diferentemente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os quais são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 01 e suas alterações (MEC, 2007). Sendo assim, o EAD, como nova cultura educacional diferenciada, exige novos procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem.

De acordo com Paixão (2012), a avaliação deve ser uma prática constante que permita a inclusão dos atores envolvidos. Verhine e Monteiro de Freitas (2012) afirmam que não é possível compreender as transformações da educação sem levar em consideração as práticas avaliativas, instrumentos de legitimidade de poder em muitos países. Esse aperfeiçoamento da avaliação constitui eixo integrante do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020).

Nesse sentido, Almeida (2007), citada por Mill e Pimentel (2010), entende a avaliação como processual e formativa, visando possibilitar, por essa avaliação, o acompanhamento da construção do conhecimento pelo aluno, especialmente por meio das tecnologias em uso, devendo haver a compatibilização entre as TICs e as disciplinas nos cursos de educação a distância (RISTOFF, 2003), a exemplo da utilização de material didático dialógico e interativo que permita o estudo autônomo (KISHI; PASSOS, 2015), bem como a necessidade de expandir oportunidades de interação aluno-conteúdo e variedades dos meios de comunicação em cursos online (KUO *et al.*, 2013).

A avaliação de natureza interna traz a perspectiva de valorização dos problemas internos à instituição e respeita a diversidade institucional ao enfatizar o processo de autoavaliação com base nos princípios de participação e de gestão democrática (VERHINE; MONTEIRO DE FREITAS, 2012). Afirmam os autores que, nos três componentes do processo avaliativo (Avaliação Institucional, Avaliação de Cursos e Avaliação de Desempenho do Estudante), a avaliação interna da instituição é o elemento principal, com vistas à valorização da identidade e da diversidade institucional (SINAES, 2004).

De acordo com o SINAES, devem ser foco da avaliação institucional as dimensões: missão e plano de desenvolvimento institucional; política de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social; políticas de pessoal e respectiva carreira; organização da gestão; infraestrutura física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira. Já a avaliação de cursos deve considerar as dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas.

A realização de estudo de avaliação com egressos das turmas iniciais de cursos, a partir dos relatos colaborativos, surge como oportunidade de contribuição para o programa, oportunizando, à gestão dos cursos, o conhecimento das necessidades dos usuários. Esse *feedback* é necessário tanto para a proposição das mudanças nos processos de ensino-aprendizagem, na gestão universitária e nos currículos, quanto para acompanhar a trajetória do egresso (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Esse tipo de estudo pode ser realizado durante e após a conclusão do curso (CARNEIRO, 2015).

ABORDAGEM AVALIATIVA CENTRADA EM EXPECTATIVAS

Reverendo a literatura sobre avaliação educacional e seus papéis, percebe-se que Worthen, Sander e Fitzpatrick (2004) entendem que a abordagem centrada no usuário tem papel fortemente somativo e que é realizada para dar, aos responsáveis pela tomada de decisão do programa e aos consumidores potenciais, informações de julgamentos de valor e de mérito acerca da intervenção realizada. A avaliação formativa é feita normalmente antes ou durante a realização de um programa e leva a decisões sobre o seu desenvolvimento, enquanto a avaliação somativa é realizada após sua implementação para subsidiar decisões sobre a continuidade desse programa (PAIXÃO, 2012).

A abordagem centrada em expectativas foi utilizada para analisar o grau de satisfação de alunos e tutores da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) (ISHIDA; STEFANO; ANDRADE, 2013) e por Demarco (2013), na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ambas em relação aos cursos do PNAP. A mesma abordagem foi utilizada para avaliar o nível de satisfação de graduandos de cursos em rede na Unigranrio (GALDINO; ANDRADE; POMBO, 2013) e na avaliação do grau de satisfação dos professores de matemática do Estado do Rio de Janeiro com o curso de formação continuada, oferecido pela Fundação CECIERJ (SILVA *et al.*, 2013). Os usuários estão cada vez mais informados e exigentes, demandando um maior esforço das instituições no sentido de satisfazer esse novo público (SOUZA; REINERT, 2010).

Arbaugh e Hornik (2006) testaram a aplicabilidade de princípios de boas práticas em educação associados à aprendizagem e à satisfação em cursos de pós-graduação a distância (DIBIASE, 2004; EASTON, 2003; HILTZ; WELLMAN, 1997; SWAN, 2002), em duas instituições nos Estados Unidos, enfatizando a importância da variedade de ferramentas e a necessidade de o instrutor fornecer, regularmente, *feedback* sobre o desempenho do aluno com vistas a aumentar a interação entre ambos. Esses esforços são fundamentais para o ciclo interativo entre discentes, professores e tutores, e contribuem para o sucesso, suportando o conceito de aprendizagem colaborativa (SWAN, 2002).

A EAD possibilita essa integração, esse ensino “mais sintonizado com as culturas das novas gerações e com as demandas da sociedade” (MILL; PIMENTEL, 2010, p. 236). Essa integração das TICs aos processos educacionais é fundamental para auxiliar a mediação pedagógica (BELLONI, 2010; SILVA; COELHO; VALENTE, 2009). Nesse sentido, Ferrugini e Castro (2015), em seus estudos com egressos do curso piloto em Administração

a distância, oferecido pelo sistema UAB, identificaram que a flexibilidade da EAD e a gratuidade foram os fatores que mais influenciaram a realização do curso. Já para o presente estudo, buscou-se a avaliação com base na colaboração e participação de egressos de cursos de pós-graduação *lato sensu* do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, considerando o significado que esses atores atribuem à formação recebida.

MÉTODOS UTILIZADOS

A abordagem qualitativa foi utilizada para permitir a contextualização da avaliação a partir da visão dos usuários (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MOUSSAOUI, 2010). Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória e documental, pois visou conhecer a avaliação desses usuários, a partir de cartas de expectativas, escritas *ex ante*, e das cartas de avaliação, escritas *ex post*, das primeiras turmas de dois cursos de especialização do PNAP: Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, ofertados por Instituição de Ensino Superior no Vale do São Francisco.

O corte temporal compreendeu o período entre março de 2013, quando da escrita dos documentos iniciais, solicitados pela Instituição pesquisada, como requisito para ingresso nos cursos (carta de intenções), e janeiro de 2015, data fim da postagem da carta *feedback*, na plataforma *moodle*, ambiente virtual de aprendizagem utilizado pelos egressos. Para a amostra, observou-se que foram matriculados 312 alunos em 2013.2 nos referidos cursos, com 107 egressos entre 2014.2 e 2015.1, conforme informações do banco de dados fornecido pela Secretaria de Educação a Distância, detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de alunos matriculados X egressos

Curso	Matriculados 2013	Matrícula monografia 2014	Egressos 2014.2
Gestão Pública	169	119	61
Gestão Pública Municipal	143	94	46
Total	312	213	107

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Como critérios de inclusão, foram localizadas todas as cartas iniciais dos egressos, excluindo-se, no entanto, a documentação dos que não apresentaram a carta de avaliação ao final do curso, obtendo amostra representativa do universo de egressos, com análise de 94 cartas de um total de 107 egressos. O Quadro 1 apresenta a matriz de planejamento utilizada na pesquisa.

Quadro 1 - Matriz de planejamento da abordagem utilizada

Conceito	Dimensão	Característica	Fontes de coleta	Tratamento de informações
Contribuições dos cursos / PNAP	Avaliação de egressos	Expectativas dos usuários	Editais, banco de dados e cartas	Análise Documental e Análise de Conteúdo

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Codificando as Categorias Avaliativas

A classificação das fontes documentais deu-se com o auxílio do *software* NVivo10, possibilitando o recorte dos textos em unidades de registro constituídas de frases ou parágrafos na avaliação de egressos, com escolha de categorias empíricas para todas as fontes analisadas e adoção do critério semântico (BARDIN, 2006). Foram utilizados os atributos “GP” e “GPM” para os cursos Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, respectivamente, além dos atributos “inicial” e “final”, para identificar o tipo de carta: avaliação *ex ante* e avaliação *ex post*. Receberam, ainda, uma codificação individualizada a partir da numeração de 1 a 47 e de 48 a 94 para as fontes iniciais e finais respectivamente (exemplo: Inicial GP-47).

As categorias emergidas foram chamadas de nós. Através da combinação ou do deslocamento, os nós foram agrupados em categorias por similitude dos temas, dentro da avaliação institucional e de cursos, a saber: organização didático-pedagógica (estrutura curricular, material didático, organização do curso, avaliação da instituição), avaliação do corpo docente e tutorial, avaliação dos subsistemas de EAD e contribuições da formação para a melhoria das práticas de gestão (percepção sobre impactos do PNAP e dos cursos).

Após reagrupamento progressivo, a lista de verificação de nós foi distribuída em dois grandes temas: aspectos estruturais e organizacionais do curso e aspectos relacionados aos impactos do PNAP.

A abordagem foi complementada com dados quantitativos inerentes à classificação e codificação das fontes documentais analisadas e de seus atributos, os quais passam a ser apresentados.

RESULTADOS DA PESQUISA

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, inicialmente, fez-se a descrição do perfil dos usuários, constatando que o público masculino é maioria entre os participantes do estudo (55%). No perfil básico do egresso, há prevalência da faixa etária compreendida entre 25 e 35 anos (55%), significando que o quadro de gestores qualificados pelo programa

ainda é jovem, média de 37 anos, convergindo para achados em pesquisas com discentes dos três cursos de especialização do PNAP da UNICENTRO (ISHIDA; STEFANO; ANDRADE, 2013), nas quais 43,93% dos ingressantes estavam com idades entre 21 e 30 anos, confluência apontada também nos estudos de Demarco (2013), na Escola de Administração da UFRGS, nos quais 89,6% dos discentes do PNAP se encontravam com idade até 49 anos.

Em relação à ocupação profissional, o público é constituído, em sua maioria, por agentes públicos de carreira, atendendo aos objetivos do PNAP no que concerne à formação de quadro de gestores públicos e prevalência de vinculação, convergindo para a proposta do PNAP no sentido de induzir o desenvolvimento regional com a formação de quadro de gestores públicos através da rede de polos do Sistema UAB. No que tange às categorias avaliativas do estudo, os resultados são apresentados em duas sessões: contribuições da avaliação *ex ante* (expectativas de usuários) e contribuições da avaliação *ex post* (perspectivas de egressos).

Contribuições a Partir da Avaliação *Ex Ante*

As categorias emergidas a partir dos interesses e expectativas codificados nas cartas *ex ante* sugerem a existência de quatro potenciais grupos de interessados pela qualificação: atores da Administração Pública que buscam desenvolver novas técnicas de gestão e identificam o PNAP como oportunidade de crescimento pessoal e profissional; agentes públicos que desejam o desenvolvimento na carreira; aspirantes da Gestão Pública, e atores que identificam o EAD como alternativa para conciliar trabalho e qualificação. As necessidades ou expectativas desses quatro grupos de usuários estão representadas na nuvem de palavras, formada pelas cem palavras mais frequentes em seus relatos, as quais direcionam para aspectos relacionados às contribuições esperadas dos cursos enquanto política de formação de gestores públicos, e podem ser visualizadas na Figura 1.

Figura 1: Nuvem de palavras frequentes na avaliação *ex ante*



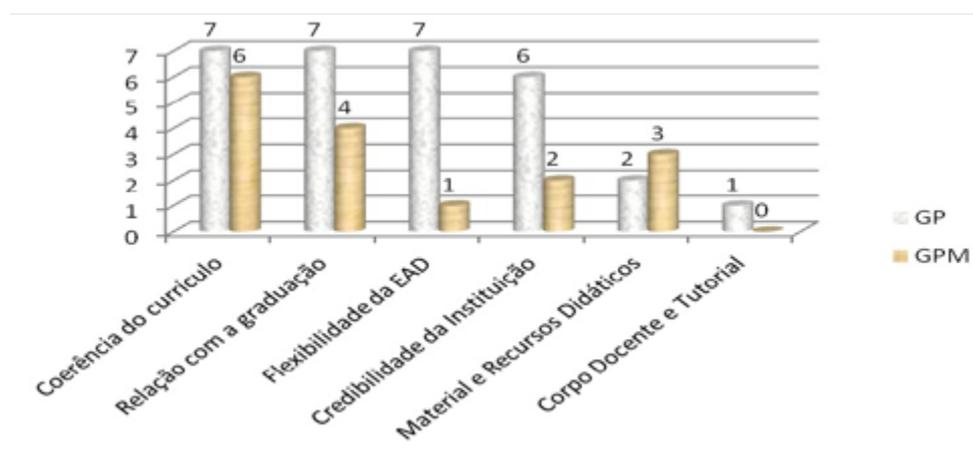
Fonte: dados da pesquisa (2016)

Essas palavras estão inseridas nos relatos, codificados em nós indicativos da avaliação *ex ante*. O agrupamento dessas unidades de registro em categorias avaliativas (ver Tabela 2) permitiu identificar interesses dos usuários por aspectos relacionados ao processo formativo e ao desenvolvimento de habilidades necessárias à condução de organizações públicas.

As trinta palavras mais frequentes, nos relatos, surgem no centro da nuvem de palavras: pública, gestão, trabalho, conhecimentos, profissional, área, administração, público, qualidade, adquirir, conhecimento, ambiente, desenvolver, serviços, sociedade, ampliar, atuar, competências, conhecer, contribuir, desempenho, desenvolvimento, distância, estudo, experiências, instituição, oportunidade, pessoas, públicos e setor. O conteúdo delas representa expectativas sobre o funcionamento do aparelho do Estado, a possibilidade de formação de redes e de desenvolvimento na carreira, assim como interesses em desenvolver habilidades de gestão.

Sobre o processo formativo, as expectativas remetem à organização dos cursos, a vantagens da EAD, à coerência entre proposta curricular e práticas profissionais, categorias encontradas em 23 fontes das 47 analisadas e apresentadas na Figura 2:

Figura 2 - Aspectos estruturais e organizacionais na avaliação *ex ante*



Fonte: dados da pesquisa (2016)

A partir da Figura 2, percebe-se que, entre os aspectos relativos à estrutura e organização do curso, a proposta curricular do PNAP emergiu como aspecto de interesse de usuários nos dois cursos avaliados.

Todo conteúdo manifestado dos documentos, na avaliação *ex ante*, foi decodificado (TRIVINOS, 1987; BARDIN, 2006; DENZIN; LINCOLN, 2006), a partir da contextualização dos relatos, constatando-se que as expectativas dos usuários estão voltadas, em sua ampla maioria, para **aspectos gerais do campo da Administração Pública**, surgindo, em segundo plano, temas voltados para os aspectos **estruturais e organizacionais dos cursos**, conforme agrupamento completo de nós, por categorias, realizado com o auxílio do *software* NVivo10, apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Agrupamento de Categorias encontradas na Avaliação *ex ante* por curso

Nós	Fontes / Referências		Cobertura por curso		Categoria	Tema central
			GPM	GP		
Relação com a graduação	8	11	27,65%	72,35%	Organização didático-pedagógica	Expectativas sobre o curso
Material e recursos didáticos	5	5	55,29%	44,71%		
Flexibilidade da EAD	6	8	16,84%	83,16%		
Coerência do currículo com as atividades profissionais	12	13	44,67%	55,33%		
Credibilidade da instituição	8	8	21,67%	78,33%	Credibilidade da instituição	
Corpo docente	1	1	0,00%	100,00%	Corpo Docente e Tutorial	
Visão Crítica	2	2	64,30%	35,70%	Contribuições da Formação para o egresso	Contribuições esperadas para a melhoria das práticas de gestão
Visão ampla e integrada da gestão pública	2	2	38,27%	61,73%		
Relacionamento com outras pessoas	4	5	0,00%	100,00%		
Planejamento e implementação de projetos e políticas	4	4	83,09%	16,91%		
Melhorar desempenho como gestor	9	9	49,60%	50,40%		
Melhorar a tomada de decisão	2	2	0,00%	100,00%		
Inovar as práticas profissionais	3	3	25,59%	74,41%		
Gerir recursos públicos	3	3	71,51%	28,49%		
Fiscalização do poder executivo municipal	2	3	100,00%	0,00%		
Desenvolvimento na carreira	5	5	48,94%	51,06%		
Crescimento pessoal e profissional	19	19	50,26%	49,74%		
Conhecer o funcionamento da máquina pública	15	17	40,07%	59,93%		
Capacidade de gerir, liderar e pensar de forma estratégica.	3	3	52,62%	47,38%		
Aprovação em concurso	4	4	0,00%	100,00%		

Fonte: elaboração própria (2016) com base no *software* Nvivo10

De acordo com a Tabela 2, relatos sobre coerência do currículo dos cursos emergiram 13 vezes (referências), em 12 fontes, sendo que 27,65% de cobertura foram relatados por usuários do curso de Gestão Pública Municipal (GPM). O restante (72,35%) surgiu nas expectativas dos usuários do curso Gestão Pública (GP). O mesmo procedimento foi utilizado para os

demais nós agrupados em categorias.

As principais expectativas encontradas na avaliação *ex ante*, resultantes dos **relatos** dos quatro grupos de interessados pelos cursos GP e GPM, constantes do agrupamento de categorias, estão representados na síntese do Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese das expectativas (relatos) encontradas na avaliação *ex ante*

Contextualização das expectativas	Fragmentos ilustrativos
Coerência do currículo	"[...] ligado a minha graduação, que possibilitará gerir melhor minha secção" (Inicial GP-33); "Que seja bastante proveitoso [...] trazendo casos práticos e muitos exemplos, visando, assim, conhecer mais sobre a gestão pública municipal" (Inicial GPM-10).
Flexibilidade da EAD	"[...] em função de ser à distância, me permitirá realizá-lo dentro do tempo que tenho disponível, sem me prejudicar nas minhas atividades de trabalho" (Inicial GP-29).
Credibilidade da instituição como fator motivador	"[...] outro motivo pauta-se na instituição de ensino que está ofertando a oportunidade de pós-graduação" (Inicial GP-35). "[...] oferecido por uma instituição séria [...] o que considero de suma importância para o auxílio à educação continuada" (Inicial GPM-21).
Sobre docentes e tutores	"[...] combinado com um corpo docente formado por doutores" (Inicial GPM-21); "Também espero uma atuação ativa dos tutores e coordenadores" (Inicial GP-41).
Ampliação de conceitos	"[...] oportunidade a cidadãos dos estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional [...] espero que o curso favoreça condições para que possamos preencher esta lacuna de caráter social [...]" (Inicial GP-43).
Desenvolvimento na carreira	"[...] futuramente ocupar cargos de gerenciamento" (Inicial GP-30).
Crescimento profissional	"[...] desenvolvimento profissional na área que atuo há mais de 10 (dez) anos, o setor público. Como meu plano de carreira prevê que, em breve, estarei assumindo um órgão público gestor [...]" (Inicial GP-26).
Melhoria das práticas profissionais/gestão	"[...] capacitar nessa área, em virtude do exercício de minha função como militar [...] visando melhorar meu desempenho como gestor [...]" (Inicial GP-29).
Desenvolvimento de competências gerenciais	"enriquecer minha visão na área de controle e avaliação" (Inicial GPM-19).
Formação de redes Desejo de aprovação em concurso	" [...] importante para o meu crescimento intelectual e profissional, contribuindo [...] para o melhor desempenho no ambiente de trabalho" (Inicial GPM-8). " [...] capacitação para concursos [...] e fazer contatos [...] novos trabalhos" (Inicial GP-42).

Quadro 3 - Agrupamento de Categorias encontradas na avaliação *ex post* por curso

Nós	Fontes / Referências		Cobertura de percentual		Categoria	Tema central
			GPM	GP		
Credibilidade da instituição	7	10	97,14%	45,71%	Avaliação da instituição	Percepção sobre aspectos estruturais e organizacionais do curso
Elogios e agradecimentos	27	45	161,39%	131,21%		
Melhorias propostas para o curso	20	42	130,13%	159,87%		
Percepções sobre EAD	15	27	77,82%	115,51%		
Avaliação da coordenação do curso	6	7	36,92%	104,74%	Avaliação do corpo docente e tutorial	
Avaliação do corpo docente	15	21	100,18%	93,15%	Subsistemas de EAD	
Avaliação da Plataforma de Aprendizagem	11	16	38,81%	61,19%		
Avaliando o material didático	6	7	53,88%	46,12%		
Sistema de tutoria	12	13	132,11%	105,39%		
Atividades propostas	6	8	55,83%	85,84%	Organização Didático-Pedagógica	
Avaliando o processo de orientação (TCC)	12	23	104,08%	41,76%		
Encontros Presenciais	3	3	100,00%	0,00%		
Estrutura Curricular	14	15	58,58%	41,42%		
Organização do curso	8	10	67,82%	75,93%		
Agregação de valor	2	3	0,00%	125,00%	Contribuições da formação para as práticas de gestão do egresso	
Ampliar conceitos da Administração	13	15	79,45%	66,70%		
Aprovação em concurso	2	2	0,00%	125,00%		
Capacitação profissional	13	14	83,18%	62,98%		
Conhecer a estrutura do município	6	6	100,00%	0,00%		
Crescimento profissional e acadêmico	22	27	87,70%	107,76%		
Desenvolver consultorias	2	2	100,00%	0,00%		
Desenvolvimento de projetos e implementação de políticas	2	2	100,00%	0,00%		
Elaboração de plano gestor	1	1	100,00%	0,00%		
Funcionamento da administração pública	7	7	100,00%	42,86%		
Gestão do tempo	3	3	43,24%	90,09%		
Melhoria da gestão	16	18	149,08%	138,42%		
Publicações na área	1	1	100,00%	0,00%		
Relacionamento com outras pessoas	2	2	70,97%	29,03%		
Tomada de decisão	2	2	76,03%	23,97%		
Visão crítica	5	5	38,74%	61,26%		
Visão na área de controle e avaliação	1	1	100,00%	0,00%		
Visão política	2	2	47,97%	52,03%		

Fonte: Elaboração própria (2016) com base no *software* NVivo10.

Para subsidiar a visualização, destacam-se as trinta palavras mais frequentes nos relatos de avaliação final: profissional, conhecimento, conhecimentos, gestor, trabalho, formação, administração, atividades, desenvolvimento, sociedade, visão, importância, olhar, pessoal, processos, ações, conceitos, entender, necessário, profissionais, realidade, recursos, serviço, setor, contribuições, contribuiu, ferramentas, municípios, município e objetivos. O agrupamento completo de nós referentes aos fragmentos extraídos das cartas finais e codificados, por curso, pode ser verificado na Tabela 3, com fragmentos ilustrativos dos relatos exemplificados no Quadro 3.

Entre os nós de maior cobertura percentual, destacam-se as potencialidades do curso, codificadas como elogios e agradecimentos, e as sugestões de melhorias para futuras turmas. Nesse aspecto, enfatizam a credibilidade da instituição e a sensação de orgulho em tê-la como certificadora da qualificação, afirmando um egresso que todas as “expectativas do curso foram atendidas” e que isso “representa uma grande realização pessoal” (Final GP-84), estando feliz em ter feito parte dele. Satisfação de discentes em relação aos cursos do PNAP contemplam achados nos estudos de Ishida, Stefano e Andrade (2013), Grohmann, Riss e Battistella (2014); Demarco (2013; 2014), Ferrugini e Castro (2015), permitindo inferir, a partir desses resultados, que existe uma positiva avaliação dos cursos de especialização do Programa.

O conteúdo desses relatos remete à democratização do acesso ao ensino superior possibilitada pela modalidade de oferta do curso, através das redes de parcerias (VERHINE, 2015), permitindo inferir que os egressos estão motivados para continuar ampliando conhecimentos por meio da EAD. Conclui-se, também, que os participantes percebem a importância da permanência da oferta para o desenvolvimento da região.

Em meio aos relatos de avaliação da instituição e da formação em gestão, emergiram sugestões de melhorias para futuras turmas (nós encontrados em 20 fontes e 42 unidades de registro (19 GPM; 23 GP)), apontando a necessidade de ampliação dos sistemas de comunicação entre os participantes, aumentando a interação entre professores, coordenação do curso e discentes, bem como encontros presenciais durante a elaboração do TCC. As melhorias sugeridas remetem à compatibilização das TICs ao currículo (KUO *et al.*, 2013; KISHI; PASSOS, 2015; BELLONI, 2010; MILL; PIMENTEL, 2010).

Entre os aspectos dos subsistemas utilizados pelos diversos atores dos cursos do PNAP, foram encontrados indicadores de avaliação do material didático utilizado e acompanhamento pelos tutores, destacando, nessa estrutura de rede, a importância do sistema de tutoria, apontada em 12 fontes e 13 referências (07 GPM; 06 GP), conforme avalia o relato presente na carta final GPM-53: “[...] a figura do tutor funcionou bem, como uma espécie de agenda, que nos lembrava dos prazos das atividades e, na medida do possível, nos auxiliava na elaboração delas. É uma ferramenta que precisa ser mantida no curso, pois é bastante diligente e útil aos alunos”.

A partir da percepção dos egressos, os resultados apontam a importância do papel de mediador e incentivador do tutor. No entanto, em relação aos fóruns de discussão, há relatos de que esse papel “não foi suficientemente explorado” (Final GP-88). Essa constatação

aparece relacionada à interação com os professores, sugerindo a necessidade de discussão e ponderações desses mediadores sobre as diversas postagens dos discentes de forma a incentivá-los a buscar o conhecimento, provocando reflexões e organizando a troca de ideias (SILVA; COELHO; VALENTE, 2009).

A categoria material didático indica “linguagem acessível” (Final GPM-51; Final GP-85), porém, com excesso de apostilas, simplificadas por diversos meios (*slides*, vídeos, resumos), sugerindo a importância da interação aluno-conteúdo, apontada como relevante para a aprendizagem em cursos EAD (KUO; WALKER; SCHRODER; BELLAND, 2013; ANDERSON, 2003) e para a complementação desses textos com outros recursos, a exemplo de mensagem de voz, vídeos etc. (ARBAUGH, 2005; 2006).

A atuação do Corpo Docente e Tutorial foi outro aspecto que emergiu da análise das cartas finais, incluindo indicadores de avaliação do desempenho do professor formador em 21 referências (11 GP; 10 GPM) e da coordenação do curso em sete referências codificadas (5 GP; 2 GPM). A organização didático-pedagógica apareceu como aspecto de interesse na avaliação de egressos. Registra-se que, entre os nós apontados na lista de verificação dessa categoria (SCRIVEN, 1967), o processo de orientação do trabalho de conclusão de curso (TCC) foi codificado com 23 referências em 12 fontes (104,08 GP; 41,76 GPM).

Inferi-se, a partir dos relatos, que os participantes, em algum momento, sentiram dificuldades em “aprender sozinho” (Final GPM-61; Final GP-94). Esse resultado já foi apontado em pesquisas anteriores com alunos de curso a distância (FERRUGINI; CASTRO, 2015), convergindo para a necessidade de aumento da variedade dos meios de comunicação como prática educativa (ARBAUGH; HORNIK, 2006) e para a disponibilização de recursos de interação entre aluno-professor (KUO *et al.* 2013).

De um modo geral, os egressos avaliam satisfatoriamente a contribuição da formação ao afirmarem que as ferramentas apresentadas durante o curso “são úteis para qualquer gestor, seja ele atuante no setor público ou privado” (Final GP-82). Os resultados sugerem a existência de um alinhamento entre objetivos do curso e objetivos pessoais.

[...] as coisas que aprendi aumentaram e muito a minha visão em relação ao modo que realizava a minha gestão no meu trabalho, na minha casa e até a maneira que eu fazia a gestão do meu próprio tempo, então o curso agregou novos conhecimentos tanto para minha vida pessoal como para profissional (Final GP-80).

A ampliação de conceitos acerca da Administração Pública contribuiu para a mudança de atitudes, relatou um egresso em sua avaliação, acrescentando a importância de qualificar profissionais para atuação na gestão dos municípios. Outro destaca o impacto “seja na construção do pensamento crítico, seja no desenvolvimento da compreensão de conceitos nas áreas estudadas” (Final GP-85), relato que sugere a contribuição para a melhoria das ações enquanto servidor público.

Pensava que, como servidor público municipal há mais de dez anos...que detinha o conhecimento dos processos e das atividades públicas. Pra mim, foi uma surpresa

quando comecei a questionar e a ver que tudo aquilo que sabia era uma pequena parte de um universo pronto a ser desvendado (Final GPM-67).

Destaca-se, na fala do egresso, a relevância do PNAP para a renovação das práticas nas organizações, conseqüentemente, contribuindo para a qualidade dos serviços ofertados aos cidadãos. O Quadro 3 apresenta as principais categorias encontradas na avaliação *ex post*, com fragmentos dos trechos codificados nas fontes documentais analisadas.

Quadro 3 - Síntese das categorias encontradas na avaliação *ex post*

Categoria / Contextualização		Fragmentos ilustrativos dos relatos
Organização didático-pedagógica	Coerência do currículo	"[...] muitas das teorias e conceitos apresentados nas diversas disciplinas estão realmente relacionadas com a minha atividade" (Final GP-74).
	Autonomia nos estudos	"A modalidade EAD permite uma flexibilidade de horários, de acordo com o ritmo e a vida de cada aluno" (Final GP-88);
	Organização do curso.	"No início, estranhei um pouco a metodologia, as atividades e os prazos sempre muito curtos, porém, com o tempo, fui me adaptando e me interessando pelo curso" (Final GPM-51).
	Encontros presenciais	"É muito importante, mesmo que sendo um curso online, encontros presenciais, seja para alguma aula específica ou prova no polo de origem" (Final GPM-61).
	Orientação TCC	"[...]TCC, entendo que houve uma cobrança forte para elaboração de trabalhos bem feitos, mas sem a orientação adequada, muito por conta da distância, que acaba por dificultar o trabalho dos orientadores" (Final GPM-53); "Senti falta da presença do orientador" (Final GP-94).
	Estrutura curricular	"As disciplinas oferecidas foram excelentes para apresentar o universo da gestão pública" (Final GPM-51).
Avaliação da instituição	Satisfação	"O Curso foi muito importante para o meu desenvolvimento profissional" (Final GP-81); "Este curso representa uma grande realização pessoal e profissional e estou muito feliz em poder fazer parte dele" (Final GPM-59).
	Pontos fortes	"[...] uma equipe de pessoas sérias e comprometidas com suas tarefas, o que foi de grande importância em todo o processo de construção do conhecimento, no feedback de cada atividade, nas orientações e na motivação" (Final GPM-48); "Espero que as próximas turmas também tenham a mesma experiência positiva" (Final GP-89).
	Sugestões de melhorias para novas turmas	"Os módulos foram satisfatórios, dentro do esperado, e precisam, com o tempo, aperfeiçoar com mais videoaulas, material disponibilizado pelos professores" (Final GPM-61); "Aumento do número de encontros presenciais" (Final GPM - 49); "A presença dos professores com mais frequência no sistema é essencial para o aproveitamento e crescimento do aluno" (Final GPM-61).

Categoria / Contextualização		Fragmentos ilustrativos dos relatos
Avaliação do corpo docente e tutorial	Coordenação do curso	<p>“Percebi, no decorrer do curso, o empenho dos tutores e da coordenação no sentido de estimular a prática das atividades e incentivar aqueles alunos que se encontravam desestimulados ou desacreditados” (Final GPM-55);</p> <p>“[...] fui surpreendida com a atenção, dedicação e preocupação de alguns professores na orientação para a realização dos trabalhos [...] bagagem bastante rica para nosso aprendizado” (Final GPM-54); “É necessário que os professores tenham uma atuação mais presente nos fóruns de discussão” (Final GP-88).</p> <p>“Um dos grandes problemas é a falta de preparo de alguns monitores, principalmente os presenciais” (Final GPM-52).</p>
	Professores e tutores	
Avaliação dos subsistemas de EAD	Ambiente virtual	<p>“[...] Moodle (ambiente virtual) é muito fácil de usar, as ferramentas são bem acessíveis e o tema cordel torna o espaço mais bonito e original” (Final GPM - 55); “[...] ambiente muito bem organizado” (Final GP-72); “[...] recomendo mais visibilidade à área de coordenação” (Final GP-89).</p>
	Recursos e materiais didáticos	<p>“De maneira geral, a metodologia, o material, o sistema Moodle, os professores tiveram uma boa atuação” (Final GP-88); “[...] material didático, na maioria das vezes, teve uma linguagem acessível” (Final GPM-51).</p>
	Importância do sistema de tutoria	<p>“O papel do tutor foi imprescindível para construção desse aprendizado, pois ele estava sempre disposto a ajudar” (Final GPM-51).</p>
Contribuições da formação	Percepção sobre impactos do PNAP e dos cursos	<p>“[...] adquirimos capacidade de entender a estrutura administrativa do município” (Final GPM-48); “O aprendizado foi importante e os resultados, indubitavelmente serão aplicados no dia a dia da gestão municipal de Juazeiro-BA” (Final GPM-62).</p> <p>“[...] os estudos em Gestão Pública aumentaram mais ainda o meu campo de visão” (Final GP-73); “[...] consegui implementar vários conceitos, técnicas e ferramentas, em prol do redesenho de minha Corporação” (Final GP-93).</p> <p>“[...] redirecionar melhor os recursos que disponho no meu setor, como estudado na matéria de logística” (Final GP-80); “[...] no exercício do meu novo cargo, utilizo com frequência os conhecimentos adquiridos nas disciplinas, especialmente, as de Indicadores Socioeconômicos na Gestão e Plano Plurianual e Orçamento Público” (Final GP-77).</p> <p>“[...] grande importância para minha carreira profissional” (Final GP-85).</p> <p>“[...] fui acordada de assuntos que eu era totalmente leiga [...] foram inúmeras contribuições que este curso me propôs” (Final GP-88); “A troca de experiências pessoais entre alguns participantes e as informações através dos trabalhos apresentados foram enriquecedoras” (Final GPM-68).</p>

Comparando as sínteses apresentadas sobre os indicadores encontrados nas expectativas de usuários do Programa PNAP, anteriormente ao ingresso nos cursos, com as da avaliação com função somativa e, ao mesmo tempo, contribuindo para o processo formativo (SCRIVEN, 1967), conclui-se pela coerência entre as expectativas de usuários (avaliação *ex ante*) e as perspectivas de egressos, ou seja, é possível inferir que as contribuições esperadas foram contempladas com a realização do curso. A síntese comparativa das etapas avaliativas pode ser verificada no Quadro 4.

Quadro 4 - Comparativo entre expectativas e perspectivas

Dimensão / Categoria	Antes do curso/aspectos identificados	Aspectos avaliados (<i>Ex post</i>)
Organização didático-pedagógica	Flexibilidade da EAD	Flexibilidade da EAD
	Relação com a graduação	Aplicabilidade dos conteúdos
	Coerência do currículo	
	-	Atividades propostas
	-	Processo de orientação (TCC)
	-	Encontros Presenciais
	-	Organização do curso
Avaliação da instituição	Credibilidade da instituição	Credibilidade da instituição
	-	Elogios e agradecimentos (potencialidades)
	-	Sugestões de melhorias para novas turmas
Avaliação do corpo docente e tutorial	Qualificação do corpo docente	Atuação do corpo docente
	-	Atuação dos tutores
	-	Coordenação do curso
Avaliação dos subsistemas de EAD	-	Plataforma de aprendizagem
	-	Material didático
	-	Importância do sistema de tutoria

Contribuições da formação em gestão.	Ampliação de conceitos da Administração Pública; Fiscalização e Controle Capacitação profissional Crescimento profissional e acadêmico Desenvolvimento na carreira Formação de redes Ingresso em cargo público Melhoria das práticas profissionais	Visão crítica
		Visão política
		Funcionamento da Administração Pública
		Ampliação de conceitos da Administração
		Visão na área de controle e avaliação
		Melhoria da tomada de decisão
		Capacitação profissional e inovação das práticas
		Crescimento pessoal, profissional e acadêmico
		Desenvolvimento na carreira
		Desenvolvimento de projetos e implementação de políticas
		Conhecimento da estrutura do município
		Elaboração de plano gestor de desenvolvimento
		Agregação de valor
		Relacionamento com outras pessoas
		Gestão do tempo
		Publicações na área
		Consultorias para gestores públicos
		Melhoria do desempenho como gestor
Aprovação em concurso		

Fonte: dados da pesquisa (2016)

A partir da análise do Quadro 4, percebe-se que houve, durante a avaliação *ex post* (terceira coluna), interesse de egressos pela avaliação de vários aspectos organizacionais do curso, os quais foram sinalizados na avaliação *ex ante* (segunda coluna), porém, ampliados na avaliação de egressos.

A abordagem avaliativa utilizada, no estudo, possibilitou a identificação das contribuições esperadas da **qualificação para as práticas de gestão**, itens priorizados na lista de verificação da avaliação inicial, bem como permitiu identificar o interesse, na avaliação de egressos, pelo julgamento de valor e de mérito de **aspectos pedagógicos e operacionais dos cursos**. Percebe-se, a partir dos relatos das etapas *ex ante* e *ex post*, que, em geral, os egressos avaliam satisfatoriamente o curso realizado. Não obstante, as sugestões de melhorias para as próximas

turmas apontam para o aumento da frequência de recursos de interação, a exemplo de *chats*, videoconferência e encontros presenciais, sugerindo, ainda, estimular a interação virtual professor-aluno, aluno-aluno e demais atores na condução dos fóruns de discussão.

A oferta da qualificação através do sistema UAB foi apontada pelos egressos como alternativa para viabilizar o estudo nas duas etapas avaliativas, destacando a flexibilidade da modalidade para a realização das atividades propostas, a autonomia na superação de obstáculos tecnológicos e a possibilidade de interação como pontos positivos (KISHI; PASSOS, 2015; KUO *et al.*, 2013), enfatizando, portanto, na última etapa, a importância do material didático dialógico e da colaboração entre grupos para os estudos por meio de ambiente virtual de aprendizagem (KISHI; PASSOS, 2015; ARBAUGH; HORNICK, 2006).

Ressalta-se que, em todas as etapas, não houve elaboração de perguntas por parte de administrador e/ou avaliador, valorizando, na abordagem, os aspectos relevantes para o grupo de interesse (GUBA; LINCOLN, 2011; SCRIVEN, 1967; 1967; WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotou-se, neste estudo, a concepção de avaliação centrada no usuário, respaldada na literatura sobre Avaliação de Programas Educacionais, utilizando, para tanto, a estratégia da Análise de Conteúdo a fim de descrever a avaliação que os egressos dos cursos de Gestão Pública e Gestão Pública Municipal do PNAP fazem da formação recebida, a partir de suas cartas de expectativas, escritas *ex ante*, e das cartas de avaliação, escritas *ex post*. Para tanto, buscou-se a identificação de contribuições da formação recebida para a melhoria das práticas desses egressos, tendo em vista que o PNAP é destinado aos profissionais atuantes no serviço público.

Os indicadores de avaliação obtidos, antes e depois da formação, foram agrupados em categorias avaliativas integrantes das dimensões “avaliação institucional” e “avaliação de cursos”, ambas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e foram obtidas a partir da percepção de egressos em suas cartas avaliativas.

Os resultados da análise indicam a relevância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública para os participantes, bem como possibilitaram algumas análises comparativas em relação aos cursos avaliados, trazendo a visão dos usuários antes e depois da formação, contribuindo para enriquecer a temática sobre avaliação de egressos e sobre práticas avaliativas de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Em relação às duas etapas avaliativas, evidencia-se a priorização, por parte dos usuários, de aspectos relacionados aos impactos do PNAP para melhoria das práticas profissionais, na avaliação com papel formativo, surgindo, em segundo plano, aspectos estruturais e organizacionais do curso nas expectativas iniciais dos usuários. Na avaliação *ex post*, dados revelam, a partir da percepção dos egressos, que os resultados inicialmente esperados do

programa foram experimentados, sugerindo a importância da permanência da oferta dos cursos de especialização do PNAP para o desenvolvimento da região. As categorias encontradas apontam, ainda, interesse dos usuários pela avaliação da estrutura curricular, do material didático, do corpo docente e tutorial, da rede organizativa da EAD, aspectos significativos do processo formativo no contexto dos indicadores da avaliação de programas educacionais e de cursos. Sendo assim, os resultados do processo avaliativo contribuem para o aperfeiçoamento dos cursos avaliados e para a melhoria das práticas avaliativas na instituição pesquisada.

Em que pesem as limitações do método, o estudo contribui para o debate sobre práticas avaliativas em EAD, tendo como base a percepção de usuários, bem como traz subsídios para a reflexão sobre a importância dos aspectos interpessoais e comportamentais da relação de cursos de qualificação em rede para gestores, incluindo a ampliação de recursos de interação entre aluno-conteúdo e entre aluno-aluno. Nesse aspecto, percebe-se a necessidade de ampliar a pesquisa para outras instituições ofertantes, incluindo todos os cursos do Programa, inclusive de graduação, suportando a utilização de outras abordagens avaliativas para identificar os impactos do programa. Recomenda-se, também, a inclusão de outros atores no processo avaliativo.

Como desdobramento do estudo, sugere-se a elaboração de instrumento a partir das categorias que emergiram durante a pesquisa, objetivando a sua aplicação em novas amostras com realização de análise fatorial e modelagem de equações estruturais. Por último, registra-se que o estudo foi apreciado pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisa, registrado na Plataforma Brasil, obtendo aprovação conforme Parecer consubstanciado de número 1.243.711.

NOTA

1 Submetido à RIGS em out. 2017. Aceito para publicação em dez. 2017.

REFERÊNCIAS

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os Métodos Qualitativos**. Tradução de Luis Alberto S. Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 147 p.

ALMEIDA, M. E. B. Currículo, avaliação e acompanhamento na educação a distância. In: MILL, D.; PIMENTEL, N. **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, cap. 6, p.89-104.

ANDERSON, Terry. Modes of interaction in distance education: Recent developments and research questions. In: MOORE, G. M; ANDERSON, G.W. **Handbook of Distance Education**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2003, p. 129-144. Acesso em: jan.2016. Disponível em: <http://lrc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Handbook_Of_Distance_Education.pdf>.

ARBAUGH, J. B.; HORNIK, Steven. Do Chickering and Gamson's seven principles also apply to online MBAs. **The Journal of Educators Online**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em: < <http://www.thejeo.com/Archives/Volume3Number2/ArbaughFinal.pdf>>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação e Educação a Distância na formação de professores. In: MILL, D.; PIMENTEL N. (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, cap.16, p.245-265.

BRANDALISE, M. A. Avaliação dos Cursos de Graduação na Perspectiva dos Egressos: Um Indicador de Avaliação Institucional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPEDSUL, 9, 2012, Caxias do Sul, ANPED, 2012.

BRASIL. Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o sistema Universidade aberta do Brasil – UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

CAPES. Edital PNAP 01/2009. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. Edital PNAP 19/2012. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

CARNEIRO, A. M. Do acesso ao sucesso (e depois). **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 165, fev. 2015. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=110&id=1320>. Acesso em: 11 fev. 2015.

DEMARCO, D. J. Um Balanço do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) como estratégia de fortalecimento da gestão pública: o caso da Escola de Administração da UFRGS. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA – CONSA. 4. 2013. **Anais...** Brasília: UnB, 2013. p. 2-13.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, reimpressão 2010.

DIBIASE, D. The impact of increasing enrollment on faculty workload and student satisfaction over time. **Journal of Asynchronous Learning Networks**, v. 8, n. 2, p. 45-60, abr. 2004. Acesso em: maio 2016.

EASTON, S. S. Clarifying the instructor's role in online distance learning. **Communication**

Education, v. 52, n. 2, p. 87-105, abr. 2003. DOI: 10.1080/0363452032000085072. Disponível em: <http://www.water-msc.org/en/Knowledge_base/role_of_instructor2.pdf>. Acesso em: maio 2016.

FERRUGINI, L.; CASTRO, C. C. Repercussões socioeconômicas do curso piloto de Administração da UAB na visão de egressos e coordenadores. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 993-1008, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2015nahead/1517-9702-ep-s1517-9702201506132787.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

GALDINO, M. N. D.; ANDRADE, K. L. I.; POMBO, V. O. Avaliação do Nível de Satisfação dos Graduandos, que cursaram disciplinas em Rede na UNIGRANRIO, com a Dimensão Material Didático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA - ESUD, 10, 2013, Belém. Disponível em: <http://unigranrio.com.br/_docs/cpa/esud-2013-avaliacao-do-nivel-de-satisfacao.pdf>. Acesso em 04. jan.2016.

GROHMANN, M. Z.; RISS, L. A.; BATTISTELLA, L. F. Avaliação dos cursos do Programa Nacional de Formação de Administração Pública (PNAP): a visão dos discentes de uma instituição federal de ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 175-197, maio 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p175>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Tradução Beth Honorato.

HILTZ, S. R.; WELLMAN, B. Asynchronous learning networks as a virtual classroom. **Communications of the ACM**, v. 40, n. 9, p. 44-49, set. 1997. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?doid=260750.260764>>. Acesso em: maio 2016.

ISHIDA, J. S.; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M. Avaliação da Satisfação no Ensino de Pós a Distância: A Visão dos Tutores e Alunos do PNAP/UAB. **Avaliação**, Campinas-SP, v. 18, n. 3, p. 749-772, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000300012>. Acesso em: 26 jan. 2016.

KISHI, K.; PASSOS, J. Especificidades da avaliação no ensino a distância. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 165, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=110&id=1324>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

KUO, Yu-Chun *et al.* A predictive study of student satisfaction in online education programs. **The International Review of Research in Open and Distributed Learning**, v. 14, n. 1, p. 16-39, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.19173/irrodl.v14i1.1338>.

MEC. **Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Disponível em: <<http://>

www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MILL, Daniel; PIMENTEL, N. **Educação a distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

PAIXÃO, R. B. **Avaliação de Impacto de Mestrados Profissionais**: contribuições a partir da multidimensionalidade e da negociação. 2012. 323 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RISTOFF, D. I. Algumas definições de avaliação. In: SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. I. **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003. p. 21-33.

RODRIGUES, L. C. **Perspectivas da avaliação de cursos a partir de seus egressos**: análise das especializações do PNAP/UNIVASF. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, L. C.; DUARTE, F. R.; PAIXÃO, R. B. Expectativas e Perspectivas de Egressos dos Cursos de Gestão Pública e Gestão Pública Municipal: uma Análise Comparativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 40, Costa do Sauípe-BA, 2016. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2016.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: TYLER, R.; GAGNE, R.; SCRIVEN, M. **Perspectives on curriculum evaluation**. Chicago: Rand McNally, 1967. p. 38- 83.

SILVA, A. C. *et al.* Avaliação do Grau de Satisfação dos Professores de Matemática do Estado do Rio de Janeiro com o Curso de Formação Continuada Oferecido pela Fundação CECIERJ1: um estudo piloto. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 126-157, jan./abr. 2013.

SILVA, T. T.; COELHO, S. Z.; VALENTE, J. O papel da reflexão e dos mediadores na capacitação de aprendizes-colaboradores: um dos suportes andragógicos das comunidades virtuais de aprendizagem. In: VALENTE, J. A.; BUSTAMANTE, S. B. V. **Educação a Distância**: prática e formação do profissional reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009.

SOUZA, S. A.; REINERT, J. N. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente. **Avaliação**, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 159-176, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 maio 2016.

SWAN, K. Building learning communities in online courses: The importance of interaction. **Education, Communication and Information**, v. 2, p. 23-49, 2002. DOI: 10.1080/146363102200000501.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERHINE, Robert E. Avaliação. **Com Ciência**: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 165, 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&tipo=entrevista&edicao=110>>. Acesso em: 11 fev. 2016. Entrevistado por Carolina Medeiros.

_____; MONTEIRO DE FREITAS, A. A. da S. A Avaliação da Educação Superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas, nov.2012. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/avaliacao-da-educacao-superior-modalidades-e-tendencias-no-cenario-internacional>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas**: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

**Luzia Coelho
Rodrigues**

Mestre em Administração (UFBA), especialista em Capacitação Pedagógica de Professores (UFRPE) e graduada em Letras (UPE). É servidora da Universidade Federal do Vale do São Francisco, atuando como membro da Comissão de Ética, da equipe multidisciplinar da EAD e como professora do Bacharelado em Administração Pública a distância. Tem interesses por temas ligados a: Avaliação e Educação; Gestão Pública; Educação a Distância.

**Roberto
Brazileiro
Paixão**

Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA), atuando na graduação e na pós-graduação stricto sensu. Possui Doutorado (UFBA) e Mestrado (Unifacs) em Administração, Especialização em Finanças (EPGE/FGV) e Graduação em Administração. Temas de interesse: Avaliação, Gestão de IES, Mestrados Profissionais e Ensino e Pesquisa em Administração.

**Francisco
Ricardo Duarte**

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL e em Filosofia, pela Faculdade Católica de Anápolis. Especialista em Administração, Orientação e Supervisão Escolar e também especialista no Ensino de Filosofia. Mestre em Administração (Gestão de Negócios) pela Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Difusão do Conhecimento - pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professor Adjunto III da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Tem experiência na área de Administração e Educação, com ênfase em Administração de Empresas, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gestão da tecnologia e da inovação, educação, responsabilidade social, filosofia e ética profissional, tecnologia de informação, educação a distância, território e gestão do conhecimento e gestão pública. Desde 2012, vem atuando como Secretário de Educação a Distância da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), onde tem implementado inúmeros cursos de graduação e pós-graduação.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado ¹

Marcello Beckert Zapelini, Jéssica Gomes Lima e Mariana Correia Guedes

Resumo

Este artigo consiste num estudo de caso único que usa método misto de *design* convergente para estudar a evolução histórica da política habitacional brasileira entre 1967 e 2014 por meio da teoria do equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (2009). Para tanto, são estudadas as variáveis orçamento, produção de leis pelo Poder Legislativo e atenção dedicada ao assunto pelos meios de comunicação de massa. Apesar de suas limitações, constatou-se que existem períodos em que o equilíbrio da política é interrompido por pontuações relevantes, embora não se possa afirmar que as mudanças na política são produzidas pelas alterações na atenção dispensada pelo tema pela mídia, nem tampouco pela produção legislativa; percebe-se também significativas mudanças institucionais, como as modificações nas *policy venues*. Além disso, verificou-se que o orçamento federal para a área, durante o período estudado, não possui uma trajetória incremental, percebendo-se significativo declínio do final da década de 80 em diante, mesmo com a instituição do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Palavras-chave

Política habitacional. Equilíbrio Pontuado. Orçamento. Projetos de Lei. Meios de Comunicação de Massa.

Abstract

This article consists of a single case study, which uses a mixed method of convergent design to study the historical evolution of Brazilian housing policy between 1967 and 2014 through Baumgartner and Jones' (2009) punctuated equilibrium theory. To do so, the variables budget, production of laws by the Legislative Branch and attention dedicated to the subject by the mass media are studied. Despite its limitations, it has been found that there are periods when policy balance is interrupted by relevant punctuations, although it cannot be said that policy changes are produced by changes in media attention or by legislative output; there are also significant institutional changes, such as in policy venues. In addition, it was verified that the federal

budget for the area, during the studied period, does not have an incremental trajectory, showing a significant decline from the end of the 1980's onwards, even with the institution of the *Minha Casa, Minha Vida* Program.

Keywords Housing Policy. Punctuated Equilibrium. Budget. Law Projects. Mass Media.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a lógica da evolução da política habitacional no Brasil a partir da teoria do equilíbrio pontuado (BAUMGARTNER; JONES, 2009), tendo sido escolhido o período entre 1967 e 2014 para tal análise. Sua hipótese norteadora é a de que a evolução da política segue uma lógica que pode ser compreendida a partir de tal teoria, com eventos que representam pontos de mudança na trajetória da política habitacional, mudanças de fóruns de política etc. Assim, procura-se observar se variáveis como a atenção dos meios de comunicação de massa, a dotação orçamentária e a produção legislativa no Congresso se relacionam com a evolução histórica da política habitacional.

A teoria do equilíbrio pontuado (ou “equilíbrio interrompido”, conforme Nascimento Neto *et al.*, 2015) busca explicar por que as políticas públicas, embora normalmente caracterizadas pela estabilidade e o incrementalismo, ocasionalmente enfrentam mudanças de larga escala, um fenômeno que, para seus proponentes, não foi adequadamente explicado por modelos de política anteriores, as quais se concentram ou na estabilidade ou na mudança (BAUMGARTNER; JONES; MORTENSEN, 2014).

O artigo apresenta outras cinco seções:

- A segunda seção consiste na revisão da literatura;
- Na terceira seção, traça-se um histórico da política habitacional brasileira no período analisado;
- A quarta seção sumariza os procedimentos metodológicos adotados e as limitações do artigo;
- Na quinta seção, tem-se a análise dos dados propriamente dita, buscando o diálogo com a teoria do equilíbrio pontuado;
- A sexta seção apresenta as considerações finais, nas quais são revisadas as principais conclusões e descobertas do estudo.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO

Esta seção é dedicada ao referencial teórico que norteou as análises realizadas. Em primeiro lugar, adota-se um conceito de políticas públicas e, em seguida, apresenta-se a teoria do equilíbrio pontuado de maneira sintética.

Existem muitas definições de políticas públicas, e não é intenção deste artigo revisá-las, observando que se pode obter uma interessante lista de conceitos em Procopiuk (2013). Para as finalidades do artigo, pode-se utilizar a definição de Secchi (2013), para quem a política pública é considerada como uma diretriz elaborada para tratar de um problema público, isto é, de um problema que seja reconhecido como relevante para uma coletividade. As políticas públicas são multicêntricas (ou seja, envolvem outros atores que não somente os governamentais), referem-se à ação (e não à omissão ou negligência) e podem ser visualizadas e trabalhadas em níveis estruturantes (estratégicos), intermediários ou operacionais (SECCHI, 2013). Assim, esse conceito destaca que as políticas públicas podem envolver diversos atores, abrindo espaço para diferentes formas de ação, ou seja, podem ter suas trajetórias modificadas pelas intervenções desses atores.

Isto posto, cumpre analisar como a evolução das políticas habitacionais se dá no período analisado e, para tanto, se adota a teoria do equilíbrio pontuado. Esta teoria foi apresentada pela primeira vez no início dos anos 90 no livro *Agendas and Instability in American Politics* (2ª edição, 2009) por Frank R. Baumgartner e Bryan D. Jones como uma forma de explicar a trajetória das políticas públicas, a qual alterna momentos de estabilidade e mudança incremental com períodos de alterações significativas. Essa característica demanda um estudo dos múltiplos fóruns (*venues*) em que ocorrem atividades de política (BAUMGARTNER; JONES, 2009). Mortensen (2007) afirma que a *policymaking* se caracteriza pela existência, em uma sociedade democrática, de múltiplos fóruns que evitariam a sobrecarga e a ruptura dos processos políticos, mas, por outro lado, limitam a participação. Esses fóruns de política (*policy venues*) são simplesmente os locais em que decisões de política pública são tomadas (WALGRAVE; VARONE, 2008), podendo ser monopolistas ou compartilhados de acordo com a quantidade de conjuntos de instituições encarregadas (BAUMGARTNER; JONES, 2009). A noção de equilíbrio pontuado envolve uma concepção da dinâmica das políticas públicas baseada em um contínuo de mudanças normais, rotineiras, marginais e não inovadoras, entremeado por períodos de mudanças radicais que rompem profundamente com as formas pelas quais as políticas vinham sendo implementadas (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Para Repetto (2006), a teoria busca explicar simultaneamente os períodos de estabilidade e de mudança, e deve esclarecer por que, em algumas arenas de política, existem apenas mudanças incrementais modestas, enquanto que em outras há mudanças súbitas. A teoria reconhece o processo de política como um sistema dinâmico complexo em que, sob certas condições, pequenas perturbações têm grandes consequências, levando o sistema a seguir um caminho totalmente diferente; diante disso, Repetto (2006) afirma que um sistema de política dinâmico complexo pode ser altamente sensível a pequenas mudanças, mesmo quando historicamente resistente à mudança. Já Birkland (2005) destaca a formação de

monopólios de política que tendem a permanecer estáveis e fechados por longos períodos de tempo; dentre outros fatores, o aumento da atenção dos meios de comunicação (que desperta a atenção do público para as políticas e atrai os grupos de interesse) e a mobilização de comitês e subcomitês no Congresso Nacional buscam romper tais monopólios e produzem mudanças na política pública.

Cairney (2012) afirma que o equilíbrio nas políticas públicas é o resultado do predomínio, dentro do governo, de uma imagem de política e de reforços do *status quo* e da ação de forças políticas que se cancelam; a pontuação ou interrupção do equilíbrio é associada a mudanças de política em que imagens de política competem para mobilizar atores que, até então, não se envolviam e a desequilíbrios entre forças políticas em competição. As imagens de política permitem compreender a política pública: a comunicação junto a um público usualmente apático exige a simplificação das questões e problemas e a justificativa de como a política os aborda, fazendo com que seja compreendida – mesmo por aqueles que, de acordo com os autores, são politicamente sofisticados – de maneira simplificada e simbólica; essa compreensão afeta o desenvolvimento da política (BAUMGARTNER; JONES, 2009; TRUE; BAUMGARTNER; JONES, 2007). Em suma, são informações que servem como “munição” para o processo político. Para os autores, novas imagens podem atrair novos participantes e, como o processo de *policymaking* pode ocorrer em diversos locais, empreendedores de política os utilizam para apresentar seus argumentos e pontos de vista (TRUE; BAUMGARTNER; JONES, 2007). A imagem de política possui dois componentes:

O “tom” é um componente avaliativo, de apelo emocional, e se refere à forma pela qual atores sociais fundamentais fazem uma imagem da política. Mudanças no tom frequentemente alteram o padrão de mobilização da sociedade em relação à política;

O componente empírico da política diz respeito às informações reais sobre a política (BAUMGARTNER; JONES, 2009).

As imagens de política e os fóruns estão intimamente relacionados: os *policymakers* tentam manipular o entendimento dominante das questões e problemas de política e influenciar as instituições que exercem jurisdição sobre os mesmos; assim, buscam tanto localizar o processo em fóruns favoráveis quanto reforçar imagens, argumentando de acordo com o que mais apela ou chama a atenção de um dado grupo político (BAUMGARTNER; JONES, 2009). Assim, a imagem e o fórum (*venue*) de política frequentemente interagem: ambos mudam simultaneamente, da mesma maneira que a estabilidade de uma conduz ao reforço de outra (BAUMGARTNER, 2006). De acordo com Boushey (2013), tomadores de decisão operando em monopólios de política focalizam a atenção em aspectos específicos do problema de política, e existe baixo grau de discordância em relação à natureza deste; sem mudança no monopólio, a tendência é de que as soluções de política se tornem rotineiras e repetitivas, levando à estabilidade do sistema. Entretanto, é impossível prever quando o governo irá alocar maior ou menor atenção a questões de política (BOUSHEY, 2013).

As mudanças de larga escala na política derivam tanto de uma mudança nas preferências quanto na atenção dedicada; quando imagens bem estabelecidas são contestadas, o monopólio de política é atacado e as possibilidades de mobilização para transferir a questão do subsistema para a macropolítica aumentam (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 2007). Este processo se caracteriza pela racionalidade limitada, aplicável tanto a indivíduos quanto a organizações, e que envolve a noção de que, em cada processo decisório, a atenção por eles dedicada às questões é limitada, concentrada em um aspecto do processo de escolha. O sistema político composto por instituições sobrepostas e conservadoras e pelo processo de tomada de decisão caracterizado pela racionalidade limitada se combinam para criar um sistema que, embora inerentemente conservador, pode sofrer mudanças radicais (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 2007). Conforme Baumgartner, Jones e Mortensen (2014), existe uma característica de que as mesmas instituições políticas podem tanto produzir estase quanto pontuações (*punctuations*) por conta dos processos de montagem de agenda, especialmente na dinâmica produzida pela racionalidade limitada e pelo processamento serial de informação. Mortensen (2007) confere especial destaque à capacidade de processamento serial de informações por parte dos tomadores de decisão, pois o sistema político se divide em vários subsistemas especializados integrados no nível macropolítico geral.

A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA ENTRE 1967 E 2014

Nesta seção, busca-se traçar a evolução da política habitacional brasileira em um período de cinquenta anos, no qual a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o programa Minha Casa Minha Vida 2 funcionam como marcos históricos.

A Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, instituiu o Plano Nacional de Habitação e criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Constituiu-se o Sistema Financeiro de Habitação, inicialmente financiado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e, a partir de 1967, pela administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme aponta Santos (1999). Instituíram-se, nos diferentes estados, as Companhias de Habitação (COHAB), encarregadas de adquirir financiamentos, contratar construtoras e repassar as habitações a preço de custo aos consumidores finais (as classes de renda mais baixa); estes se comprometiam com o pagamento do financiamento às COHAB. Arretche (2011) afirma que a criação do BNH representou significativo marco histórico político-social, já que a finalidade do mesmo era atender aos cidadãos com menor renda.

A partir de 1975, as COHAB passaram a financiar habitações para famílias com renda superior a cinco salários mínimos e o SFH, embora tenha concedido mais de 400.000 financiamentos no período 1976-1982, apenas 33,5% do volume financiado destinou-se às famílias de baixa renda (SANTOS, 1999), perdendo, assim, sua função original: Noal e Janczura (2011) observam que a atuação do BNH tornou-se “elitizada”; enquanto as captações do FGTS foram significativamente positivas, o BNH conseguiu amenizar os efeitos das oscilações adversas, mas, após quase dez anos de forte inflação, o Sistema passou

a enfrentar graves problemas, como a remuneração abaixo da inflação do FGTS, o aumento da inadimplência e ações judiciais (com ganho de causa para os mutuários) que exigiam a mudança nos cálculos dos juros (SANTOS, 1999).

Ao longo de sua existência, o SFH e o BNH enfrentaram dificuldades adicionais, como os reajustes das prestações dos financiamentos acima dos reajustes salariais, levando à extinção do Banco por meio do Decreto-Lei Nº 2291 de 21 de novembro de 1986, já durante o Governo Sarney, no qual o combate à inflação se tornou a principal agenda do governo. Durante o Governo Collor, a inflação continuou a ser a grande preocupação da política econômica, mas houve a retomada das operações de financiamento por meio dos recursos do FGTS, tendo sido contratadas 500.000 unidades habitacionais em 1990 e outras 360.000 em 1991 (GONÇALVES, 1997). Entretanto, deve-se observar que grande parte das novas unidades obedecia a finalidades políticas, bem como o fato de que cerca de 50.000 unidades não tinham sido comercializadas, enquanto que outras não tinham sido sequer concluídas (GONÇALVES, 1997). Ainda no Governo Collor, foi criado o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), o qual pretendia construir 200.000 novas habitações em seis meses, mas que não conseguiu atingir suas metas (NOAL; JANCZURA, 2011).

Durante a presidência de Itamar Franco, os programas da área de habitação foram transferidos para o Ministério do Bem-Estar Social e passaram a envolver não somente os recursos federais, mas também estaduais. A participação de conselhos marcou interessante mudança na gestão dos programas, os quais buscavam mais transparência e maior participação popular, fazendo com que Santos (1999) afirme tratar-se de ponto de inflexão na condução das políticas públicas de habitação. Noal e Janczura (2011) observam que, no Governo Itamar, buscou-se aumentar a transparência e o controle social sobre os programas, bem como um tratamento mais sério da política habitacional.

O Governo Fernando Henrique publicou, por meio da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, dois documentos referentes à política habitacional: a Política Nacional de Habitação (1996) e a Política de Habitação: Ações do Governo Federal (1998). Uma característica importante deste período refere-se ao fato de que os programas não atingiram a população de baixa renda: Bonduki (2008) afirma que o déficit habitacional cresceu 40,9% na faixa de renda inferior a 2 salários mínimos, enquanto que, na faixa superior a 5 salários mínimos, o déficit reduziu-se em 26,5%. É relevante apontar também, neste período, a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, após 13 anos de debate no Congresso Nacional: o Estatuto gerou novos instrumentos urbanísticos que permitem a legalização fundiária e efetivam a função social da propriedade.

O Governo Lula buscou reduzir o déficit de moradias e focalizou a população de baixa renda, oferecendo taxas de juros mais baixas (NOAL; JANCZURA, 2011). Em 2003, surgiu o Projeto Moradia, uma estratégia geral para a solução do problema habitacional, o qual deveria atuar nas frentes do desenho institucional, desenvolvimento urbano e projeto financeiro. O Projeto sugeriu a criação de um sistema para a habitação, a unificação de atividades num ministério e defendia que a moradia fosse uma garantia do direito à cidade, à infraestrutura e aos serviços urbanos. Além disso, criou-se o Ministério das Cidades,

cuja área de atuação abrange os setores de habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial, constituindo-se no primeiro órgão a ser incumbido essencialmente da questão habitacional desde o BNH e destacando-se pela preocupação em fazer uma análise integrada da questão urbana. Suas atribuições envolvem articular as políticas urbana e habitacional, constituir um Sistema Nacional de Habitação (SNH) e determinar as regras gerais de financiamento habitacional (BONDUKI, 2008). No entanto, o Ministério possui limitada capacidade de ação institucional, haja vista ser a Caixa Econômica Federal a gestora dos recursos financeiros (por meio do FGTS) – como ela se subordina ao Ministério da Fazenda, o das Cidades, embora seja o coordenador da política habitacional, dependa da Caixa, a qual decide sobre os financiamentos e o acompanhamento dos empreendimentos.

Também é digna de nota a constituição do Conselho Nacional das Cidades, o qual, a partir de 2005, determinou a criação do SNH, dentro do qual opera o Subsistema de Habitação de Interesse Social; esse Sistema buscou criar condições institucionais para que os recursos do FGTS sejam canalizados para a esfera social, embora essa mudança tenha se operado de maneira bastante lenta. O SNH caracteriza-se como um sistema articulado institucional e financeiramente, formado pelos fundos de habitação dos diferentes entes federativos, órgãos de administração direta relacionados à questão habitacional, pelos Conselhos de Habitação e pela Agência Nacional de Regulamento do Financiamento Habitacional, e seu planejamento e instituição cabem ao Ministério das Cidades (BONDUKI, 2008).

Ainda durante o Governo Lula, merece destaque a implantação, a partir de 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual incluiu investimentos nas áreas de habitação e saneamento, buscando atingir as populações de mais baixa renda a partir de um direcionamento de aplicações para a urbanização de assentamentos precários. Conforme Rolnik (2010 *apud* SILVA; ALVES, 2014), o PAC incluía, entre suas propostas, a criação de uma linha de crédito para a aquisição de moradias específica para a população de baixa renda.

Em 2009, procurou-se reduzir o déficit habitacional, por meio da Lei N°11.977/2009, a qual criou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). De acordo com Soares *et al.* (2013), este programa tem como objetivo incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção e reforma de habitações rurais. Silva e Alves (2014) apontam que a Caixa Econômica Federal mantém a gestão dos recursos financeiros, mantendo-se a concessão dos financiamentos em faixa de renda de até R\$ 3.900,00 (valores de 2009) e estabelecendo-se um teto para o comprometimento financeiro do mutuário, não devendo ultrapassar 30% da renda familiar bruta mensal, com níveis menores de comprometimento para as faixas de renda mais baixas e para a habitação rural.

O Governo Dilma, iniciado em 2011, manteve o PMCMV, ampliando a meta originalmente estabelecida de construção de um milhão de moradias para dois milhões até 2014; para Soares *et al.* (2013), essa nova fase do programa (amiúde conhecida como Minha Casa, Minha Vida 2) apresentou pequenas diferenças em relação ao original, destacando-se a composição orçamentária composta por 75% de recursos provenientes do Orçamento Geral

da União, 22% do FGTS e 3% do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). A nova fase do programa também procurava desburocratizar a concessão dos financiamentos para as faixas mais baixas de renda; no entanto, embora tenha alcançado bons resultados em termos de construção de moradias para essa parcela da população, o programa, no todo, sofreu fortes críticas no sentido das relações com o mercado e da localização inadequada dos empreendimentos imobiliários (SOARES *et al.*, 2013). No primeiro aspecto, a política urbana, afirmam Buonfiglio e Bastos (2011), acabou sendo determinada pelos empreendedores na área de habitação, enquanto que, no segundo, pode-se destacar que o programa focalizou apenas a redução do déficit habitacional, sem se preocupar com o direito à habitação digna e sustentável (SOARES *et al.*, 2013).

Deve-se destacar, ainda, que o Minha Casa, Minha Vida 2 também propôs uma associação mais próxima com as prefeituras e incorporou o Banco do Brasil como agente financeiro, aumentando recursos para as famílias de menor renda. Outras alterações incluem o aumento do tamanho mínimo dos imóveis, do valor médio das habitações e mudanças nas especificações dos imóveis (BRASIL, 2015).

Institucionalmente falando, verifica-se uma grande instabilidade no período 1964-2014, com várias mudanças nas atribuições dos ministérios responsáveis pela política habitacional. Desde 1967, cabia ao Ministério do Interior sustentar as áreas de habitação e urbanismo. Em 1985, origina-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o qual passou a receber recursos e especificações institucionais previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 1986; no entanto, em apenas dois anos, foi transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, recebendo recursos na LOA de 1987 para serem gastos no ano seguinte. Em 1989, a área passa para o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, retornando ao Ministério do Interior em 1990. Durante o Governo Collor, as políticas habitacionais passam para o Ministério da Ação Social, deslocando-se para o Ministério do Bem Social em 1992. Já no Governo Fernando Henrique, o Ministério do Planejamento e Orçamento passa a cuidar da questão em 1996; este Ministério seria convertido em Ministério do Orçamento e Gestão e, posteriormente, para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual se responsabilizou pela política habitacional entre 2000 e 2003. Após este ano, durante o Governo Lula, a Secretaria Especial do Desenvolvimento Urbano, diretamente ligada à Presidência da República, assumiu as responsabilidades pela política habitacional em 2003, transferindo-as no ano seguinte para o Ministério das Cidades, o qual as detêm até hoje.

Uma síntese histórica pode ser encontrada no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Trajetória histórica da política habitacional

Períodos	Acontecimentos
1964	Plano Nacional de Habitação, o BNH, o SFH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.
1969 e 1974	Os investimentos em habitação popular diminuem, com o uso do FGTS em investimentos em outras atividades.
1975	Mudança na indexação do FGTS, com base no saldo mínimo do trimestre. Apesar do avanço qualitativo desta decisão, os setores de elevada alternância no emprego e os que obtinham o primeiro emprego passavam a se beneficiar desta correção só no trimestre seguinte ao da contratação.
1983	Mudança na política salarial, com reajustes diferenciados para as várias classes de renda, redutores eram aplicados aos salários das classes de maior poder aquisitivo. Houve aumento real na prestação da casa própria para os mutuários de renda média e alta, ocasionando manifestações de associações de mutuários e o aumento da inadimplência.
1980 - 1983	A inflação atinge o nível de 100% em 1980 e, a partir de 1983, para 200%, atingindo fortemente os financiamentos.
1984	O reajuste das prestações dos mutuários das classes média e alta teve um aumento superior aos seus reajustamentos salariais.
1985	Apesar das mudanças na conjuntura político-econômica, a captação do FGTS foi significativamente positiva e o BNH tinha algum poder de amenizar os efeitos de intermitentes oscilações adversas sobre a captação de novos recursos voluntários pelo SBPE. A inadimplência foge de controle. O BNH desvia-se de sua finalidade.
1986	Extinção do BNH, por meio de decreto-lei Nº 2.291/1986.
1986 - 1989	A questão habitacional passa por diversos ministérios em três anos, refletindo certa perda de importância na agenda política e governamental.
1989	A autogestão ganha destaque com a criação de programas habitacionais autogestionários nos principais municípios do país, localizados em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul etc.
1995	Política Nacional de Habitação (1996) e Política de Habitação: Ações do Governo Federal (1998), da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil criam programas que atuaram mais na redução do déficit habitacional qualitativo do que no quantitativo.
1995 - 1999	A ocupação no Brasil teve 4,4 milhões de moradias construídas no país. Destas, apenas 700 mil foram realmente construídas formalmente, isto é, financiadas pelo mercado legal privado ou público no Brasil.
1991 - 2000	A população habitante de favelas cresceu 84%, enquanto a população geral teve uma elevação de apenas 15,7%, revelando que, no período, não houve impacto da ação governamental na redução das necessidades habitacionais.

Períodos	Acontecimentos
2001	Estatuto das Cidades gera novos instrumentos urbanísticos que possibilitam a legalização fundiária e a efetivação da função social da propriedade. Estabelece relação de interdependência com a esfera municipal (<u>Planos Diretores</u>) para execução desses instrumentos.
2003	Projeto Moradia busca um equacionamento global da questão da habitação no Brasil e sugere a criação do Ministério das Cidades com a atribuição de articular toda a política urbana e habitacional do país, planejando e constituindo o Sistema Nacional de Habitação, determinando as regras gerais do financiamento habitacional.
2005	A substituição do ministro Olívio Dutra (PT) por Márcio Fortes de Almeida (PP) pode ser considerada um retrocesso, pois comprometeu a possibilidade de se articular políticas urbanas coerentes e integradas e levou diversos técnicos a deixarem o governo. Fundação do Sistema Nacional de Habitação (dividido nos subsistemas de habitação comercial e o de interesse coletivo).
2005 - 2008	Modificações importantes na esfera do financiamento habitacional, tanto no subprocesso de habitação para comércio como no de proveito social, ocasionando uma nova valorização do setor imobiliário (boom imobiliário).
2007	O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) privilegia os setores de habitação e saneamento, dirigindo-se as aplicações para a urbanização de assentamentos precários.
2009 – 2010	O Programa Minha Casa, Minha Vida é criado pela Lei Nº 11.977, com o intuito de alterar o déficit habitacional concentrado.
2011	Surge o Minha Casa, Minha Vida 2.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo deve ser considerado como um estudo misto em sua abordagem, pois utiliza tanto elementos quantitativos quanto qualitativos. Na classificação defendida por Cresswell (2015), o trabalho pode ser considerado como um desenho **convergente**, uma vez que os dados quantitativos e qualitativos foram coletados em separado. Na pesquisa realizada, os dados **qualitativos** consistem no histórico da política habitacional, enquanto que os **quantitativos** são os dados financeiros colhidos nas Leis Orçamentárias Anuais, na produção legislativa e nas notícias nos meios de comunicação selecionados. Ainda em termos de classificação da pesquisa, trata-se de um estudo de caso único, conforme definido por Yin (2003).

A convergência entre os dados, definida por Cresswell (2015) como o resultado desse *design* de pesquisa, deu-se por meio de uma tentativa de associar os quantitativos da produção legislativa com o Orçamento Federal e o tratamento dos meios de comunicação de massa. Esses três dados de ordem essencialmente quantitativa foram relacionados com os dados qualitativos consolidados na evolução histórica da política habitacional do período. Devido ao fato de não ter sido possível encontrar as LOA de 1964 a 1966, a análise dos dados

se realizou entre 1967 e 2014, ainda que o ano de 1964 seja o ano-base para o início da pesquisa histórica devido à criação do BNH e do Plano Nacional de Habitação.

As variáveis quantitativas foram tratadas em uma periodicidade anual e seu estudo foi feito por meio de estatística descritiva simples e análises gráficas, com o intuito de observar os movimentos das variáveis em vez da comparação cardinal de valores, a fim de se relacionar os comportamentos semelhantes com a teoria e a história da política habitacional. Para facilitar a análise, foi incluída uma linha de tendência que auxilia a identificar mudanças bruscas e imprevistas. O orçamento encontra-se em variação percentual e as demais, em valor absoluto.

Os dados foram coletados por meio de pesquisas na Internet. Dados orçamentários derivam das LOA nacionais, tendo sido realizada consulta no site do Palácio do Planalto e no Portal de Legislação do Governo Federal. Sendo assim, pela classificação por funções, foram coletados os dados “habitação e urbanismo” e “total por funções” em cada LOA. Os orçamentos em habitação constavam juntos com os de urbanismo desde o período inicial da pesquisa, somente sendo separados em 2005, portanto, foi mais plausível incluir o urbanismo na análise.

Primeiramente, foram estudados os valores em habitação e urbanismo deflacionados, trazidos ao ano-base 2014, mas, devido à grande instabilidade da moeda e alta inflação entre as décadas de 80 e 90, verificou-se a ocorrência de alguns distúrbios na análise principal. Assim, para melhores resultados, buscou-se usá-los como porcentagem alocada em relação ao total, tornando-se mais uma variável de caráter relativo. Para tal, basta dividir o valor em habitação e urbanismo pelo total.

Nos anos de 1972 e 1974, não foram encontrados orçamentos específicos em habitação nas respectivas leis, além do ano de 1984 não apresentar LOA alguma disponível para consulta pública. Portanto, para estes períodos, foi preciso estimar dados com base no orçamento incremental, ou seja, calcular o crescimento do orçamento total do período base com os períodos anterior e posterior e aplicar esta taxa de crescimento em cima do valor de habitação. Para isto, dividiu-se o período base com o período anterior, subtraiu-se 1 (para o valor deixar de ser um número-índice e ser uma taxa de crescimento), e se multiplicou pelo valor de habitação do período anterior.

Como a série graficamente não apresenta fortes comportamentos incrementais, para a estimação dos dados ausentes foram feitas pesquisas detalhadas acerca de acontecimentos históricos que poderiam distorcer a estimação via incremental. E, positivamente, estes períodos não se encontravam em algum ano específico marcante, e sim dentro de períodos, com tendência incremental de curto prazo. Para os dados de orçamento totais, também houve falta de dados, sendo que, para o ano de 2000, também foi feita uma estimativa, e, para os anos de 1990, 1991, 1996 e 1999, foram utilizados os dados de orçamento total da LOA e não total por funções, pois eram os únicos disponíveis.

No que diz respeito aos dados de meios de comunicação de massa, deve-se mencionar que foram selecionados três jornais de alcance nacional, Folha de São Paulo, Estado de

São Paulo e O Globo, escolhidos por oferecerem o acesso aos acervos *online* durante o período pesquisado, correspondendo aos jornais impressos. As palavras-chave escolhidas para a formação desta variável foram “sistema financeiro de habitação”, “banco nacional de habitação”, “minha casa, minha vida”, “sistema nacional de habitação social” e “habitar-brasil”. Com isso, a variável “mídia” foi montada pela quantidade de publicações que apresentavam estas palavras-chave em cada ano por ano, somando-se os três jornais em questão. No período, foram localizadas 9.189 citações no Estado de São Paulo, 15.263 em O Globo e 32.219 na Folha de São Paulo.

Em relação ao quantitativo da produção legislativa, foram pesquisados projetos de lei que, independentemente de sua situação atual, tivessem sido propostos durante o período pesquisado. Para localizar estes dados, foram utilizadas as mesmas palavras-chave supracitadas, totalizando 357 projetos de lei observados.

Ressalta-se que tanto os dados coletados nos meios de comunicação quanto na produção legislativa refletem o grau de atenção sobre a política habitacional brasileira em um determinado período de tempo.

Naturalmente, sendo esta uma pesquisa que utilizou, em um caso brasileiro, uma teoria desenvolvida nos Estados Unidos, algumas considerações devem ser feitas em termos de limitações e dificuldades:

- Em primeiro lugar, deve-se destacar que, no Brasil, o sistema político é bastante diferente do norte-americano, ao contrário do que afirmam Silvestre e Araújo (2015). Em vez de usar como variável de análise as comissões no Congresso, como fazem Baumgartner e Jones, optou-se por trabalhar com a produção legislativa, mais relevante para o caso brasileiro;
- O orçamento federal apresenta diversas dificuldades: em primeiro lugar, nem todos os dados estão disponíveis *online* (tentativas de obter os dados por outros meios revelaram-se infrutíferas). Além disso, a qualidade dos dados em um longo período do tempo era precária, pois estavam disponíveis por meio de digitalizações das LOA originais. Por fim, dispõe-se de dados sobre a **execução** dos orçamentos somente a partir da década de 90, tendo-se que trabalhar com valores alocados nas LOA, sem que se saiba o que foi efetivamente gasto;
- Diretamente associada à anterior, há a limitação causada pela agregação, no orçamento, dos gastos com habitação e urbanismo, haja vista incluírem investimentos na infraestrutura urbana, em saneamento, no planejamento territorial etc., o que mesmo se relacionando com a política de habitação, é tratado por políticas setoriais distintas;
- Os dados do FGTS não foram disponibilizados para os pesquisadores pela Caixa Econômica Federal;
- Foi impossível verificar o percentual de atendimento do déficit habitacional, pois não se obteve uma série histórica anual com esses dados. Esta informação teria sido importante, pois permitiria verificar se os gastos no orçamento teriam reduzido esse déficit;

- A impossibilidade de uma avaliação qualitativa dos achados em meios de comunicação de massa e na produção legislativa, devido ao prazo relativamente curto da pesquisa;
- Por fim, muitos meios de comunicação de massa não disponibilizam o acesso ao acervo, tornando parcial a pesquisa, restringindo-se aos jornais mencionados. Ademais, os jornais pesquisados podem apresentar um viés em seu tratamento do assunto, uma vez que sofreram censura durante parte do período histórico pesquisado e são associados aos interesses políticos e econômicos dominantes no país.

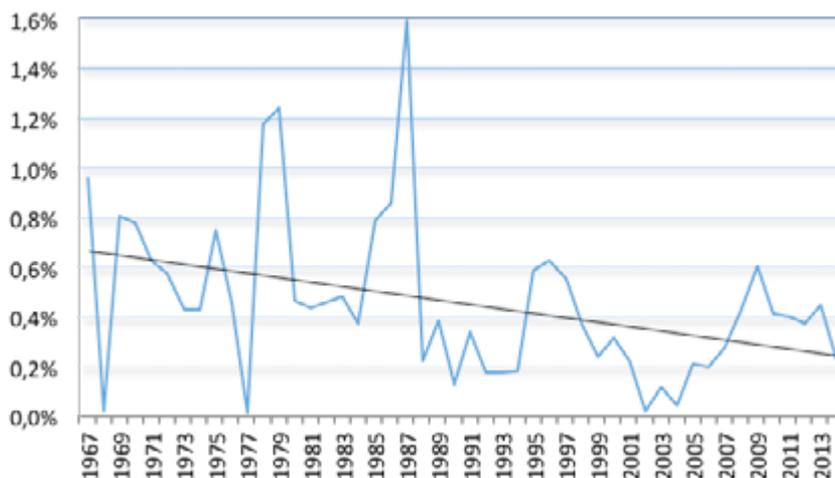
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, proceder-se-á à análise dos dados coletados à luz da teoria do equilíbrio pontuado. As diferentes variáveis serão analisadas individualmente e, em seguida, tratadas em conjunto.

O Orçamento

Ao longo do período analisado, pode-se observar significativa variação nas dotações orçamentárias previstas para a política habitacional (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Orçamento



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Durante o período, percebe-se alguns aspectos interessantes:

- Verifica-se a existência de dois comportamentos distintos: antes de 1988, os dados são mais discrepantes, após esta data, os dados apresentam menor variação;

- A criação do SFH é acompanhada pela alocação mais elevada de recursos no orçamento até o período 1978-79;
- Verifica-se um período de redução da alocação orçamentária que corresponde ao momento em que os recursos do FGTS passam a ser alocados em outros investimentos. Ou seja, o orçamento federal não cresceu para compensar esse decréscimo;
- No período 1978-79, os recursos alocados atingem um máximo em relação a todo o período do regime militar;
- Logo em seguida, os recursos alocados diminuem significativamente no período 1980-84, no qual se juntam três fatores negativos: o aumento da inflação, cujo combate envolveu a concessão de reajustes inferiores às taxas de inflação para as faixas de renda mais elevadas, o que reduziu a capacidade de pagamento dessas famílias, a crise do BNH, provocada, entre outros motivos, pela elevada inadimplência dos mutuários, e a instabilidade política e econômica do período, com o esgotamento do modelo adotado pelo regime militar. Assim, a política habitacional perde muito destaque neste período em termos orçamentários;
- A Nova República (1985) é marcada, inicialmente, por um aumento das dotações orçamentárias, estendendo-se até o pico histórico registrado em 1987, bem como pela extinção do BNH;
- O final do mandato presidencial de Sarney e os governos Collor e Itamar apresentam comportamento oscilante, mas os valores alocados permanecem baixos, inferiores à linha de tendência, sem atingir 0,5% do orçamento total, à exceção de 1994, último ano do Governo Itamar. Uma possível explicação para o fato reside no foco dos governos na questão da estabilidade econômica;
- No início do Governo FHC, mantém-se a alocação de 1994, aproximadamente, seguindo-se um período de redução nos valores orçados, atingindo o início do Governo Lula;
- Por fim, o início do Programa Minha Casa, Minha Vida, adotado por um governo economicamente mais heterodoxo, é marcado por um aumento expressivo das dotações orçamentárias para a habitação, evidenciado pelos valores acima da linha de tendência – o que não se repete no Minha Casa, Minha Vida 2, ainda que também se registre aumento em relação ao ano anterior. Deve-se ressaltar ser esta segunda etapa do programa antes uma continuação e aperfeiçoamento do anterior do que uma mudança significativa.

Em linhas gerais, a porcentagem do orçamento federal reservada para a habitação representa valor muito restrito, e isto se mantém em todo o período destacado, mesmo tendo uma mudança do viés político. A média da variável em todo o período analisado encontra-se ao redor de 0,45% do orçamento total. A evolução da alocação orçamentária para a política habitacional mostra-se bastante variada, atingindo o máximo em 1987, com o valor de 1,60%, e o mínimo em 1977, com 0,015%. Em nenhum momento se verifica uma alocação

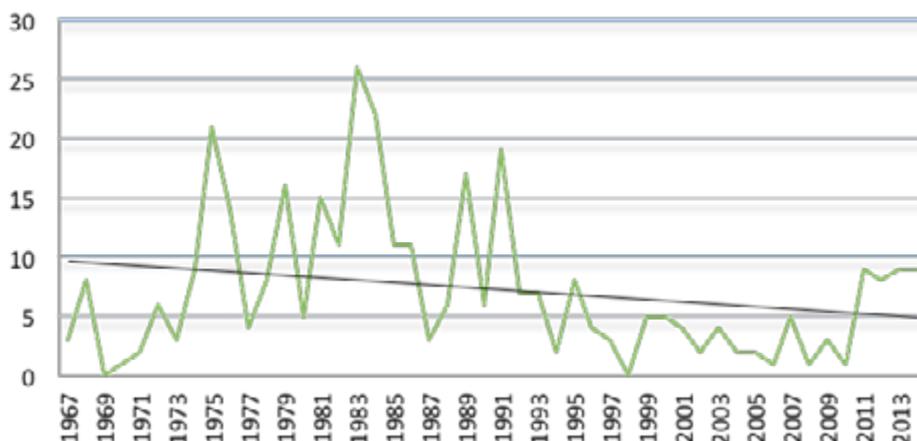
superior ao ano de 1987. E, contrariamente ao que se poderia imaginar, dado o discurso governamental, a alocação de recursos não se mostra elevada no período pós-2003.

É preciso observar que os recursos orçamentários devem ser complementados pelos valores investidos pelo BNH até a década de 80, bem como pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil nos últimos anos. Estes dados, no entanto, não foram encontrados. Além disso, o valor investido em habitação pelo FGTS também não está disponível para o período histórico considerado.

O Congresso Nacional

A pesquisa realizada na base de dados da produção legislativa pelo Congresso Nacional, de forma geral, apresenta características mais previsíveis do que a série orçamento, mas ainda assim instáveis. A produção legislativa também parece possuir dois comportamentos distintos: maior variação até aproximadamente 1992 e, após isto, mantém-se próxima à linha de tendência.

Gráfico 2 - Projetos de lei



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A análise dos dados permite algumas conclusões:

- Durante o período do regime militar, a produção de projetos de lei é muito oscilante, com altos e baixos bastante próximos entre si. Verifica-se também ser o período com a maior quantidade de projetos de lei, bem acima da linha de tendência na maioria dos anos;
- Há um aumento expressivo nos projetos apresentados em 1975, ano em que se mudou a indexação do FGTS, seguido por novo período oscilante até 1982;
- Em 1983, ano em que a crise do BNH se torna patente, a apresentação de projetos de lei se torna a mais alta, historicamente falando, com o ano de 1984 ocupando

o segundo lugar neste aspecto. Este é um período em que o Congresso discute a crise do setor e os problemas enfrentados pelos mutuários, havendo elevada taxa de inadimplência;

- Após esse auge histórico, a produção de legislação volta a mostrar números bastante expressivos em 1989 e 1991, ou seja, logo após a promulgação da Constituição e no primeiro ano do Governo Collor;
- O número de projetos caiu bastante de 1992 em diante, mas isso não significa que não houve avanços importantes. O Estatuto das Cidades, em 2001, é um dos principais documentos legais em habitação do período, mas não é acompanhado por um aumento nos projetos de lei;
- Por fim, verifica-se produção relativamente baixa de projetos de lei a partir do Governo Lula, com a significativa exceção do ano de 2011, no qual o Minha Casa, Minha Vida 2 é lançado, inaugurando um período em que a produção legislativa busca reconquistar os altos patamares, acima da linha de tendência, anteriormente verificados.

Numa análise geral, é possível afirmar que a produção de leis por parte do Congresso Nacional não segue fielmente o mesmo comportamento da alocação orçamentária. Além disso, verifica-se que os anos em que há aumentos significativos na dotação de recursos para a habitação na LOA não são antecedidos por aumentos na produção de projetos de lei; ou seja, o orçamento federal não responde ao trabalho do Legislativo.

Por fim, vale ressaltar que, do total de projetos de lei criados no período destacado, 78,1% foram arquivados e somente 2,25% foram transformados em norma jurídica, demonstrando que a atenção ao tema não reflete uma continuidade. Além disso, dos projetos efetivamente transformados em norma jurídica, metade proveio do Poder Executivo.

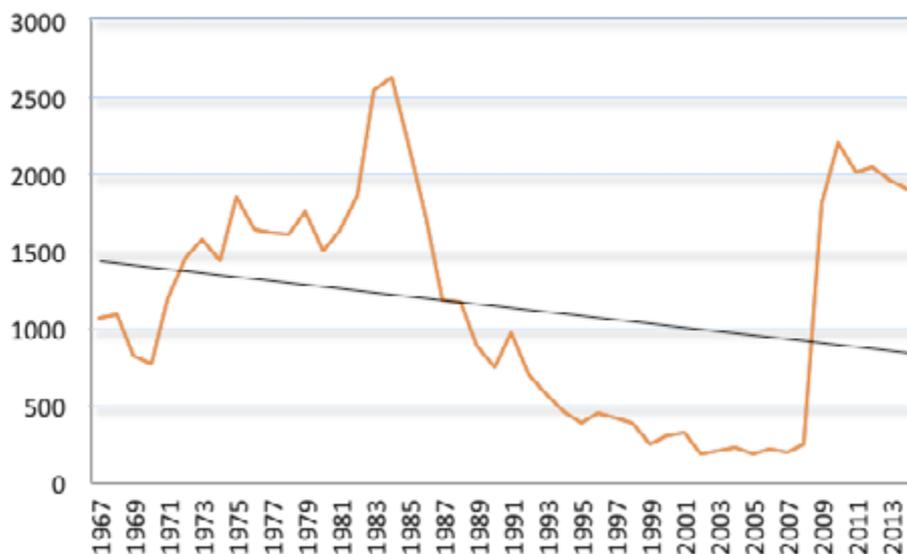
Os Meios de Comunicação

A pesquisa nos meios de comunicação limitou-se a um quantitativo das notícias a respeito das questões referentes à moradia no período de análise; não se procurou, aqui, trabalhar com o tom (BAUMGARTNER; JONES, 2009) das notícias, por se tratar de política de relevante interesse social, bem como por causa da censura que vigorou ao longo de praticamente um terço do período, o que poderia distorcer os dados. Apenas as notícias publicadas em jornais (Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo) são tratadas na pesquisa, devido à impossibilidade de obter outros meios de comunicação para análise. Os dados obtidos estão consolidados no Gráfico 3 (pág. 169).

A análise da atenção dispensada pelos meios de comunicação revela alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, o comportamento é bem distinto das demais variáveis, com uma tendência de crescimento até a metade dos anos 80 e um decréscimo que só é revertido após 2008. Assim, constatou-se o seguinte:

- A atenção dos meios de comunicação de massa segue uma trajetória crescente no período 1967-1983. O volume de notícias publicadas é razoavelmente grande, tornando-se paulatinamente maior no início dos anos 80, quando a crise do BNH tornou a questão habitacional um elemento significativo na pauta;
- O período 1983-2008 apresenta um declínio muito forte da atenção dos meios de comunicação à política habitacional, registrando-se, inclusive, uma atenção menor ao problema do que no período da ditadura militar, mesmo com alguns eventos relevantes no período. O comportamento dos meios de comunicação no período fica abaixo da linha de tendência;
- Um evento significativo, a promulgação do Estatuto da Cidade, não é acompanhado por maior atenção dos meios de comunicação;
- Após 2008, a atenção dos meios de comunicação aumenta expressivamente, atingindo níveis elevados no Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009.

Gráfico 3 - Meios de comunicação



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Diante disso, é possível concluir que a atenção da imprensa tornou-se mais elevada nos momentos da crise do BNH e do lançamento do principal programa de habitação popular após o fim do regime militar, o Minha Casa, Minha Vida. No caso desta variável, pode-se afirmar que esses dois casos se mostram como eventos focalizadores (BAUMGARTNER; JONES, 2009) e os meios de comunicação refletem os problemas na política pública. É possível que a maior atenção dedicada à questão habitacional insira-se no quadro geral de uma preocupação maior com as questões sociais após o início do Governo Lula, mas não se

dispõe dos dados que permitam verificar a hipótese. De toda forma, verifica-se que os meios de comunicação só passaram a dar destaque à política habitacional no momento em que o MCMV foi anunciado.

ANÁLISE GERAL

Ao longo do período de estudo, em termos históricos, os principais eventos focalizadores são a criação do BNH (1967), a mudança no cálculo do FGTS (1975), a crise e a extinção do BNH (1980-1986), a Constituição de 1988, o Estatuto das Cidades (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003) e os dois programas Minha Casa, Minha Vida (2009 e 2011). Verifica-se que as *policy venues* (BAUMGARTNER; JONES, 2009) se alteram bastante ao longo do período de análise. Evidentemente, ao longo do regime militar, a política habitacional permanece como atribuição do Ministério do Interior, mas o Congresso, como fórum de política pública, tem seu papel bastante reduzido pela centralização do poder no Executivo que vigora no período; a partir de 1985, inicia-se um período de quase vinte anos em que a política habitacional passa por diferentes ministérios, até se tornar atribuição do Ministério das Cidades em 2003. Esse período de instabilidade institucional não parece se refletir em maior atenção dos meios de comunicação, apresentando declínio nas notícias publicadas, nem na produção do Legislativo, a qual se mostra oscilante. No entanto, é possível observar que, a partir de 2003, o orçamento para a área volta a crescer, bem como a atenção dos meios de comunicação.

Não foi possível, devido ao procedimento meramente quantitativo de análise dos meios de comunicação, observar mudanças na imagem da política (TRUE; BAUMGARTNER; JONES, 2007; BAUMGARTNER; JONES, 2009). No entanto, o comportamento dos meios de comunicação não guarda relação, na maior parte do período analisado, com a evolução do orçamento nem com a produção do legislativo; a política habitacional parece seguir uma trajetória própria, sem forte influência do tratamento dado pelos meios de comunicação. Não se pode comprovar, por meio do estudo da imagem da política, algum protagonismo do Congresso – mas sua baixa efetividade na produção de leis de iniciativa própria não pode ser esquecida.

Analisando as três variáveis em conjunto, durante todo o período estudado, é perceptível que todas obtiveram valores mais expressivos e instáveis durante o período da Ditadura Militar, e comportamento mais equilibrado e em menor valor no período da Nova República. Portanto, as séries parecem mostrar algum tipo de reação às mudanças na esfera política, mas uma análise dessa hipótese demandaria um tratamento mais profundo do que é possível dentro dos limites deste artigo.

Além disso, apesar das várias diferenças de comportamento, as três séries mostram-se semelhantemente conturbadas durante dois períodos: durante a extinção do BNH e a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Sem desconsiderar a importância dos demais eventos históricos, em especial estes dois se destacam fortemente tanto como marco histórico no país como força de impulsão significativa sobre o orçamento, os projetos

de lei e os meios de comunicação. Na extinção do BNH, as séries obtiveram os maiores valores possíveis, enquanto que, no Programa MCMV, as variáveis passaram a alcançar novamente patamares superiores acima da linha de tendência, após passarem um bom período sem destaque.

É importante mencionar que os períodos em que o equilíbrio da dotação orçamentária é interrompido por pontuações significativas, como os anos de 1978-79, 1987 e 1995, não há praticamente relação alguma com as outras variáveis. Porém, de todo modo, se for considerado o gráfico do orçamento, é impossível reconhecer uma tendência incremental (TRUE; BAUMGARTNER; JONES, 2007) no mesmo; e se for considerado o gráfico da produção de projetos de lei, também se percebe não haver uma tendência a ser generalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi possível observar que a política habitacional não apresenta uma trajetória de crescimento incremental interrompida por pontuações causadas por eventos focalizadores relevantes, ainda que tais pontuações tenham ocorrido de fato, pois não se vê, historicamente, mudanças institucionais ou a criação de políticas ocorrendo nos momentos em que há alterações no orçamento, na atenção dos meios de comunicação ou na produção legislativa. Ou seja, a trajetória não segue a prevista nas análises feitas por Baumgartner e Jones em seus livros e artigos. Evidentemente, o estudo aqui empreendido diferencia-se em vários pontos dos realizados pelos autores, mas a diferenciação é nítida. Pode-se também ter em mente que a realidade brasileira é bastante diferente da norte-americana; ainda assim, é visível que, em alguns momentos, como no período que antecede a extinção do BNH, vê-se uma trajetória mais equilibrada (ainda que não incremental) nas variáveis orçamento e projetos de lei, enquanto que os meios de comunicação apresentam significativa queda. No caso do MCMV, percebe-se que há aumento expressivo do tratamento dos meios de comunicação, observando-se que o orçamento e os projetos de lei mostram discreto aumento; no entanto, o programa não é influenciado inicialmente por essas flutuações: ele antes pode ser considerado como uma causa.

Por fim, acredita-se que este artigo represente apenas um início da análise do assunto, sendo necessário complementar os dados financeiros com, pelo menos, as movimentações do FGTS e seus investimentos em habitação. Além disso, o sistema político brasileiro apresenta características bastante distintas do norte-americano, pois, no Brasil, o Poder Executivo concentra boa parte das iniciativas governamentais; um tratamento aprofundado da atenção e da importância conferidas à política habitacional por parte do Executivo pode fornecer conclusões interessantes para a análise. Estudos futuros, além destes aspectos, podem contemplar mais a fundo o comportamento das variáveis nos eventos focalizadores como a extinção do BNH e a criação do MCMV.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: out. 2017. Aceito para publicação em: jan. 2018.
- 2 Os autores agradecem ao Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) pelo apoio prestado durante a realização desta pesquisa, a dois pareceristas anônimos e aos participantes do XL EnANPAD pelos comentários e sugestões dados ao trabalho, à Editoria e aos avaliadores da RIGS por seus comentários e sugestões.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BAUMGARTNER, Frank R. Punctuated equilibrium theory and environmental policy. In: REPETTO, Robert (Ed.). **Punctuated equilibrium and the dynamics of U. S. environmental policy**. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 24-46.

_____; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in American politics**. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 2009.

_____; JONES, Bryan D.; MORTENSEN, Peter B. Punctuated Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policymaking. In: WEIBLE, Christopher M.; SABATIER, Paul A. (Ed.). **Theories of the policy process**. 3. ed. (e-book). Boulder: Westview Press, 2014.

BIRKLAND, Thomas R. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. 2. ed. Armonk: M. E. Sharpe, 2005.

_____. _____. 3. ed. New York: Routledge, 2015.

BOUSHEY, Graeme. The punctuated equilibrium theory of agenda-setting and policy change. In: ARARAL Jr., Eduardo *et al.* (Ed.). **Routledge handbook of public policy**. Abingdon: Routledge, 2013. p. 138-152.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, p. 70-104, 2008.

BUONFIGLIO, L. V.; BASTOS, R. D. O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-SIMPURB, 12, Belo Horizonte, 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/4071c402a43c458597efe06f896757f7.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. **Lei Orçamentária Anual, de 1967 a 2014**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CAIRNEY, Paul. **Understanding public policy: theory and issues**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida: Manual do Beneficiário Apresentação de Propostas**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. **Programa Minha Casa Minha Vida: Entidades Recursos FDS**. Disponível em: +<http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/5_Minha_Casa_Minha_Vida_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CRESSWELL, John W. **A concise introduction to mixed methods research**. Los Angeles: SAGE, 2015.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-249, 2009.

GONÇALVES, José Pereira. Acesso ao financiamento para moradia pelos extratos de média e baixa renda: a experiência brasileira recente. In COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE/PNUD POLÍTICAS FINANCIERAS PARA EL DESARROLLO UNIDAD DE FINANCIAMIENTO D.C.I.T.F., 1997. Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: NACIONES UNIDAS, 1997. p. 5-62.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LAGO, Luciana Corrêa. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2012.

MORTENSEN, Peter B. Stability and change in public policy: a longitudinal study of comparative subsystem dynamics. **The Policy Studies Journal**. Malden: Blackwell Publishing, v. 35, n. 3, p. 373-394, 2007.

NASCIMENTO NETO, Paulo *et al.* Análise de políticas públicas: entre a modelagem e a realidade da política habitacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 847-868, jul./ago. 2015.

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-169, jan./jul. 2011.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

REPETTO, Robert. Introduction. In: _____ (Ed.). **Punctuated equilibrium and the dynamics of U. S. environmental policy**. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 1-23.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**.

Brasília: IPEA, 1999. Texto para Discussão Nº 654.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Cátia Fernanda da; ALVES, Tiago Wickstrom. Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 27-54, 2014.

SILVESTRE, Hugo Consciência; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. Teoria do equilíbrio pontuado nas políticas públicas brasileiras: o caso do Ceará. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 696-711, nov./dez. 2015.

SOARES, Isabelle Oliveira et al. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do Programa “Minha Casa Minha Vida” em Uberaba (MG). **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 1, p. 119-131, 2013.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Comentando as classificações de políticas públicas. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 3, p. 161-197, jul./ago. 2010.

TRUE, James L.; JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. Punctuated Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policymaking. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). **Theories of the policy process**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 155-187.

WALGRAVE, Stefaan; VARONE, Frédéric. Punctuated equilibrium and agenda-setting: bringing parties back in: policy change after the Dutroux crisis in Belgium. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**. Malden: Wiley Periodicals, v. 21, n. 3, p. 365-395, jul. 2008.

YIN, Robert K. **Case study research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.

**Marcello
Beckert
Zapelini**

Graduado (Esag/Udesc), Mestre (UFSC) e Doutor (UFBA) em Administração. Graduado em Ciências Econômicas (UFSC). Professor dos cursos de Administração Pública e Ciências Econômicas da Esag/Udesc e do curso de Administração da FEAN – Faculdade Energia de Administração e Negócios. Líder do grupo de pesquisa Callipolis – Políticas Públicas e Desenvolvimento da Esag/Udesc.

**Jéssica Gomes
Lima**

Graduanda em Administração Pública na Esag/Udesc. Pesquisadora do grupo de pesquisa Callipolis – Políticas Públicas e Desenvolvimento da Esag/Udesc.

**Mariana
Correia
Guedes**

Graduada (Esag/Udesc) e Mestranda (UFSC) em Ciências Econômicas. Pesquisadora do grupo de pesquisa Callipolis – Políticas Públicas e Desenvolvimento da Esag/Udesc.



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz



Foto: Fabrício Nascimento da Cruz

Mais, ou Menos, um Dia! O Descompasso entre a Intenção e o Arranjo Institucional na Escola Pública de Educação Básica¹

Célia Araújo de Carvalho e Fernando de Souza Coelho

Resumo

Este filme é originário de um trabalho de conclusão de curso (TCC) do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, o qual considera – desde 2011 – a contribuição audiovisual como uma das modalidades de TCC alternativas à monografia e que pode instigar reflexões e inspirar ações em áreas e/ou setores da administração/gestão/políticas pública(s) e social. O vídeo aborda a transição do trabalho para a aposentadoria de professores da rede pública de educação básica, registrando os depoimentos, derivados de entrevistas semi-estruturadas com abordagem fenomenológica, de seis docentes em fase de desligamento funcional e de dois especialistas no tema – uma pesquisadora de psicologia social e uma pesquisadora de gerontologia. Trata-se, portanto, de um documentário, com 15 minutos de duração, editado a partir de 30 horas de gravações de imagens/sons que exploraram a consciência imediata e os sentidos manifestos de professores que vivenciavam os últimos meses ou anos de trabalho na escola pública. O convite desta produção audiovisual é o de olhar, com estética e com sensibilidade, para a rotina escolar da educação pública, desvelando as expressões e impressões de professores que se acercam da aposentadoria; período, inclusive, marcado pela ausência de reconhecimento desses profissionais e pela insuficiência de apoio da unidade escolar (e do sistema educacional) para o docente em jubramento.

Palavras-chave

Aposentadoria. Professor. Escola Pública.

Abstract

This film was produced as the conclusion work of Public Policy and Management program at the School of Arts, Sciences and Humanities of the University of São Paulo. Since 2011, audiovisual productions have been regarded as one of the alternatives to the monograph, instigating reflections and inspiring actions in areas of public administration, public policy and social management. The movie shows the transition period

from work into retirement of elementary education public school teachers, recording statements collected by semi-structured interviews with a phenomenological approach of six retiring teachers and two specialists – a social psychology researcher and a gerontology researcher. This is a 15-minute documentary, edited from 30 hours of recordings of images and sounds that have explored the immediate awareness and the overt senses of teachers who had only a few months or years before retirement. The invitation of this audiovisual production is to look, with aesthetics and sensitivity, at the routine of elementary education public schools, evidencing the expressions and impressions of retiring teachers. For these professionals, it is often a stage of professional life marked by the lack of recognition and insufficient support from the school management (and the educational system).

Keywords Retirement. Teacher. Public School.

SINOPSE

Em meio às dificuldades da educação básica e da escola pública no Brasil, em que se discutem, recorrentemente, o subfinanciamento, a carência de infraestrutura, as falhas de gestão, o fracasso escolar, a melhoria dos indicadores educacionais, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e a defasagem do salário dos professores, eis que a aposentadoria dos docentes é um não lugar que, portanto, se traduz em invisibilidade interna e externa. Afinal, quais são os sentimentos de professores da rede pública que estão prestes a se aposentar? Esta é a questão explorada pelo documentário “Mais, ou menos, um Dia”, no qual os depoimentos de seis docentes, cada qual com seu estilo, percepção e necessidade, se entrelaçam com as opiniões de duas especialistas sobre trabalho e envelhecimento na contemporaneidade. O vídeo mostra que a transição para a aposentadoria de professores requer que a unidade escolar e o sistema educacional público aprendam a levar a cabo e bom termo ações de reconhecimento profissional e de apoio psicossocial para os docentes em desligamento do magistério. Caso contrário, a gestão escolar continuará a contrapor – em seus processos – a essência da educação de construir saberes e ensinar a ser e a viver, mantendo o descompasso entre a sua intenção primordial e o seu próprio arranjo institucional.



Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=Mhi5_rW6JrY

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: nov. 2017. Aceito para publicação em: jan. 2018.
- 2 Apresentado no I Cine Gestão Social no ENAPEGS de Cachoeira/BA, em 2014.
- 3 No término do vídeo (em seus segundos finais), são citadas todas as pessoas e organizações que contribuíram com o documentário como coprodutor ou participante.

**Célia Araújo
de Carvalho**

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP e Licenciada em Educação Física. Professora aposentada da rede municipal de ensino fundamental de São Paulo-SP.

**Fernando de
Souza Coelho**

Doutor e Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV. Professor do curso de graduação e do programa de mestrado em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP.

RELAÇÃO DOS AVALIADORES DA RIGS 2017

Airton Cardoso Cançado
(Universidade Federal do Tocantins)

Ana Silvia Ipiranga
(Universidade Estadual do Ceará)

Andréia Cristina da Silva Almeida
(Centro Universitário Toledo Prudente)

Arlindo Carvalho Rocha
(Universidade do Estado de Santa Catarina)

César Tureta
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Claudiani Waiadnt
(Universidade Federal da Bahia)

Cleonísia Alves Rodrigues do Vale
(Universidade Federal da Bahia)

Eloísio Moulin de Souza
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Fabiana Pimentel Santos
(Universidade Federal da Bahia)

Fernando de Souza Coelho
(Universidade de São Paulo)

Ives Tavares
(Universidade Federal do Cariri)

Josiane Silva Oliveira
(Universidade Estadual de Maringá)

Letícia Dias Fantinel
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Marcelo de Souza Bispo
(Universidade Federal da Paraíba)

Marcus Vinicius de Oliveira Brasil
(Universidade Federal do Cariri)

Maria Amélia Jundurian Corá
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Maria Cristina Drumond e Castro
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Maria Suzana de Souza Moura
(Universidade Federal da Bahia)

Maria Carolina Souza
(Universidade Federal da Bahia)

Maria Tereza Flores-Pereira
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Neusa Rolita Cavedon
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Patrícia Brito
(Caixa Econômica Federal)

Paula Chies Schommer
(Universidade do Estado de Santa Catarina)

Rafael Almeida Callegari
(Universidade Estadual do Paraná/
Faculdade Integrado de Campo Mourão)

Ricardo Ribeiro Rocha Marques
(Universidade Federal da Paraíba)

Sônia Maria Guedes Gondim
(Universidade Federal da Bahia)

Tatiana Aparecida Ferreira Doin
(Universidade Federal da Bahia)

Valéria Giannella (Universidade Federal do Sul da Bahia)

Vanessa Louise Batista
(Universidade Federal do Ceará)

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

A RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social é uma publicação acadêmica com periodicidade de 4 meses, contando, portanto, com 3 números por ano.

Pressupõe-se que a gestão social situa-se na contemporaneidade e em territórios pluridisciplinares de prática e investigação acadêmica, tratando de diversas problemáticas ligadas a campos de conhecimentos tais como Sociologia, Antropologia, Administração, Educação, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, dentre outras.

Ao valorizar essa concepção abrangente e inclusiva da gestão, a RIGS publica documentos originais para o contexto brasileiro. São textos, fotos e vídeos que demonstram sua contribuição para o avanço da pesquisa e da prática com base na interdisciplinaridade.

A RIGS publica documentos inseridos em seis tipologias de contribuição: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual.

www.rigs.ufba.br

